



NOVAS FRONTEIRAS

Revista Acadêmica de Relações Internacionais da ESPM-Sul

Vol. 1, No. 1, Jul-Dez, 2011
ESPM



Conselho Editorial

Coordenação

Prof. Dr. Cristian Salaini

Prof. Dr. Diego Pautasso

Prof. Ms. Sérgio Wollman

Editor-Chefe

João Henrique Salles Jung

Editora Assistente

Camila Schlatter Fernandes

Diretoria Técnica

Augusto Möller

Eduardo Kowalski

Thamara Riter

Capa

Co.de – ESPM-SUL

Revisão Técnica

Prof^a. Dra. Roberta Sartori

Contato

novasfronteiras-sul@espm.br

ISSN 2359-0556

Prefácio: uma revista de alunos para alunos.....	4
João Henrique Salles Jung Camila Schlatter Fernandes	
A ascensão da China como potência mundial: uma análise a partir da questão nuclear	7
Diego Felipe Antunes	
Declaração conjunta de Brasil, Irã e Turquia: análise deste acordo internacional e da participação brasileira.....	24
Cindy Rosa Martinez Letícia Azevedo Maia Vanda Rodrigues Santos	
Integração euro-atlântica: a política externa norte-americana para o leste europeu no pós-guerra fria.....	43
Luana Margarete Geiger	
O caminho para a diplomacia.....	56
Embaixador Sergio Tutikian	
Os 60 anos do movimento dos países “não alinhados” e a conferência de Bandung.....	61
Letícia Di Maio Tancredi Natasha Pereira Lubaszewski Rodrigo Pasqualini Milagre	
Mudança na projeção externa brasileira na transição do império para a república: análise do corpo diplomático e consular do país no exterior....	75
Klei Medeiros Júlia Paludo Marcela Tarter da Rosa Taís Cristóvão Martins Vieira	
O papel dos Estados Unidos na criação do estado de Israel: razões que motivaram Truman a apoiar a fundação de um estado judaico.....	88
Sabrina Sabino Thaysa Nascimento	

PREFÁCIO: uma revista de alunos para alunos

João Henrique Salles Jung¹
Camila Schlatter Fernandes²

É com grande alegria e satisfação que apresentamos a segunda edição da Novas Fronteiras: Revista Acadêmica de Relações Internacionais. A Novas Fronteiras tem origem no âmbito interno da Escola Superior de Propaganda e Marketing-Sul como resposta à demanda dos seus alunos de graduação por um espaço plural na qual estes pudessem publicar artigos científicos sobre temas que dialoguem com as Relações Internacionais – tendo em vista que a maioria das revistas acadêmicas são voltadas à mestres e doutores. A primeira edição, publicada em março de 2014, superou as expectativas de seus idealizadores, abrindo portas para a incipiente Novas Fronteiras.

No entanto, esta trouxe ainda mais questionamentos a seus idealizadores: por que não expandir a Revista para os demais cursos de graduação do Brasil? É a partir desta inquietação que é lançada a segunda edição da Novas Fronteiras, apresentando como principal objetivo a ampliação do horizonte acadêmico – em âmbito nacional – a todos os estudantes de graduação, buscando estreitar os laços com os demais cursos de Relações Internacionais do país e servindo de estímulo a estudantes que almejem a carreira acadêmica. Neste contexto, a segunda edição da Novas Fronteiras surge como um espaço a todos futuros bacharéis que desejam divulgar seus artigos e resenhas nos temas concernentes às Relações Internacionais, para assim ajudar no desenvolvimento da cadeia acadêmica brasileira desta formidável disciplina.

A recepção da Novas Fronteiras nas demais universidades ratificou ainda mais a nossa visão de que a Revista deve se constituir cada vez mais como um espaço plural para a discussão das Relações Internacionais. Como resultado, tivemos uma enorme quantidade de artigos submetidos de distintas partes do Brasil – número muito maior do que o esperado para a primeira edição para além do âmbito interno da ESPM-Sul. Dessa forma, cabe aqui o agradecimento por parte de todo o Conselho Editorial a todos os colaboradores, diretos ou indiretos, por termos angariado tamanho alcance. Gostaríamos de realizar um agradecimento especial à ESPM-Sul, na figura do coordenador do curso de Relações Internacionais, Sérgio Wollmann, que nos apoiou desde o início nesta empreitada. Ainda, um agradecimento especial aos professores Cristian Salaini e Diego Pautasso que tão calorosamente acompanharam e auxiliaram as atividades do Conselho Editorial.

A segunda edição da Novas Fronteiras tomou, assim, forma, sendo composta por seis artigos de acadêmicos de cinco instituições de ensino superior distintas. Logo no artigo inicial, **“O papel dos Estados Unidos na criação do Estado de Israel”**, de Sabrina Sabino e Thaysa

¹ Editor-Chefe da Revista Novas Fronteiras, bolsista de iniciação científica pela ESPM-Sul e graduando em Relações Internacionais pela ESPM-Sul. Email: joaojung@yahoo.com.br

² Editora Assistente da Revista Novas Fronteiras, bolsista de iniciação científica pela ESPM-Sul, graduanda em Relações Internacionais pela ESPM-Sul e em Ciências Econômicas pela UFRGS. Email: camila.schlatter.fernandes@gmail.com

Nascimento (UFRJ), é analisado o papel dos Estados Unidos no episódio de criação do Estado de Israel, em 1948. Dividido em quatro partes, o trabalho discorre do caso desde o período da partilha do império otomano ao fim da I Guerra Mundial, com o mandato britânico sobre a região da Palestina – que se arrastaria até 1947. Em continuidade, se aborda os aspectos envolvidos no processo de criação do Estado de Israel e a relação entre o movimento sionista e o lobby judaico nos Estados Unidos. Os interesses de Truman na defesa a Israel se mostram inteligentemente explicitados no artigo, trazendo razões geopolíticas, econômicas e estratégicas.

Na sequência, **“Os 60 anos do movimento dos países „não-alinhados” e a Conferência de Bandung”**, se dá na autoria de Letícia Di Maio Tancredi, Natasha Pereira Lubaszewski e Rodrigo Pasqualini Milagre (UFRGS). A partir da comemoração de 60 anos do surgimento do Movimento dos Países Não Alinhados, este artigo tem como objetivo analisar os impactos da Conferência de Bandung para o Sistema Internacional da época. Para o autor (...), este movimento é consequência imediata do processo de descolonização ocorrido após a Segunda Guerra Mundial e meio para os países do Terceiro Mundo adquirirem maior poder de barganha internacional. Dividido em quatro seções, o artigo analisa os principais temas discutidos na Conferência de Bandung e sua Declaração oficial. Por último são destacados os efeitos desta conferência no cenário internacional dado a conjuntura da época, e seus impactos para as Relações Internacionais e para a ordem multipolar até os dias de hoje.

Já no artigo **“A ascensão da China como potência mundial: uma análise a partir da questão nuclear”**, o autor Diego Felipe Antunes (UNIPAMPA) analisa um dos escopos da ascensão chinesa no Sistema Internacional: a questão nuclear. Assim, ao analisar o processo de nuclearização chinesa sobre três óticas – a militar, a civil e a social –, o artigo trata de maneira inteligente do processo, cujo início remonta à onda de nuclearização do Pós-Segunda Guerra Mundial. Esse desenvolvimento, de motivações internas e externas, não ocorreu sem contrapartidas – com a disseminação da tecnologia nuclear para âmbito civil, como a questão energética, e com diversos impactos na sociedade chinesa. Em última instância, o processo de nuclearização da China insere-se no processo sistêmico de ascensão desta potência, evidenciando uma tendência crescente de expansão – o que, por sua vez, torna o país um possível candidato à posição de líder global.

Na parte central da revista, tomando um espaço entre os artigos que a compõem, encontra-se a entrevista realizada com o exímio **Embaixador Sergio Tutikian**, que concedeu uma parte do seu tempo para falar um pouco sobre a sua extensa carreira diplomática e algumas questões pertinentes que tangem as relações internacionais. É uma honra imensa possuir os relatos de uma figura tão relevante na história diplomática do país nesta edição tão especial da Novas Fronteiras, e por isso a centralidade da entrevista nas páginas da revista e o destaque proporcionado a ela. O Embaixador Tutikian foi figura chave em momentos delicados da diplomacia brasileira, tendo dedicado boa parte de sua jornada no aprimoramento das relações entre o Brasil e o Oriente Médio, como no caso das tratativas entre o país e o Iraque – na época de Saddam Hussein – para a comercialização de petróleo em tempos de crise deste insumo.

Os artigos retornam com o trabalho **“Integração Euro-Atlântica: A política externa Norte-Americana para o Leste Europeu no Pós-Guerra Fria”**, assinado por Luana Margarete Geiger (ESPM-Sul) em um estudo que traz à tona o alargamento da OTAN e da

UE no Pós-Guerra Fria, e a consequente integração dos países da Europa Oriental nos órgãos multilaterais que possuíam inicialmente objetivos distintos. A ocidentalização através desses processos cooperativos é abordada no artigo, com ênfase às estratégias norte-americanas em relação aos países Bálticos. É visto também o cerceamento da Rússia através da adesão de países fronteiriços aos programas de integração, constatando-se, com isso, que mesmo com o fim da Guerra Fria, não houve uma grande mudança na política externa norte-americana em relação ao Leste Europeu.

Em continuidade, o artigo **“Declaração conjunta de Brasil, Irã e Turquia: análise deste acordo internacional e da participação brasileira”**, com a autoria de Cindy Rosa Martinez, Letícia Azevedo Maia e Vanda Rodrigues Santos (IDEAU), possui o objetivo de salientar o maior protagonismo da política externa brasileira, principalmente no Oriente Médio, os autores analisam o acordo tripartite entre Brasil, Irã e Turquia, a Declaração do Teerã, e sua repercussão internacional. As duas primeiras seções tratam dos conceitos de Direito Internacional Público concernentes aos acordos internacionais e ao seu processo de negociação. Em seguida, o autor traz ao debate um profundo estudo desta Declaração Conjunta, desde o processo de nuclearização do Irã aos esforços de Brasil e Turquia para a celebração do acordo, bem como seus impactos no Sistema Internacional. Apesar das críticas em relação ao acordo, a posição do Estado brasileiro neste processo é ímpar, destacando-se, por meio deste, a evolução da projeção brasileira e seu reconhecimento em âmbito mundial.

Para finalizar a edição é utilizado o estudo **“Mudança na projeção externa brasileira na transição do império para a república: análise do corpo diplomático e consular do país no exterior”**, artigo criado por Klei Medeiros, Júlia Paludo, Marcela Tarter da Rosa e Taís Cristóvão Martins Vieira (UFRGS). A transição da política externa brasileira na passagem do regime monárquico ao republicano é analisada com afincos neste trabalho, resultando o produto final na constatação de um crescimento considerável da presença do corpo diplomático brasileiro na América, ainda que a superioridade numérica se encontrasse na Europa. A troca de paradigma em relação à política externa brasileira é observada na mudança da influência européia – que representava a monarquia – para uma esfera de diálogo norte-americana, e a consequente aproximação entre Brasil e Estados Unidos no campo comercial e político.

Na presença de artigos com excelência científica e com a participação de uma entrevista que vem a todos acrescentar, é composta a primeira edição exógena da Revista Novas Fronteiras, trabalhada com atenção e dedicação por parte do conselho editorial que a institui, na intenção de se estabelecer como um meio de propagação do conhecimento acadêmico, abrindo portas para que estudantes apaixonados pelos assuntos concernentes às Relações Internacionais mostrem os frutos de sua dedicação e empenho. Na crença de ser esta uma grande edição, desejamos a todos uma prazerosa e edificante leitura.

A ASCENSÃO DA CHINA COMO POTÊNCIA MUNDIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA QUESTÃO NUCLEAR

CHINA RISES AS A WORLD POWER: AN ANALYSIS OF THE NUCLEAR ISSUE

Diego Felipe Antunes³

RESUMO

A China vem afirmando-se recentemente como um ator de grande relevância no sistema internacional contemporâneo. Entendendo que apreender a complexidade dessa ascensão em sua totalidade é tarefa por demais extensa para os limites deste trabalho, o presente artigo pretende analisar um segmento específico da trajetória chinesa: a questão nuclear. Nesse sentido, o trabalho analisa o desenvolvimento do arsenal nuclear chinês, as políticas de promoção de energia nuclear, além de tentar delinear o posicionamento geral da sociedade chinesa acerca do tema.

PALAVRAS-CHAVE

Energia Nuclear, Armas Nucleares, República Popular da China.

ABSTRACT

China has been affirming itself for some time now as a relevant actor in the current international system. Recognizing the complexity of such phenomenon, the present article intends to analyze a very specific segment of China's path: the nuclear issue. Therefore, it analyzes the development of Chinese nuclear arsenal, nuclear energy promotion policies, and tries to underline the general position of Chinese society about this topic.

KEY-WORDS

Nuclear Energy; Nuclear Weapons; People's Republic of China.

³Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Email: diego-fba@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Muitos autores e vertentes teóricas das Relações Internacionais consideram o fenômeno da transição hegemônica um processo caótico de ritmo e consequências imprevisíveis para o sistema e para os atores nele inseridos.⁴ Nesse sentido, é notável a atenção dada – inclusive na grande mídia⁵ – ao alegado processo atual de afirmação de um novo candidato à hegemonia mundial, num futuro próximo, em que os Estados Unidos, atual potência líder, cederão o posto de hegemonia mundial para uma China cada vez mais dominante econômica e politicamente.

Enquanto essa antecipada transição se mantém como perspectiva futura e distante, grande parte da academia já se ocupa em entender como a China se colocou nessa posição de candidata a próximo *hegemon*. Preocupado em compreender as possibilidades de que tal transição caótica e desordenada apontada pela teoria ocorra, mas reconhecendo a impossibilidade de apreender a enorme complexidade de fatores e fenômenos que levaram a China à posição atual, o presente trabalho tem como objetivo principal situar a China acerca de um ramo bem específico, mas extremamente importante das relações internacionais: a questão nuclear.

Entendendo a “questão nuclear” como um termo genérico que engloba, pelo menos, duas vertentes distintas, mas correlacionadas – a militar e a civil – o trabalho assim se divide: na primeira seção, busca-se traçar um breve histórico do desenvolvimento bélico nuclear na China, resgatando suas bases ideológicas e sua inserção internacional como potência nuclearmente armada, além da doutrina oficial proclamada pelo governo sobre o uso de armas nucleares. A segunda parte ocupar-se-á de destacar o histórico mais recente da energia nuclear chinesa, apontando os motivos que levaram a China a apostar nessa vertente, além dos desafios que o país tende a enfrentar em sua iniciativa de expansão energética nuclear. O terceiro e último ponto tentará compreender a maneira com que a sociedade chinesa se posiciona a respeito do tema, identificando os principais obstáculos à atuação da sociedade civil organizada na China e destacando exemplos de movimentações populares chinesas acerca da questão.

⁴Um exemplo seria WALLERSTEIN, Immanuel. **O declínio do poder americano**: os Estados Unidos em um mundo caótico. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. Wallerstein argumenta que, ao menos nos próximos cinquenta anos, o mundo se verá num irreversível processo de troca de hegemonia. Apesar de não considerar nenhuma potência substituta, o autor adverte sobre o caos sistêmico que a transição gerará.

⁵Nesse sentido ver NINIO, Marcelo. **Cresce a percepção de que a China será a maior potência mundial, diz pesquisa**. Folha de São Paulo, julho de 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/07/1312942-cresce-a-percepcao-de-que-a-china-sera-a-maior-potencia-mundial-diz-pesquisa.shtml>. Acesso em 26 jul 2014.

A hipótese a ser examinada ao longo da pesquisa é a de que a questão nuclear, quando analisada no caso chinês, serve como um indicativo específico de crescimento e desenvolvimento – político, econômico e social – que coaduna com o quadro mais geral de ascensão generalizada dos vários aspectos da realidade da China. A importância deste trabalho, portanto, reside no fato de que ele tenta compreender a emergência da China como grande potência, ainda que através de um segmento específico.

A CHINA COMO UM ESTADO NUCLEARMENTE ARMADO

No que tange ao aspecto sistêmico de análise, a história da nuclearização bélica chinesa se insere numa sequência de proliferações da tecnologia nuclear iniciada a partir de 1945, ano em que também inicia a chamada “era nuclear”. A partir dos bombardeios ao Japão, os EUA se afirmam como primeira potência nuclear da história, iniciando a partir daí intensa política de manutenção do chamado “monopólio nuclear”. Tal política funciona com dificuldades até 1949 quando a URSS consegue replicar a tecnologia americana. Já, em 1952, o Reino Unido realiza com sucesso sua detonação atômica, o que leva o presidente Dwight Eisenhower à adoção do discurso *Atoms for Peace* na AGNU. Em 1960, é a vez da França alcançar o status de potência nuclearmente armada, impelindo os EUA a dar um novo passo no controle do armamento: o Tratado Parcial para a Proibição de Testes Nucleares, de 1963 – acordo que a China ignorou enquanto ainda não tinha terminado seus testes (SAMPAIO, 2012).

Quarto na sequência de proliferações, o caso da China é carregado de maiores significados para a conjuntura geral. A entrada do país asiático nesse seleto rol se dá em meio a um debate interno dentro dos serviços de inteligência americanos: permitir ou não a conquista, por parte dos chineses, de tal tecnologia – algo cuja ocorrência era estimada em algum momento entre 1963 e 1965? A primeira atitude americana foi tentar angariar apoio da URSS para dissuadir a China de tentar, proposta recusada pelos soviéticos (NETO, 2012, p. 62-63). Assim, os chineses realizam, em 1964, uma detonação nuclear bem sucedida e que gera um impacto significativamente maior que as detonações anteriores pelo simples fato de que ela demonstrava a acessibilidade da tecnologia a um país em desenvolvimento. O exemplo da China não poderia ser permitido outra vez, e a política americana de conter a proliferação passou a ser esforço coletivo das potências nucleares. Vem desse “susto chinês” o início das negociações do Tratado de Não Proliferação, em 1965 (SAMPAIO, 2012, p. 38-39).

Entrado em vigor em 1970, o TNP representaria um congelamento de poder extremamente favorável aos cinco países que já detinham o armamento nuclear (o chamado P5), legalmente reconhecidos pelo tratado como “nuclearmente armados”. A China se enquadrava nesse grupo e, a partir daí, promoveu uma política de mera adequação ao regime internacional nuclear que foi se delineando a partir de então.

Em plano nacional, pode-se dizer que o desenvolvimento de um arsenal nuclear tem, em grande medida, impulso a partir das ideias do líder Mao Zedong, o qual imprimiu em vários discursos públicos uma ideia simplista da arma nuclear, novidade de sua época:

A bomba atômica é um espantinho que os EUA usam para assustar as pessoas. Parece terrível, mas de fato não é. Claro, a bomba atômica é uma arma de destruição em massa, mas o resultado de uma guerra é decidido pelas pessoas, não por um ou dois novos tipos de armas (ZEDONG apud ZHU, 1997, p. 41).

Não só ele reduziu o papel do artefato na dinâmica da guerra, como também o fez em relação ao papel que a nova arma viria desempenhar na política internacional, já que, segundo ele, numa guerra nuclear, “mesmo se metade da população no mundo morresse, outra metade sobreviveria. Além disso, o imperialismo seria destruído e o mundo inteiro seria socializado. Depois de alguns anos, haveria 2.7 bilhões de pessoas novamente.” (ZEDONG apud ZHU, 1997, p. 41).

Mingquan Zhu (1997, p. 41) argumenta que a aceitação desse pensamento do líder nacional pelas elites políticas foi responsável por moldar nos centros de decisão política chinesa a noção de que “qualquer Estado soberano tinha o direito legal de desenvolver armas nucleares para autodefesa, assim como eles poderiam desenvolver qualquer arma convencional”. Mais do que isso, o autor ressalta que, sendo um direito soberano, a cooperação com países socialistas seria uma “manifestação de internacionalismo proletário”.

Assim, não só a decisão de começar a empreender esforços na busca do armamento nuclear se deu na segunda metade da década de 50, aí também se firmaram as bases da cooperação com os soviéticos na questão – cristalizada no Acordo sobre Produção de Novas Armas, Equipamentos Tecnológicos Militares e Estabelecimento de uma Indústria Atômica, de 1957. O acordo foi posteriormente rompido unilateralmente pela URSS, inserindo-se no quadro mais geral de deterioração das relações entre os dois países. Ainda assim, as bases já estavam lançadas para que, em 1964, a primeira bomba atômica chinesa fosse detonada com sucesso (ZHU, 1997, 41-42).

Um outro ímpeto para o desenvolvimento de armas nucleares – além da visão simplista de Mao – diz respeito às pressões regionais externas que afetaram a China na

década de 50. Durante a Guerra da Coreia (1950-53), conflito que colocou em lados opostos China e Estados Unidos, estes últimos se valeram da ameaça de uso de armas nucleares para intimidação sobre os esforços militares chineses. Nas duas crises do Estreito de Taiwan, os americanos empreenderam o mesmo tipo de ameaça. A grande motivação por trás da busca da bomba, se analisada através desses episódios, pode ser entendida como a busca pela garantia de que a China não mais seria submetida por outro país por causa de uma arma nuclear (COLBY; DENMARK, 2013, p. 29).

De 1964 até a metade dos anos 80, a China sofreu de uma doutrina bélica nuclear oficial e bem articulada. Em razão de ainda não ter alcançado um arsenal suficientemente grande ou forte, o governo chinês do período não aceitou a estratégia de contenção como válida – na verdade, ela era vista como meio das superpotências de se imporem sobre Estados mais fracos. Assim, a China preferiu adotar, nesse primeiro momento, uma estratégia de contra chantagem nuclear: ao invés de tentar contrabalancear as ameaças nucleares de potências maiores com uma capacidade nuclear bélica equiparável, a China se comprometia apenas a evitar a chantagem nuclear feita por essas potências através da ameaça de uso de suas poucas, mas efetivas unidades nucleares. O custo dessa pequena retaliação chinesa servia como elemento de dissuasão contra qualquer potência que quisesse se sobrepor à China com base em armamento nuclear. Sob esse ângulo, a lógica chinesa era a de que algumas armas nucleares eram suficientes para eliminar o “efeito chantagem” de grandes arsenais. (LIPING, 2000, p. 3).

A confecção dessa estratégia levou em conta uma série de considerações: as armas nucleares, apesar de massivamente destrutivas, por si só não poderiam decidir guerras; a geografia e condições chinesas eram propícias a conflitos que envolvessem armas convencionais e exércitos de massa; até 1985, a China tinha em seus cálculos políticos o medo constante de uma guerra generalizada com a URSS, e a retórica da contra chantagem era parte de uma estratégia maior de preparação para tal guerra. Grande parte da doutrina oficial atual da China, em matéria de estratégia nuclear, parece girar em torno dessa preocupação (LIPING, 2000, p. 3-4).

Contudo, após 1985, pelo menos dois fatos contribuíram para que essa primeira estratégia chinesa começasse a perder espaço em detrimento de uma doutrina mais bem ornamentada: em 1989, a China conseguiu estabelecer um sistema de guerra nuclear capaz de empreender retaliação estratégica – condição antes inacessível – o que impedia a adoção da estratégia de contenção nuclear. Além disso, durante a década de 80, o Exército Popular

Chinês passou por diminuições de seus quadros convencionais, o que intensificou a importância de forças nucleares compensatórias (LIPING, 2000, p. 4).

Esses fatos evidenciam uma trajetória interessante. Até a década de 60, percebe-se o grande peso que o posicionamento americano exerce sobre os cálculos políticos da China. O apoio dos Estados Unidos à causa de Taiwan – consolidado na assinatura do Tratado Sino Americano de Defesa Mútua, logo após a Guerra da Coreia (1954) –, seu esforço em isolar um país comunista dentro do enfrentamento ideológico global, bem como a reincidência de ameaças nucleares na fala de presidentes americanos, constantemente constrangendo os interesses geopolíticos chineses, são todos fatores que pesaram na decisão de inserir o elemento nuclear na capacidade de dissuasão do país. Paradoxalmente, à medida que a década de 60 avança e as relações com os EUA vão melhorando, a noção de uma ameaça soviética passa a ser a força motriz por trás dos esforços chineses de ampliação de sua capacidade nuclear dissuasória. Essa interpretação de fatos parece indicar uma dinâmica de nuclearização de dentro para fora, segundo a qual ameaças externas seriam os incentivos principais ao desenvolvimento do armamento nuclear. Isso explica, de certa forma, a adoção de doutrinas e estratégias nucleares que se justifiquem mais pela necessidade de defesa do que por aspirações ofensivas.

Nesse sentido, a partir da segunda metade da década de 80, a China foi estruturando uma doutrina oficial a respeito de seu arsenal nuclear, a qual pode ser sintetizada em cinco pontos: declaração do princípio “*no first use*”, de acordo com o qual a China veta a si mesma de ser o primeiro país a disparar armas nucleares durante um conflito; estabelecimento de um arsenal mínimo, mas suficiente para atender às exigências de uma retaliação; construção de capacidades para suportar um primeiro ataque e manter as condições de disparar um ataque retaliatório; o princípio do “*no first use*”, de forma mais detalhada, pode ser desmembrado em duas únicas linhas de ação para o uso das armas nucleares: autodefesa e retaliação; e, por fim, a China foi o primeiro país a incluir em sua doutrina o comprometimento à eliminação das armas nucleares no mundo como objeto máximo (LIPING, 2000, p. 5-8).

Atualmente, a China tem um número total de armas nucleares estimado em cerca de 250 unidades, sendo o quarto país com maior arsenal nuclear do mundo – atrás da Rússia (8500), EUA (7500) e França (300).⁶ Além de ser o único país das cinco potências nucleares originais que mantém um programa de expansão e modernização de arsenal, a China também

⁶ Dados disponíveis em: <http://www.ploughshares.org/world-nuclear-stockpile-report>. Acesso em 12 jul. 2014.

é acusada, principalmente pelos EUA, de não ser transparente o suficiente quanto ao seu programa, o que prejudicaria a posição chinesa (KRISTENSEN e NORRIS, 2013, p. 79-80).

Outro receio, ecoado principalmente no interior dos EUA, é o de que os esforços chineses de modernização de seu arsenal sejam uma tentativa de equiparar o poder nuclear chinês com o americano ou russo. Essa é uma visão equivocada quando se leva em conta o arsenal numericamente pequeno e o ritmo lento com que essa modernização é empreendida, fatores que na verdade são condizentes com a doutrina acima exposta de uma China preocupada apenas em retaliar caso seja atacada. A modernização do arsenal nuclear, nesse quesito, vem somente no sentido de assegurar a capacidade chinesa de conseguir disparar um ataque nuclear, se for atingida primeiro (KULACKI, 2011).

A consistência da política de “*no first use*” no discurso chinês é inegável, e seu encaixe nas políticas de modernização nuclear respaldam e legitimam esta. Ainda assim, duas ressalvas sobre essa política precisam ser feitas. Primeiro, para um país de relações regionais relativamente tensas (Taiwan, Coreia do Norte), é impossível prever se a China manterá a orientação de não atirar primeiro em momentos de crise extrema, quando a sobrevivência nacional esteja em jogo. Na verdade, a decisão de abandonar o *no first use* é uma cartada unilateral e possível dos estrategistas chineses que sempre estará presente nos cálculos políticos de nações rivais (COLBY e DENMARK, 2013, p. 30-31).

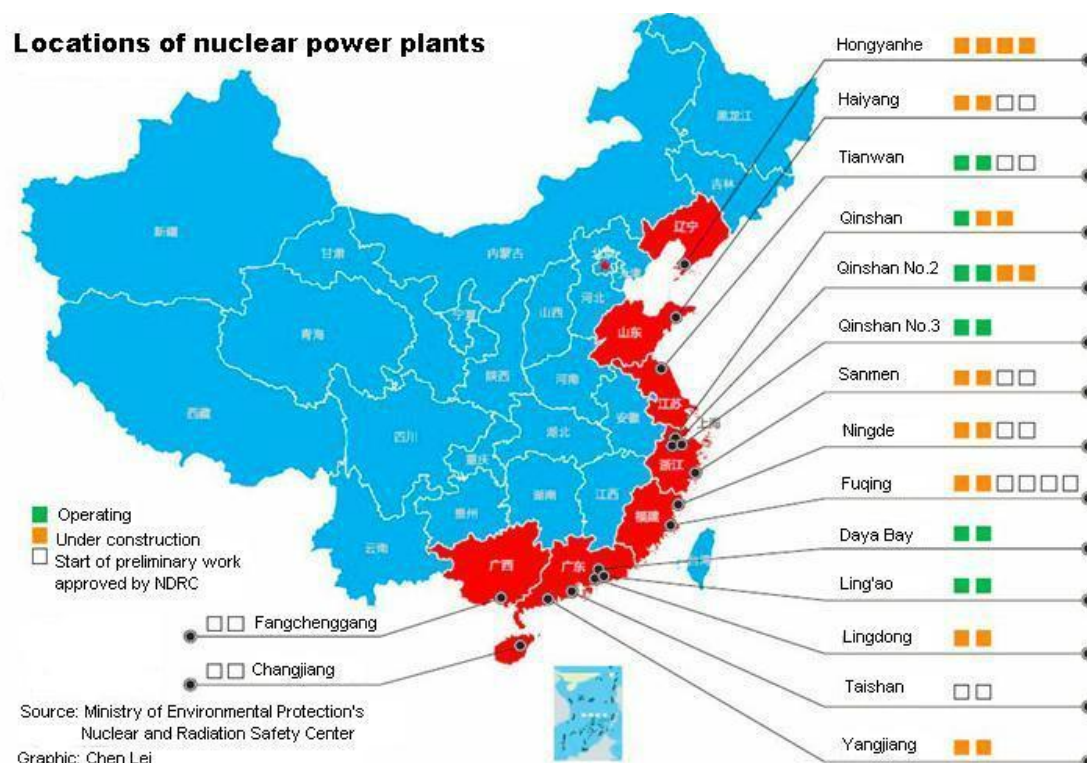
Segundo, o futuro do “*no first use*” parece incerto. Desde 1998, a doutrina nuclear chinesa é publicada no chamado “*White Paper*”, um documento oficial bienal que sumariza a orientação chinesa acerca de sua capacidade nuclear. Em todas as edições, o “*no first use*” foi enfaticamente reafirmado como o centro da estratégia chinesa, com exceção da última edição de 2013. Nela, o princípio não é mais mencionado, e, apesar dessa omissão não representar grandes mudanças gerais na doutrina como um todo, a continuidade do “*no first use*” caiu em debate. Além do documento, em dezembro de 2013, o então secretário geral do Partido Comunista, Xi Jinping, fez discurso à Segunda Força de Artilharia do exército, no qual elevou a arma nuclear à condição essencial para que a China se afirme como potência mundial – visão sensivelmente diferente às ideias iniciais de Mao sobre uma arma como outra qualquer. Na ocasião, o “*no first use*” – princípio central da doutrina sempre orgulhosamente sublinhado – sequer foi mencionado (ACTON, 2013).

A ENERGIA NUCLEAR NA CHINA

Na década de 80, com base na estrutura militar já montada, a construção e instalação de um reator nuclear de 300 megawatts inaugura o início do programa nuclear civil na China. Apesar de ser um início tardio em relação a outros países, o ritmo com que se desenvolve a tecnologia nuclear na China é acelerado (SCHNYDER e FROGGATT, 2012, p. 59): em 1985 constrói-se Qinshan-1, a 100 quilômetros de Shangai, começando operações comerciais em 1991. Ainda nos anos 80, uma usina ainda maior, DayaBay, foi instalada perto de Hong Kong, esta com tecnologia francesa. Suas operações comerciais começaram em 1994. A crise asiática dos anos 90 comprometeu o andamento de outros projetos nucleares na China, os quais só foram retomados no 10º Plano de Cinco Anos (2001-2005), planejamento que elegia a expansão da energia nuclear como meta através da construção de mais oito reatores nucleares. Em 2003, falhas no fornecimento de energia serviram de forte incentivo para que o plano seguinte (2006-2010) incluísse outros 14 reatores nucleares (STERNFELD, 2010, p. 3-4).

A partir de 2008, o país intensificou a instalação de usinas nucleares, rendendo números consideráveis: atualmente, das 66 unidades em construção pelo mundo, 28 se localizam na China (SCHNEIDER e FROGATT, 2013, p. 47). No ano de 2012, a matriz nuclear energética chinesa já contava com 15 reatores em plena funcionalidade, com geração de 12 gigawatts de energia elétrica. A meta estabelecida para 2020 é o alcance da geração de 60 a 70 gigawatts (ZHOU, 2010).

Figura 1 – Localização das usinas nucleares chinesas



Fonte: <http://www.chinafile.com/drought-and-earthquakes-pose-enormous-risk-chinas-nuclear-plans>

Mas o que levou a China a transitar de um programa nuclear puramente militar para um outro que abarcasse também uma dimensão civil? Uma série de fatores ajuda a responder essa questão. Em primeiro lugar, o enorme crescimento econômico que a China vem atravessando tem ampliado a demanda por energia – de 2000 a 2008, o aumento foi de 100%. Historicamente, o carvão tem sido a principal fonte energética do país, mas sua extração é geograficamente problemática, seu escoamento pelo país é custoso e vulnerável a falhas (complicações climáticas durante o transporte ferroviário, por exemplo), as minas de carvão chinesas têm fama mundial como as mais perigosas do mundo, além do fato de a produção de energia com base em carvão incorrer em inúmeros problemas de ordem ambiental. Dentro do Partido Comunista da China (PCC), o primeiro ministro Li Peng tem sido o principal apoiador e promotor da iniciativa nuclear iniciativa (ZHOU, 2010).

A energia nuclear, por outro lado, tem benefícios que a tornam atraente em relação ao carvão: apesar de exigir um investimento inicial muito mais alto para a instalação de uma usina do que para a extração do mineral, os custos de manutenção da energia nuclear são muito menores. Além disso, tal energia tem a vantagem de ser uma fonte compacta que exige menor esforço de transporte: a quantidade de urânio necessária para manter uma usina

funcionando é muito menor que a quantidade de carvão ou petróleo necessária para outros modelos de geração de energia (ZHOU, 2010, p. 3760).

Contudo, deve-se sempre ter em mente que a energia nuclear é uma tecnologia sensível que requer cuidados especiais. Todo esse esforço chinês de expansão nuclear energética acaba, às vezes, sendo visto com desconfiança por seu caráter “agressivo”. He Zuoxiu, por exemplo, tem comparado a iniciativa atual de expansão com o “grande salto adiante” promovido por Mao Zedong na década de 50. Para ele, “o ritmo de desenvolvimento nuclear e a diversidade de modelos de reatores está levando a níveis de experiência operacional insuficientes”, o que faria do período 2020-2030 um momento muito propício para acidentes nucleares na China (SCHNEIDER e FROGGATT, 2013, p. 96).

Outros problemas se acrescem ao ritmo acelerado de expansão. Apesar da matriz de pequena escala atualmente produzir uma quantidade pequena e administrável de lixo tóxico, se as previsões são de expansão, como a China pretende lidar com a produção em larga escala de lixo tóxico que tal ampliação energética invariavelmente irá causar? Além disso, deve-se ressaltar que o principal elemento de uma cadeia de produção de energia nuclear – o urânio – não é abundante na China, pelo contrário, jogam-se dúvidas sobre a capacidade chinesa de atender suas próprias demandas pelo minério (ZHOU e ZHANG, 2009, p. 4283).

Quando colocado em números, tem-se uma dimensão do enorme problema que a China tem pela frente. Estimando uma produção de 40 gigawatts de energia nuclear em 2020, a demanda acumulada por urânio seria algo entre 89.992 e 91.364 toneladas. Em contraste, a melhor das análises aponta uma reserva total de 48.800 toneladas de urânio na China atual. Diante disso, é forçoso considerar que, a fim de atender suas metas de expansão e de manter níveis mais altos de geração de energia nuclear, a China terá de se engajar na compra internacional de urânio (WANG, 2009, p. 2490).

Outro desafio diz respeito à tecnologia empregada na China. O principal modelo de reator utilizado é de geração II, ou seja, de geração atrasada e menos eficiente. O país não tem recursos de pesquisa e desenvolvimento suficientes para alcançar, por meios próprios, a tecnologia de geração III, tendo ainda como única saída a importação da tecnologia (ZHOU e ZHANG, 2009, p. 4283). Em 2008, em meio à enxurrada de documentos liberados pelo Wikileaks, um chamou a atenção por registrar as impressões de diplomatas e técnicos americanos acerca da situação chinesa. Para eles, a tecnologia dos reatores empregados na China era mera cópia de reatores inventados há mais de 60 anos. Na verdade, especialistas já apontaram que, mesmo em 2004, a tecnologia chinesa não atendia às exigências mínimas de

segurança, o que comprometia a legitimidade de seu uso (SCHNEIDER e FROGGATT, 2013, p. 95).

Um último problema digno de nota tem natureza jurídica e institucional. Em 28 de junho de 1983, a China aprovou sua legislação sobre Prevenção e Controle de Poluição Radioativa que, no entanto, é acusada de ser simplória e ineficiente, não cobrindo com precisão todo o ciclo de produção nuclear. Na verdade, em contraste com a rápida expansão da realidade nuclear chinesa, a lei acabou rapidamente se tornando desatualizada. Para piorar, há um desencontro de agências especializadas na questão. O Ministério de Proteção Ambiental é o órgão responsável por monitorar e administrar trabalhos governamentais concernentes à eliminação de lixo tóxico. Contudo, a implementação de planejamentos relativos ao lixo tóxico é matéria de jurisdição da Autoridade de Energia Atômica da China. Levando em conta as expectativas de que, em 2020, a produção de lixo radioativo leve à cifra de 8000 toneladas, torna-se latente a necessidade de atualização jurídica e institucional (WANG, 2009, p. 2490-2491).

A SOCIEDADE CHINESA DIANTE DA QUESTÃO NUCLEAR

Com tantos problemas concernentes à produção nuclear na China, não seria de se estranhar que a população do país viesse a demonstrar sinais de oposição às iniciativas de expansão da produção energética ou de modernização dos arsenais. Na verdade, o suporte popular a novas iniciativas governamentais na questão não pode mais ser encarado como algo garantido, fato que o governo vem levando cada vez mais em consideração (SCHNEIDER e FROGGATT, 2013, p. 96).

Existe, entretanto, uma série de complicadores específicos da realidade chinesa para que movimentos como esses ocorram num contexto semi-autoritário. Em primeiro lugar, já se apontou como a internet e a comunicação digital foram importantes para que movimentos como a Primavera Árabe pudessem ocorrer. Através de redes sociais e da velocidade com que as informações correram pela rede, ficou mais fácil congregiar pessoas para mover causas comuns⁷. Na China, isso é diferente: existe um controle governamental intenso sobre o fluxo digital de informações, de forma que páginas críticas a assuntos governamentais têm o acesso restrito ao público ou são retiradas do ar (WISEMAN, 2008).

⁷ FILALI-ANSARY, Abdou. As linguagens das revoluções árabes. *Journal of Democracy em Português*. V. 1, n.2, 2012, p. 1-16.

A mídia em si é outra instância restrita pelo governo. Os chineses têm conhecimento claro de eventos como o acidente nuclear de Chernobyl ou as conturbações populares acerca de políticas nucleares na Alemanha. Contudo, quando o assunto é o programa nuclear da China, o discurso oficial é de afirmação do caráter seguro da tecnologia e de seu respeito à preservação ambiental. Os reflexos desse cerceamento são constatados na formação da sociedade civil organizada da China:

Apesar de a China ter observado um desenvolvimento promissor de ONGs ambientais em anos recentes, com incontáveis grupos se multiplicando por todo o país, nenhum deles até agora tratou abertamente de temas relacionados à segurança nuclear. Só recentemente, alguns cidadãos têm levantado vozes contra alguns projetos de usinas. Contudo, o criticismo a tais projetos é restrito ao tema geral dos impactos ambientais, sem tratar abertamente de questões específicas como segurança nuclear ou lixo tóxico (STERNFELD, 2010, p. 7).

Em 15 de agosto de 1995, por exemplo, cinco ativistas estrangeiros do Greenpeace executaram uma demonstração de apenas um minuto na Praça Tiananmen, levantando um grande banner de protesto contra o teste nuclear que se esperava que fosse realizado naquele dia pelo governo chinês. A polícia imediatamente rasgou o banner e prendeu os cinco ativistas e todos os jornalistas estrangeiros que tentaram cobrir o evento. Os panfletos que o grupo planejava entregar aos transeuntes foram apreendidos. A reação, na verdade, já era esperada pelos ativistas (THE REGISTER GUARD, p. 6A).

Contudo, apesar das dificuldades impostas aos chineses quanto ao exercício da liberdade de expressão, não se pode dizer que inexistam manifestações sociais ou ativismo civil no país. Isso fica ainda mais evidente quando se constata que o acidente nuclear de Fukushima teve forte peso na mentalidade do cidadão chinês em razão das graves consequências trazidas pelo episódio: 150.000 pessoas evacuadas de suas casas, outras dezenas de milhares preocupadas com os efeitos da dispersão radioativa que, segundo o próprio governo japonês, teria afetado pelo menos 101 municípios (SCHNEIDER e FROGGATT, 2013, p. 63). O peso dessa ocorrência recente certamente deve ser levado em conta.

Isso se deve ao fato de a dinâmica dos movimentos sociais antinucleares ter uma característica própria de se dar em ciclos, que se revigoram sempre que ocorre um evento importante relativo à questão nuclear. Por isso, os movimentos antinucleares se intensificaram enormemente após o acidente nuclear de Chernobyl em 1986, ou após o derretimento na usina americana de Three Mile Island, em 1979 (SHEPERD, 2011). O

acidente japonês pode ser encaixado, nessa lógica, como o mais recente ímpeto de alcance global aos movimentos antinucleares, incluindo os chineses.

Os precedentes da movimentação popular na China, em matéria nuclear, datam já da década de 80, quando a população de Hong Kong protestou contra a instalação de DayaBay em localidade tão próxima à fronteira. Colocando em questão a capacidade dos técnicos chineses de administrar uma instalação tão grande, num mundo já assombrado pelo acidente nuclear de Chernobyl, a população de Hong Kong conseguiu congrega-los ativistas e ONGs para tentar evitar que DayaBay fosse instalada. O movimento não obteve êxito à medida que outras clivagens maiores (como a questão da soberania de Hong Kong) acabaram afetando os rumos do processo (LAI, 2000, p. 268-271). Ainda assim, o episódio se tornou a primeira manifestação social relativa ao programa nuclear chinês.

A outra vertente da questão nuclear – a vertente bélica – também já foi alvo de descontentamento. Em dezembro de 1985, uma série de pelo menos três protestos inquietou as autoridades chinesas. Após protestarem na cidade de Urumqui, centenas de estudantes da distante região de Xinjiang levaram suas mensagens de protesto a Shangai e, em seguida, à Praça Tiananen, em Pequim. Eles reivindicaram o fim de testes nucleares militares, que, na época, já totalizavam cerca de 30 detonações, todas no complexo de LopNur, no meio do deserto de Taklamakan, em Xinjiang. Além de ser o local onde a primeira bomba atômica chinesa foi detonada, a região também já era, a seu tempo, historicamente conhecida pelas minorias que ali moravam e pelo caráter contestatório de sua população (THE BULLETIN, p. 11).

Ainda em 2010, ocorria uma campanha para coleta de assinaturas na província de Shandong, as quais foram enviadas para o primeiro ministro na tentativa de evitar a instalação de três usinas na região, o que parece ter funcionado. A partir daí, os protestos populares na questão são todos registrados após o acidente de Fukushima, recebendo deste evento influência direta. Em 2011, na província de Liaoning, populares protestaram contra a instalação da usina de Hongheyan, preocupados com os riscos que a instalação poderia trazer à população local (STERNFELD, 2010, p. 7). Mais recentemente, em julho de 2013, a província de Guangdong assistiu a um levante popular massivo no qual mensagens de oposição à abertura de uma usina na região levaram a uma rápida desistência do governo local em relação ao projeto (THE ECONOMIST, 2013). A respostarápida do governo é digna de nota.

Uma tendência que se observou em algumas das movimentações populares é o medo de que a expansão de usinas nucleares para áreas interioranas da China – algo previsto no

programa de expansão nuclear em curso – acarrete problemas de segurança nessas novas áreas. Observa-se, na Figura 1, apresentada anteriormente, que historicamente a China tem mantido suas usinas próximas ao litoral. O peso que o desastre de Fukushima teve nessa alteração de planejamento recente só pode ser mensurado, mas os reflexos na opinião pública são bem visíveis:

Uma pesquisa global da IPSOS conduzida em junho de 2011 descobriu que 42 por cento dos entrevistados na China apoiavam a energia nuclear, mas que 48 por cento eram contra. Também é reportado que oposição pública e preocupações ambientais têm levado a atrasos na construção de três usinas nucleares no interior. Em março de 2012, oposição à proposta da usina de Pengze, em Jiangxi, tornou-se visível, numa escala sem precedentes, com documentos de autoridades locais críticos ao projeto sendo postados na internet. “Em adição à postagem, dez delegados de uma “conferência política consultiva” numa província vizinha clamaram a seu governador provincial para pedir a Pequim que abandonasse o projeto” (SCHNEIDER e FROGGATT, 2012, p. 60).

Esses exemplos são suficientes para demonstrar que, apesar das dificuldades anteriormente apontadas à atuação da sociedade civil organizada na China, existem indícios de que esta seja uma tendência crescente na realidade chinesa. O desafio, nesse sentido, é solidificar um ambiente no qual a liberdade de expressão e pensamento sejam tanto garantidos pelo governo quanto devidamente usufruídos pela população. A questão nuclear pode ser considerada, portanto, um fragmento positivo dessa tendência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou examinar, através da questão nuclear em pelo menos três dimensões – militar, energética e social –, a dinâmica da ascensão chinesa como potência global. Através da pesquisa empreendida, consideram-se alguns resultados obtidos. No campo militar, a afirmação chinesa como quinta potência nuclearmente armada teve um significado mais profundo do que teve para Estados Unidos, URSS, Reino Unido ou França. Além disso, a doutrina do “*no first use*”, afirmada de forma veemente pelos chineses, conseguiu angariar para eles grande legitimidade em seu discurso, inclusive para continuar empreendendo esforços de lenta expansão da capacidade bélica nuclear.

No campo energético, o trabalho verificou um desenvolvimento relativamente recente de usinas nucleares pelo território chinês, e que, no entanto, atualmente, “enquanto outros países no mundo estão desacelerando seus programas nucleares, a China está comprometida com o desenvolvimento substancial de sua indústria” (STERNFELD, 2010, p. 1). Essa expansão energética nuclear é posicionada, como visto, de forma a atender à demanda

crescente por energia – cenário típico de um país em plena expansão – e para atender às pressões internacionais e internas por energia mais limpa e renovável do que o carvão. Apesar disso, a China tem grandes desafios futuros e presentes para a expansão de sua matriz energética nuclear.

Por fim, no campo social, a pesquisa demonstrou como a expansão bélica e energética da questão nuclear na China tem servido de base para a projeção cada vez maior da sociedade civil organizada chinesa – especialmente após o acidente nuclear japonês em Fukushima. Ainda que o contexto geral da China exponha um país com restrições à liberdade de expressão, os vários exemplos abordados dão indícios de uma flexibilização crescente por parte do governo acerca de ações organizadas pela sociedade civil. Atesta-se, portanto, a confirmação da hipótese inicial de que o exame específico da questão nuclear na China revela uma trajetória mais geral de crescimento e desenvolvimento. Seja militarmente, economicamente ou socialmente, a questão nuclear na China revela uma tendência geral positiva, ainda que com ressalvas pontuais.

REFERÊNCIAS

ACTON, James M. **Is China changing its position on nuclear weapons?**The New York Times, 26 abr. 2013.Disponívelem: http://www.nytimes.com/2013/04/19/opinion/is-china-changing-its-position-on-nuclear-weapons.html?pagewanted=all&_r=0. Acessoem: 13 jun. 2014.

COLBY, Elbridge A; DENMARK, Abraham M. **Nuclear weapons and U.S.-China relations: a way forward**. Center for Strategic and International Studies, Washington, EUA, 2013.

KRISTESEN, Hans M.; NORRIS, Robert S. Chinese Nuclear Forces, 2013.**Bulletin of the Atomic Scientists**.ReinoUnido: SAGE, 2013.

KULACKI, Gregory. **China's nuclear arsenal: status and evolution**. EUA: Union of Concerned Scientists, 2011.

LAI, On Kwok.**Greening of Hong Kong? Forms of manifestation of environmental movements**. In: CHIU, Stephen Wing Kai; LUI, Tai Lok (org.). The dynamics of social movement in Hong Kong. Hong Kong: Condor, 2000.

LIPING, Xia. **Impacts of China's nuclear doctrine on international nuclear disarmament**.In: 13th PIIC Beijing Seminar on International Security, 2012, Pequim. Anais.Pequim, 2012, p. 1-11. Disponível em: http://www.nti.org/media/pdfs/Xia_Liping.pdf. Acesso em: 26 jul. 2014.

NETO, Ibrahim Abdul Hak. **Armas de destruição em massa no século XXI: novas regras para um velho jogo – o paradigma da Iniciativa de Segurança contra a Proliferação (PSI)**. Brasília: FUNAG, 2011.

SAMPAIO, Maria Feliciano Nunes Ortigão de. **O Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT): perspectivas para sua entrada em vigor e para a atuação diplomática brasileira**. Brasília: FUNAG, 2012.

SCHNEIDER, Mycle; FROGGATT, Antony.**The world nuclear industry status report 2012**. Paris, Londres: Myclke Schneider Consulting Project, 2012.

_____. **The world nuclear industry status report 2013**. Paris, Londres: Myclke Schneider Consulting Project, 2013.

SHEPERD, Hana. **Movements against nuclear power**.SociologyLens, 2011. Disponível em: <<http://thesocietypages.org/sociologylens/2011/03/21/movements-against-nuclear-power>>. Acessoem: 23 jul. 2014.

STERNFELD, Eva. China going nuclear.**Hintergrundinformationen**.Alemanha, n. 14, nov. 2010, p. 1-12.

THE BULLETIN.**Sutdent protests continue in China**. Oregon, EUA, 26 dez. 1985. Caderno C. Diponível em:

<http://news.google.com/newspapers?id=yo9TAAAAIIBAJ&sjid=soYDAAAAIIBAJ&hl=pt-BR&pg=4433%2C4932755>. Acesso em: 26 jul. 2014.

THE ECONOMIST. **Limiting the fallout.** 2013. Disponível em: <http://www.economist.com/news/china/21582016-rare-protest-prompts-government-scrap-plans-build-uranium-processing-plant>. Acesso em: 07 jun. 2014.

THE REGISTER GUARD. **China detains Greenpeace protesters.** Oregon, EUA, 15 ago. 1995. Caderno A. Disponível em: <http://news.google.com/newspapers?id=0kZWAAAAIIBAJ&sjid=GOsDAAAAIIBAJ&hl=pt-BR&pg=3295%2C3538264>. Acesso em: 26 jul. 2014.

WANG, Qiang. **China needing a cautious approach to nuclear power strategy.** Energy Policy. EUA: Elsevier, n. 37, 2009, p. 2487-2491.

WISEMAN, Paul. **Cracking the great firewall of China's web censorship.** 2008. Disponível em: <http://abcnews.go.com/Technology/story?id=4707107>. Acesso em: 23 jul. 2014.

ZHOU, Yun. **Why is China going nuclear?** Energy Policy. EUA: Elsevier, n. 38, 2010, p. 3755-3762.

ZHOU, Sheng; ZHANG Xiliang. **Nuclear energy development in China: a study of opportunities and challenges.** Energy. EUA: Elsevier, n. 35, 2009, p. 4282-4288.

ZHU, Mingquan. **The evolution of China's nuclear nonproliferation policy.** The Nonproliferation Review/Winter. Vermont, EUA, 1997, p. 40-48.

DECLARAÇÃO CONJUNTA DE BRASIL, IRÃ E TURQUIA: ANÁLISE DESSE ACORDO INTERNACIONAL E DA PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA

JOINT DECLARATION BY BRAZIL, IRAN AND TURKEY: ANALYSIS OF THIS INTERNATIONAL AGREEMENT AND THE BRAZILIAN PARTICIPATION

Cindy Rosa Martinez¹
Letícia Azevedo Maia¹
Vanda Rodrigues Santos¹

RESUMO

O Brasil, nos últimos anos, vem reorganizando sua política externa no intuito de ter uma maior inserção internacional e, assim, renovar suas parcerias políticas e econômicas. O presidente Lula da Silva, em 2009, declarou a intenção brasileira de manter o diálogo com os países do Oriente Médio e de mediar questões relativas a essa região. Tais declarações concretizaram-se em 2010 com a viagem de Lula ao Irã. Na ocasião, houve a assinatura de um acordo a respeito do programa nuclear iraniano denominado Declaração Conjunta de Brasil, Irã e Turquia. O presente artigo objetiva analisar tal declaração, ressaltando seus principais aspectos. Além disso, pretende-se evidenciar a participação brasileira já que o acordo teve considerável repercussão internacional.

PALAVRAS-CHAVE

Declaração Conjunta; Acordo Nuclear; Brasil.

ABSTRACT

Brazil, in recent years, has been reorganizing its foreign policy in order to have greater international integration and, thus, renew their political and economic partnerships. President Lula da Silva, in 2009, declared Brazil's intention to maintain dialogue with the countries of the Middle East and mediate issues regarding this region. Such statements were implemented in 2010 with Lula's trip to Iran. On occasion, there was the signing of an agreement on the Iranian nuclear program called Joint Declaration by Brazil, Iran and Turkey. This article aims to analyze this statement, highlighting its main aspects. Furthermore, intend to highlight the Brazilian participation since this agreement had considerable international repercussions.

KEY-WORDS

Joint Declaration; Nuclear Agreement; Brazil.

¹Graduandas do curso de Relações Internacionais pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai (IDEAU). Email: cindyrosamartinez@hotmail.com; lmaya88@yahoo.com.br; vandaideau@gmail.com.

INTRODUÇÃO

No início do século XXI, o Brasil despontou como um país emergente. Com isso, a política externa brasileira reorganizou-se a fim de buscar um maior protagonismo brasileiro no cenário internacional e, além disso, enfatizar as relações com os demais países emergentes. No mandato do presidente Lula da Silva, a política exterior reestabeleceu a importância do Oriente Médio e, assim, reaproximou-se da região.

A questão nuclear do Irã, por exemplo, foi um dos assuntos de maior relevância nas relações internacionais nos anos de 2010 e 2011 (FERREIRA, 2012). Nesse contexto, o Brasil propôs-se a mediar um Acordo Nuclear e, juntamente com a Turquia, assinou uma Declaração de grande importância mundial, a qual teve, por um lado, considerável repercussão, mas por outro, foi vista com desconfiança por diversos países.

O objeto de estudo deste trabalho é um dos muitos acordos internacionais em que houve a participação brasileira no processo de negociação. Em maio de 2010, a *Declaração Conjunta de Brasil, Irã e Turquia* ou, ainda, *Declaração do Teerã* foi firmada. Esse Acordo, relativo ao programa nuclear do Irã, foi assinado pelo primeiro-ministro turco, Tayyip Erdogan, e pelo presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad (GONÇALVES; CERIOLI, 2012). Sua celebração somente tornou-se possível através da intermediação do presidente brasileiro Lula da Silva.

Este artigo tem como objetivo geral analisar essa Declaração Conjunta, ressaltando seus principais aspectos. A escolha desse tema como objeto de pesquisa decorre da relevância que a sua assinatura teve para o cenário internacional. Além disso, em razão da sua importância para o Brasil, tal Acordo Nuclear será mais bem aprofundado no transcorrer desta pesquisa.

A metodologia utilizada contou com a revisão bibliográfica de alguns dos principais autores que abordaram este tema, bem como a interpretação teórica e discussão sobre suas contribuições. Diante disso, ela caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e descritiva que teve como fontes livros, artigos científicos e principalmente matérias de sites informativos da época.

O presente artigo está dividido em quatro seções. Na primeira parte, discute-se em que consistem os acordos internacionais, destacando sua importância para as relações internacionais. Na segunda, analisa-se o processo de negociação e verificam-se as dificuldades envolvidas na celebração dos acordos. A penúltima parte trata exclusivamente da

Declaração Conjunta de Brasil, Irã e Turquia, descrevendo seus principais pontos e evidenciando a participação brasileira.

OS ACORDOS INTERNACIONAIS

Os acordos internacionais são importantes fontes de Direito Internacional (FAVARETTO, 2008). Esse tipo de ato internacional, na maioria das vezes, cria uma obrigação entre os envolvidos, além de também poder modificar ou extinguir uma relação pré-existente (PAZ; SATUR, 2013, *apud* BASSO, 2002). Em outras palavras, eles são instrumentos jurídicos que ocorrem através da manifestação da vontade de duas ou mais partes. O Brasil, por exemplo, tem feito amplo uso do termo acordo internacional em suas negociações de natureza política, econômica, comercial, cultural, científica e técnica (MRE, 2010).

Os Estados celebram frequentemente acordos entre si no âmbito internacional. Tais acordos, são instrumentos jurídicos que garantem a cooperação entre os diferentes países e criam as normativas que consolidam ideias no sistema internacional. Nesse sentido, eles podem ser classificados como bilaterais, quando entre dois países, ou como multilaterais, quando entre três ou mais países.

As formalidades para a celebração de acordos: 1º negociação; 2º assinatura; 3º troca de notas; e 4º ratificação (promulgação, confirmação), com intervenção das atividades diplomáticas inclusive (FAVARETTO, 2008, p. 20-21).

Existem registros de diferentes sinônimos para a palavra “acordo”. Entretanto, o termo *tratado* é o mais utilizado, de forma genérica, para a denominação de um acordo. O que se refere à forma jurídica, os nomes pouco importam, e de fato não são aplicados de maneira coerente. Para mais, Érica Lopes classifica abaixo os diversos tipos de atos internacionais:

Convenção: costuma ser multilateral (dela participa uma número considerável de países) e dispor acerca das grandes províncias ou dos grandes temas do direito internacional [...]; * Protocolo (adicional): costuma ser um tratado acessório a, ou resultante de, um tratado principal, isto é, tratado complementar ou modificativo de outro sobre matérias políticas [...]; * Memorando de entendimento: às vezes (mas nem sempre) designa tratados sobre temas técnicos ou específicos [...]; * Concordata: é o tratado celebrado entre um Estado e a Santa Sé acerca da situação da igreja perante este [...]; * Tratado: costuma dar nome a atos especialmente solenes [...]; * Carta: estatuto ou constituição: costuma designar tratados constitutivos de organizações internacionais [...]; * Pacto: tratado de aliança militar, mas igualmente tratado político de grande [...]; Ata Geral ou Final: tratado

conclusivo de uma conferência ou congresso internacional de Estados [...]; * Convenção técnica: tratado sobre matérias especializadas de caráter técnico, em regra complementar de outro [...]; * *Modus vivendi*: acordo temporário ou provisório; * Compromisso: acordo tendente à solução arbitral de conflitos [...] (LOPES, 2012, p. 26).

A Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados também define o termo “tratado internacional”. Em seu artigo 2º, conceitua-o como um “acordo internacional celebrado por escrito entre Estados e regido pelo direito internacional, quer conste de um instrumento único, quer dois ou mais instrumentos conexos [...]”.

Todos os acordos internacionais devem seguir regras previamente determinadas e aceitas pela grande maioria dos Estados-nação. Exemplo disso é o Princípio da Boa-fé incluído na Carta das Nações Unidas, em 1945, e que consiste essencialmente no compromisso dos países-membros em “[...] estabelecer as condições necessárias à manutenção da justiça e do respeito das obrigações decorrentes dos tratados [...]”. Algumas décadas mais tarde, em 1969, a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, outra fonte fundamental de Direito Internacional, reafirmou sua importância. Um segundo princípio é a *Pacta sunt servanda* que ensina que “os tratados (celebrados) devem ser cumpridos”. Para mais, “o caráter obrigatório de um tratado está encerrado em seu próprio conteúdo” (MORE, 2007, p. 6). Ou seja, é uma regra elementar que os Estados cumpram o que se estabelece em contrato.

No caso do Brasil, a celebração de tratados passa por algumas etapas as quais envolvem diferentes atores do governo federal. A assinatura de atos internacionais pelo governo brasileiro é um processo que requer a intervenção do Poder Legislativo e a devida aprovação do Congresso Nacional, conforme se observa abaixo:

No Brasil, o ato internacional necessita, para a sua conclusão, da colaboração dos Poderes Executivo e Legislativo. Segundo a vigente Constituição brasileira, celebrar tratados, convenções e atos internacionais é competência privativa do Presidente da República (art. 84, inciso VIII), embora estejam sujeitos ao referendo do Congresso Nacional, a quem cabe, ademais, resolver definitivamente sobre tratados, *acordos* e atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional (art. 49, inciso I). [...] embora o Presidente da República seja o titular da dinâmica das relações internacionais, cabendo-lhe decidir tanto sobre a conveniência de iniciar negociações, como a de ratificar o ato internacional já concluído, a intervenção do Poder Legislativo, sob a forma de aprovação congressional, é, via de regra, necessária (MRE, 2010, p. 5, grifo nosso).

Destaca-se ainda o formato dos atos internacionais:

Por serem os tratados, as convenções, os *acordos* e os ajustes complementares documentos formais, por escrito e com teor definido, eles obedecem,

tradicionalmente, ao seguinte padrão: título, preâmbulo, consideranda, articulado, fecho, assinatura, sistema de inversões ou alternância, selo de lacre com as armas das partes contratantes (MRE, 2010, p. 9-10, grifo nosso).

O PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO

O processo de negociação é fundamental para a concretização ou não de qualquer acordo internacional. Isto é, através da negociação, procura-se alcançar uma decisão satisfatória para ambas as partes. Busca-se, ainda, um deslocamento das posições originais dos envolvidos para outras em que o acordo seja possível (PAZ; SATUR, 2013 *apud* CARVALHAL *et al.*, 2009). Nesse sentido, o objetivo principal da fase da negociação é “[...] a formulação de uma proposta definitiva, na forma de declaração que contenha a vontade das partes” (PAZ; SATUR, 2013, p. 23). Por isso, torna-se essencial o ato de negociar já que, pelo seu intermédio, os pontos mais importantes na consecução de um acordo são definidos. Logo, ele visa “[...] estabelecer as bases econômicas, técnicas e jurídicas do novo contrato” (PAZ; SATUR, 2013, p. 23, *apud* BAPTISTA, 2010, p. 135, grifos do autor).

Há uma série de fatores que influenciam as negociações mundiais. O clima político e econômico das regiões envolvidas é um primeiro exemplo, porque as negociações estão sujeitas às oscilações tanto políticas como econômicas do sistema internacional. Ou seja, os acordos internacionais encontram-se inseridos em um universo em constante mutação. Assim, a estabilidade do país, o interesse governamental, o poder das burocracias locais, a corrupção e o contexto legal para a solução de controvérsias necessitam ser considerados e, sobretudo, analisados pelos negociadores mundiais (MARTINELLI; VENTURA; MACHADO, 2012).

Além disso, as diferenças linguísticas e culturais também colocam-se como dificuldades ou até mesmo barreiras a todo esse processo de negociação. Em suma, o reconhecimento das diversidades entre as partes é o maior desafio das negociações em âmbito internacional (NEGOCIAÇÃO INTERNACIONAL, 2005). Desse modo, para que haja o entendimento:

[...] é preciso superar os problemas relativos aos diferentes idiomas, aos usos e costumes e outros aspectos culturais tais como a organização jurídica de cada Estado, o que nem sempre ocorre sem um grande esforço de ambos os lados (PAZ; SATUR, 2013, p. 21 *apud* GRANZIERA, 1993, p. 19).

A escolha do idioma que será utilizado constitui-se como uma importante questão na negociação. Visto que, “quem opera na língua materna tem uma vantagem sobre a outra parte em termos de facilidade, rapidez e detalhes” (NEGOCIAÇÃO INTERNACIONAL, 2005, p. 12). Mesmo que um dos envolvidos utilize um intérprete, essa é uma técnica que está sujeita a imperfeições. Isto porque no interior de toda cultura existem diferentes significações e linguagens para cada classe social, idade, profissão (NEGOCIAÇÃO INTERNACIONAL, 2005). E, com isso, “a probabilidade de erros de interpretação se multiplicam quando as partes falam línguas diferentes” (DE OLIVEIRA, 2004, p. 44).

Também é importante observar as diferentes culturas dos negociadores. Já que, “as estratégias utilizadas [...] (*por eles*) estão diretamente ligadas à cultura a que pertencem” (DE OLIVEIRA, 2004, p. 44 *apud* FLORIANI, 2002, n.p., grifo nosso). Por exemplo, as seguintes características variam de acordo com a cultura do negociador:

- natureza da estrutura de controle e do processo da tomada de decisão; - razão para confiar ou desconfiar do comportamento da outra parte; - tolerância da ambiguidade durante o processo de negociação; - necessidades emocionais do negociador, por exemplo, estimulação do ego ou anulação do ego (DE OLIVEIRA, 2004, p. 49 *apud* HOFSTEDE; USUNIER, n.p., 1996).

Assim sendo, os negociadores devem estar preparados para lidar com tais questões. Para tanto, uma pesquisa prévia sobre as tradições culturais e as peculiaridades do país em questão é extremamente oportuna. As principais fontes de preparação utilizadas são: pesquisas na internet, livros, filmes, programas de viagens, centros culturais e restaurantes típicos (PANOSSO, 2000). Em resumo, a compreensão das normas culturais expande o universo das negociações integrativas e as possibilidades de resultados ganha-ganha (MARTINELLI; VENTURA; MACHADO, 2012).

A DECLARAÇÃO CONJUNTA DE BRASIL, IRÃ E TURQUIA

O Brasil vem ajustando sua política externa com o intuito de situar-se como importante ator global (*global player*) e renovar suas parcerias comerciais. Por exemplo, o presidente Lula, em 2009, destacou a intenção do Brasil de manter o diálogo com todos os países do Oriente Médio. Além disso, comentou a necessidade dessa região buscar a incorporação de novos interlocutores que estejam interessados somente na paz (GONÇALVES; CERIOLI, 2012). Tais declarações demonstravam o interesse brasileiro de

aproximar-se do Oriente Médio e, consequentemente, de envolver-se em questões relativas a essa região.

As intenções brasileiras concretizaram-se, em 2010, com a viagem de Lula ao Irã. Na ocasião, Brasil e Turquia colocaram-se “como mediadores das pressões da sociedade internacional sobre o programa nuclear iraniano” (HERZ; LAGE, n.d., p. 11). Em 17 de maio do mesmo ano, o primeiro-ministro turco, Tayyip Erdogan, o presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, e o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, assinaram a *Declaração Conjunta de Brasil, Irã e Turquia* ou *Declaração de Teerã*. Esse acordo além de demonstrar a sintonia no pensamento diplomático entre os três Estados, evidenciou que o Brasil pode ser ativo em mediações internacionais (DIAS JÚNIOR, 2010).

O programa nuclear iraniano iniciou-se na década de 1950 com o desenvolvimento de pesquisas nessa área. Na década seguinte, os Estados Unidos, através do Programa Átomos para a Paz, forneceram ao Irã seu primeiro reator nuclear. A cooperação entre os dois países aprofundou-se nos anos de 1970, quando o Irã assinou o Tratado de Não-proliferação Nuclear² (TNP) e aderiu às salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica³ (AIEA) (LAZIER, 2006). Naquele mesmo período, foi desenvolvido um grande plano para a criação de 22 usinas nucleares. Com a Revolução Islâmica, em 1979, o governo iraniano suspendeu temporariamente seu programa nuclear e somente retomou-o em 1985 (DELLAGNEZZE, n.d.). Na década de 1980, segundo Lazier, “há indícios de cooperação nuclear do Irã com o Brasil e Argentina [...]” (2006, p. 7).

A política atual de desenvolvimento nuclear do Irã é administrada pela Organização de Energia Atômica. Inclui diversos centros de pesquisa, uma mina de urânio, um reator nuclear e instalações de processamento de urânio, as quais contêm uma central de enriquecimento. Ainda há a previsão da construção de mais 19 usinas nucleares (DELLAGNEZZE, n.d.). Entretanto, em 2002:

[...] um dos opositores do regime (*do Estado iraniano*) tornou pública a existência de duas instalações nucleares desconhecidas pela AIEA. De fato, investigações realizadas pela agência no ano de 2003 revelaram a existência, por dezoito anos, de um programa secreto, bem como outras irregularidades nos relatórios do Irã, mas

² “O TNP [...] entrou em vigor em 1970 com 43 participantes. Tem como objetivo principal evitar a proliferação de armas nucleares, não obstante, permite que seus membros desenvolvam tecnologia nuclear para uso pacífico” (LAZIER, 2006, p.2).

³ “A AIEA foi criada, em 1957, para servir como um fórum intergovernamental de cooperação técnica e científica no uso pacífico de tecnologia nuclear. Atualmente, caracteriza-se como uma agência específica da Organização das Nações Unidas (ONU), reportando-se à Assembleia Geral, muito embora não esteja sobre seu controle direto” (LAZIER, 2006, p. 2).

não indicaram a existência de qualquer evidência sobre a construção de armas nucleares (LAZIER, 2006, p. 7, grifo nosso).

O Estado do Irã sempre afirmou para a comunidade internacional o seu direito de desenvolver um programa nuclear, além de declarar que a construção de usinas nucleares tinha como objetivo principal o aumento da sua capacidade energética. Isso porque, nas últimas décadas, o consumo de energia pela população do país aumentou drasticamente, contudo, o aumento na produção de eletricidade não ocorreu na mesma proporção (SIEM, 2011). Ou seja, a produção de energia nuclear, segundo o governo iraniano, serve principalmente como alternativa à utilização dos caros combustíveis fósseis, como o petróleo e o carvão. Em suma, o governo iraniano comprometeu-se, ao assinar o TNP, a utilizar sua tecnologia nuclear somente para fins pacíficos.

O governo iraniano, em 2009, solicitou a assistência da AIEA para a obtenção de combustível para seu reator nuclear de pesquisa. Todavia, a Agência e o G5+1, formado pelos cinco⁴ membros permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas e pela Alemanha, rechaçaram tal pedido e exigiram a suspensão das atividades de enriquecimento de urânio no país. O Irã, por sua vez, rejeitou evidentemente essa proposta e, em fevereiro de 2010, recomeçou a enriquecer urânio em 20%. Consequentemente, o Conselho de Segurança (CS) adotou sanções contra o Estado iraniano a fim de pressioná-lo a interromper seus procedimentos de enriquecimento. A Turquia e o Brasil, que na época possuíam vagas rotativas no CS e sem direito a veto, defenderam a via diplomática para solucionar a crise e foram contrários a novas sanções ao Irã (DELLAGNEZZE, n.d.).

O Ministério das Relações Exteriores, em declaração, afirmou que “o voto do Brasil não foi a favor do Irã ou contra os Estados Unidos, mas a favor de uma solução negociada” (MRE, 2010, n.p.). Além disso, ponderaram:

Votamos contra as sanções por uma razão tão simples quanto poderosa: não acreditamos que elas alcancem o objetivo que nós - e todos os membros do Conselho de Segurança - perseguimos: obter a necessária cooperação do Irã para sanar as dúvidas existentes sobre a natureza do seu programa nuclear. Cinco resoluções do Conselho de Segurança em menos de quatro anos não fizeram o Irã cooperar. Por que nova resolução o faria agora? Os proponentes da resolução afirmam que o objetivo não é punir o Irã, e sim trazê-lo à mesa de negociação, mas não explicam como é que se pretende obter cooperação pela via de novas sanções (MRE, 2010, n.p.).

⁴ São eles: Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, França e China.

Para a diplomacia do Brasil, até que se prove ao contrário, o desenvolvimento de energia nuclear pelo Irã tem objetivos pacíficos. Logo, não justificaria nem sanções e nem intervenções externas. Além disso, os dirigentes brasileiros acreditavam que a ingerência externa e a aplicação de sanções poderiam não só deter o programa nuclear iraniano, mas também fomentá-lo (VIDAL, 2013). Nesse sentido, Brasil e Turquia ofereceram-se para mediar as negociações com o Irã e, assim, buscar uma alternativa ao impasse nuclear no país.

As conversas prévias entre os Estados iniciaram-se em novembro de 2009 quando o presidente do Irã Mahmoud Ahmadinejad visitou o Brasil. Entretanto, as negociações entre Brasil, Irã e Turquia ocorreram entre os chefes de Estado e de governo e seus respectivos ministros de relações exteriores. Foram realizadas em Teerã, capital do Estado iraniano. Duraram aproximadamente 18 horas, divididas em três dias seguidos (DOS SANTOS, 2012). O Brasil e a Turquia juntos “lograram, em alguns dias e por conta de intensa diplomacia, o que as grandes potências não conseguiram durante anos” (VIDAL, 2013, p. 52).

O Acordo foi anunciado primeiramente pela Turquia, na madrugada de 17 de maio de 2010. E, no mesmo dia pela manhã, foi formalizado sob a forma de uma Declaração Conjunta de Irã, Brasil e Turquia (RIBEIRO; MEGALE, 2010). No texto, os signatários reafirmaram o comprometimento com o TNP e com AIEA. Também ressaltaram

[...] o direito de todos os Estados-Parte, inclusive a República Islâmica do Irã, de desenvolver pesquisa, produção e uso de energia nuclear (assim como o ciclo de combustível nuclear, inclusive atividades de enriquecimento) para fins pacíficos, sem discriminação (BRASIL, 2010, n.p.).

Os discursos da diplomacia brasileira relacionados à questão nuclear iraniana basearam-se em dois pilares fundamentais: não-proliferação da energia nuclear para fins bélicos e direito de quaisquer Estados ao uso pacífico de energia nuclear (HERZ; LAGE, n.d.). Além disso, o governo brasileiro sempre apoiou “[...] o trabalho da AIEA na verificação do cumprimento das obrigações do Irã originárias dos seus acordos de salvaguardas (TNP)” (PREISS, 2011, p. 54). Por outro lado, o Brasil esperava que o governo iraniano mantivesse uma cooperação transparente com a agência. Ou seja, em todos os momentos, o Brasil procurou valorizar a solução multilateral para esse tema.

Essa Declaração, promovida pelo Brasil e pela Turquia, somente efetivou-se, porque, em outubro de 2009, um acordo já havia sido proposto pela AIEA. Nele, o Irã deveria transferir “[...] boa parte de seu estoque de urânio para ser enriquecido (a 20%) não em seu solo pátrio mas em outro – de preferência na Rússia ou França” (FERREIRA, 2012, p. 5).

Esse acordo com a AIEA não teve prosseguimento “por conta da oposição de setores do governo iraniano ao pacto considerado como uma violação do direito iraniano de desenvolver energia nuclear para fins pacíficos” (RIBEIRO; MELADE, 2010, s.p.). Essa percepção iraniana advinha do entendimento de que a Agência representava um veículo das grandes potências nucleares, em particular dos Estados Unidos, do Reino Unido e da França (DOS SANTOS, 2012). Logo, em virtude da desconfiança do Estado iraniano com relação à AIEA, tal proposta inviabilizou-se.

Na prática, contudo, o Acordo trilateral consistia “na emissão de 1,2 mil quilos de urânio iraniano para a Turquia, que seria enriquecido em 20%, o suficiente para usos pacíficos, mas não para fins militares” (GONÇALVES; CERIOLI, 2012, p. 302). Segundo GRINSZTAJN (2013), seria a primeira vez que o produto estaria sendo enviado para o exterior. O objetivo central dessa troca é que o Irã, a médio prazo, não teria combustível nuclear suficiente para desenvolver armas atômicas caso depositasse uma parcela significativa do seu urânio enriquecido em território estrangeiro (RIBEIRO; MEGALE, 2010). Na própria Declaração, destaca-se que

[...] a troca de combustível nuclear é um ponto de partida para o começo da cooperação e um passo positivo e construtivo entre as nações. Tal passo deve levar a uma interação positiva e cooperação no campo das atividades nucleares pacíficas, substituindo e evitando todo tipo confrontação, abstendo-se de medidas, ações e declarações retóricas que possam prejudicar os direitos e obrigações do Irã sob o TNP (BRASIL, 2010).

Esse Acordo entre Brasil, Irã e Turquia teve considerável repercussão no cenário internacional. As reações foram diversas, porém, no geral, ocorreram declarações de cautela. O primeiro país a se manifestar foi Israel, que afirmou, através de um alto funcionário do governo israelense, que tanto o Brasil quanto a Turquia foram enganados pelo Irã no intuito deste ganhar tempo. Entretanto, o governo brasileiro rebateu tais suposições e lembrou que, pela primeira vez, o Estado iraniano comprometeu-se a enviar urânio enriquecido ao exterior. Já a Liga Árabe saudou a Declaração e qualificou-a como um passo positivo e significativo. O Secretário Geral da ONU, Ban Ki Moon, ponderou que o Acordo foi encorajador, contudo pediu ao Irã que obedecesse às resoluções do Conselho de Segurança, as quais pediam a suspensão das atividades de enriquecimento de urânio. A AIEA, por sua vez, pediu ao governo iraniano que confirmasse o Acordo celebrado por escrito (RIBEIRO; MEGALE, 2010).

As potências ocidentais evidentemente rejeitaram o Acordo Nuclear com Irã e principalmente criticaram:

[...] que a declaração final não abrangia a produção iraniana de urânio enriquecido a 20% e que o Irã poderia solicitar a devolução do seu urânio caso as provisões da declaração não fossem respeitadas, o que poderia ser feito a qualquer momento (GONÇALVES; CERIOLI, 2012, p. 302–303).

Os Estados Unidos, por exemplo, consideraram que o Irã não agiu de boa-fé quando assinou o acordo nuclear (GONÇALVES; CERIOLI, 2012). Além disso, o Estado norte-americano lembrou, por meio de um comunicado assinado pelo secretário de imprensa da Casa Branca, o histórico de não cumprimento de diversos compromissos pelo Irã. Ainda ressaltaram que continuariam

[...] a trabalhar com seus parceiros e através do Conselho de Segurança para que o Irã demonstre através de atos, e não meras palavras, sua disposição de cumprir com as obrigações internacionais ou enfrentar as consequências⁵ (THE WHITE HOUSE, 2010, n.p., tradução nossa).

Outros governos também receberam a Declaração com desconfiança. A França e a Alemanha, assim como os demais países ocidentais, revelaram que esperavam um compromisso formal com a AIEA. O Reino Unido afirmou que a Declaração não eliminaria sua apreensão com relação ao Irã e que o país ainda estaria sob a ameaça de novas sanções econômicas. Já a Rússia apontou que o Acordo não seria suficiente para satisfazer aos clamores da comunidade internacional. A China, por sua vez, mencionou ser favorável ao Acordo e considerou-o importante (RIBEIRO; MEGALE, 2010). Entretanto, “na leitura atenta dos discursos da época, da França, Reino Unido e EUA não há nenhum rechaço de ordem concreto e técnico contra o acordo conjunto” (FERREIRA, 2012, p. 5).

No Oriente Médio, o Irã e a Turquia destacam-se pelas suas localizações estratégicas. Enquanto aquele possui uma das maiores reservas do mundo de gás natural e de petróleo, este representa uma ponte entre Ocidente e Oriente já que se situa entre o continente europeu e o asiático. Além disso, ambos almejam alcançar determinada influência no contexto regional. Um fato que aproxima os dois países, o qual é percebido como uma das razões pela qual há o

⁵Texto original: “*The United States will continue to work with our international partners, and through the United Nations Security Council, to make it clear to the Iranian government that it must demonstrate through deeds – and not simply words – its willingness to live up to international obligations or face consequences*” (THE WHITE HOUSE, 2010, n.p.).

interesse turco em não se opor ao projeto nuclear iraniano, é o de que o Irã é um dos principais fornecedores de gás para a Turquia (GONÇALVES; CERIOLI, 2012).

Com a realização desse Acordo, a Turquia “desejava equilibrar a situação entre o Oriente e o Ocidente, a fim de se aproximar do Irã e provar a sua importância aos aliados ocidentais” (GONÇALVES; CERIOLI, 2012, p. 303). Além disso, as autoridades turcas apontaram “[...] para a necessidade de uma zona livre de armas nucleares em todo o Oriente Médio, incluindo Israel⁶” (FONTEIJN; ASSL; INGRAM, 2010, p. 8, tradução nossa). Logo, o Estado turco, assim como o brasileiro, almejava torna-se um ator tanto regional quanto internacional relevante. Isso porque a Turquia apresenta-se como um mediador entre os países muçulmanos. E, em comparação, o Brasil afirma-se como árbitro entre os interesses da agenda Sul e os da agenda Norte.

O Irã declarou que, mesmo com a assinatura do Acordo, iria retomar o diálogo com os países do G5+1. A Declaração Conjunta simbolizou para o Irã um processo de negociação com outros atores internacionais. Para o Estado do Irã, esse Acordo foi instrumental já que permitiu “[...] o reconhecimento do seu poder como potência nuclear e a sua reafirmação diante [...] dos Estados locais” (RIBEIRO, s.a., p. 2 *apud* PECEQUILO, 2014). Além disso, conseguiu equilibrar o seu comércio com o Brasil e mostrar que não está encurralado ou isolado do mundo (SZKLARZ, 2010).

O presidente Lula ressaltou que a celebração da Declaração foi uma vitória da diplomacia. Entendeu-se assim que conseguiu alcançar “[...] seus objetivos concretos: a promoção de um acordo que fortaleceria a segurança internacional” (FERREIRA, 2012, p. 5). O Brasil visava não só demonstrar o seu potencial como mediador, mas também aumentar o seu comércio com Irã e Turquia (GONÇALVES, CERIOLI, 2012). De acordo com Celso Amorim, ministro das relações exteriores na época, os motivos que levaram a um acordo de sucesso são vários, entre eles:

[...] tanto o Brasil quanto a Turquia são países em desenvolvimento com boas relações com o Irã; o Brasil é membro do G15, um grupo de países em desenvolvimento bem visto pelos dirigentes iranianos; a Turquia está localizada no Oriente Médio e é uma importante nação islâmica na região; ambos os países não são nuclearmente armados; e, uma importante contribuição, tanto o Brasil como a Turquia mantiveram o diálogo com o Irã em um patamar de respeito mútuo, não assumindo de antemão que o programa nuclear iraniano seria usado com finalidade militar (VIDAL, 2013, p. 55 *apud* CELSO AMORIM, 2010).

⁶Texto original: “[...] *point to the need for a universal nuclear free zone throughout the Middle East, including Israel*” (FONTEIJN; ASSL; INGRAM, 2010, p. 8).

O Brasil também buscava “demonstrar uma lógica contraditória e injusta de um sistema que privilegia as grandes potências” (VIDAL, 2013, p. 51). Essas potências desejavam que nenhum outro país, sobretudo os em desenvolvimento, possuísse tecnologia nuclear além delas mesmas. Não só isso, mas também havia a necessidade de dar maior peso e legitimidade aos Estados emergentes como países capazes de conduzir questões internacionais relevantes (RIBEIRO, s.a., p. 2 *apud* PECEQUILO, 2014). Assim, observa-se uma preferência da política externa brasileira em buscar “[...] uma posição de mediador ou de construtor de consensos, capaz de advogar em favor dos pequenos” (UZIEL, 2010, p. 197).

Entretanto, o esforço diplomático de Brasil e Turquia para a celebração de um acordo nuclear com Irã foi caracterizado por alguns críticos como ingênuo e perigoso. Isso, porque, aproximar-se de regimes acusados de desenvolver armas atômicas, poderia colocar em risco o projeto brasileiro de uma vaga no CS das Nações Unidas. Além disso, haveria a possibilidade do país isolar-se no cenário mundial, visto que a Declaração foi recebida com desconfiança pela comunidade internacional (SZKLARZ, 2010). Oliveira (2010) acrescenta ainda que a situação que se instalou após a assinatura, foi a dita “corrida contra o tempo”, para evitar, de qualquer maneira, que novas sanções econômicas fossem aplicadas ao Irã.

O Acordo em questão, na concepção do Brasil e da Turquia, não tinha a pretensão de solucionar todos os problemas relacionados ao programa nuclear do Irã. Porém, em um momento em que as tensões aumentavam no Oriente Médio, a negociação diplomática realizada pelos três países deveria ter sido compreendida como um primeiro passo para a solução pacífica, isso porque criou condições de confiança entre as partes envolvidas (VIDAL, 2013). Dessa maneira, percebe-se que o Irã mostrou-se mais confortável ao negociar e assinar um acordo com duas nações emergentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os acordos internacionais, de fato, são importantes fontes de Direito Internacional, pois possibilitam a cooperação entre os diferentes Estados. No estudo de caso em questão, o Brasil promoveu um acordo nuclear multilateral juntamente com Irã e Turquia. O Estado brasileiro utiliza-se constantemente deste tipo de ato principalmente em diferentes esferas como política, econômica, técnica, comercial.

O processo de negociação é, evidentemente, essencial para a celebração dos acordos internacionais. Um dos pontos em que o país destacou-se e fez com que seu papel de mediador tivesse sucesso, foi a confiança que os demais países envolvidos no Acordo depositaram no Brasil.

O posicionamento do Brasil com relação ao programa nuclear iraniano merece destaque. O presidente Lula e os dirigentes brasileiros sempre declararam que todo e quaisquer Estado tem o direito de desenvolver-se nuclearmente, entretanto, somente se essa energia nuclear tiver como fins os não bélicos. Além disso, através da Declaração Conjunta, o Brasil comprometeu-se a trabalhar juntamente com AIEA no intuito de garantir que o Irã cumprisse suas obrigações expressas no TNP. Caso contrário, o governo iraniano deveria sofrer as consequências e responder perante a comunidade internacional. Logo, o governo brasileiro com tais afirmações demonstrou seu interesse em primar pela solução pacífica das controvérsias e o seu compromisso com os dispositivos legais de manutenção da segurança internacional.

As reações à Declaração Conjunta foram diversas. Desse modo, isso demonstra a falta de consenso internacional que existia com relação ao programa nuclear iraniano. Entretanto, observa-se a existência de dois grupos de opinião. Aqueles que eram favoráveis à aplicação de sanções econômicas, liderados pelos Estados Unidos; e, aqueles que defendiam o direito do Estado iraniano de desenvolver seu programa nuclear para fins pacíficos. Este último era composto em sua maioria por países em desenvolvimento os quais temiam o controle da tecnologia nuclear pelas potências nucleares. Com isso, essas potências impediriam que os demais países desenvolvessem a mesma tecnologia.

Críticas à declaração à parte é necessário destacar que a diplomacia brasileira e a diplomacia turca conseguiram promover o que os demais atores internacionais não realizaram: um Acordo Nuclear com o Irã. Um exemplo esclarecedor a respeito disso é que o Irã recusou-se a aceitar o acordo proposto pela AIEA em outubro de 2009. Nele o urânio enriquecido deveria ser depositado preferencialmente no território da Rússia ou da França. Em contrapartida, o governo iraniano aceitou transferir seu urânio para a Turquia e assinou a Declaração proposta pelo Brasil. Portanto, o Estado iraniano mostrou-se mais confortável ao negociar com dois países emergentes do que com potências nucleares.

A participação brasileira no processo de negociação da Declaração Conjunta foi, sem dúvida, significativa, pois sua assinatura aconteceu em um momento em que as tensões se acirravam no Oriente Médio e o diálogo entre o Irã e as grandes potências estava

comprometido, aumentando assim ainda mais sua importância. Destaca-se também que o Brasil tratou de igual para igual tanto Irã como Turquia, não os inferiorizando em nenhum momento, já que os três países possuíam algo em comum que é a busca por influência regional e mundial. Além disso, a celebração desse Acordo poderá abrir precedentes para uma cooperação internacional mais ampla entre os governos. Observou-se, assim, que o Brasil possui poder e influência nas mesas de negociações. E, além disso, que o país tem capacidade de envolver-se em questões internacionais relevantes como aquelas referentes à segurança internacional, temática ainda restrita às grandes potências. Logo, o principal objetivo da política externa do governo Lula teve êxito: a projeção brasileira e o protagonismo internacional.

REFERÊNCIAS

ARVATI, Mariana. **Diferenças Culturais e Negociações Internacionais: Brasil e Arábia Saudita**. In: Revista de Negócios Internacionais, nº 5, pp. 19–24. Piracicaba, 2007. Disponível em: <http://www.unimep.br/rni/n9/RNI9_art03.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2014.

BRASIL. **Declaração Conjunta de Irã, Turquia e Brasil – 17 de maio de 2010**. Ministério das Relações Exteriores (MRE), Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-de-ira-turquia-e-brasil-17-de-maio-de-2010>>. Acesso em: 28 abr. 2014.

Carta das Nações Unidas (1945). Disponível em: <http://csnu.itamaraty.gov.br/images/Carta_da_ONU__Vers%C3%A3o_Portugu%C3%AAs.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2014.

Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (1969). Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/dtrat.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

CORREIA, Alessandra. **ONU aprova sanções contra Irã com oposição de Brasil e Turquia**. In: BBC Brasil, 2010. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/06/100609_iransancoesonu.sht>. Acesso em: 30 abr. 2014.

DELLAGNEZZE, René. **O Irã e suas relações internacionais no mundo globalizado**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/ISRI.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

DE OLIVEIRA, Fladimir. **Negociação comercial internacional: um comparativo entre negociadores tabaqueiros brasileiros e estrangeiros**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/629.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2014.

DIAS JÚNIOR, Walter. **Acordo nuclear Irã – Brasil – Turquia: visões desfavoráveis na imprensa brasileira**. In: Revista Eletrônica Tempo Presente. Disponível em: <http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=5450:acordo-nuclear-ira-brasil-turquia&catid=42&Itemid=127>. Acesso em: 28 abr. 2014.

DOS SANTOS, Cristina. **Declaração Conjunta de Teerão de 17 de maio de 2010: análise do processo negocial deste estudo de caso**. In: Revista Militar, 2012. Disponível em: <http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=691>. Acesso em: 28 abr. 2014.

FAVARETTO, Joana. **Acordos internacionais de previdência social**. 2008. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2008_1/joana_paula.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2014.

FERREIRA, Carlos. **O Brasil enquanto membro não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas no mandato 2010 – 2011**. 2012. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/la-seguridad/09107.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

FONTEIJN, Maarten; ASSL, Nima; INGRAM, Paul. **New players in the Dispute over Iran's Nuclear Program: Brazilian, Turkish and Iranian objectives.** 2010 Disponível em: <http://www.basicint.org/sites/default/files/Iran-Brazil-Turkey-new-players_0.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2014.

GRINSZTAJN, Carolina. **Política externa, instituições e percepções: o acordo nuclear entre Brasil e Irã.** Disponível em: <http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2013/resumos_pdf/ccs/IRI/Carolina%20Grinsztajn.p/>. 2014. Acesso em: 30 abr. 2014.

GONÇALVES, Natália; CERIOLI, Luíza. **As relações bilaterais do Brasil com a Turquia e o Irã.** In: Anais do Seminário Brasileiro de Estudos Estratégicos Internacionais – SEBREEI. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/sebreei/2012/wp-content/uploads/2013/01/Natalia-Barbosa-Argiles-Gon%D0%97alves-Lu%D0%B1za-Gimenez-Ceroli.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

HERZ, Mônica; LAGE, Vitor. **A atual política nuclear brasileira.** 2013. Disponível em: <<http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/6011/doc/1387267207.p>>. Acesso em: 28 abr. 2014.

LAZIER, Tiago. **Política Externa Estadunidense: os programas nucleares de Argentina, Brasil e Irã.** Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20061011110920.pdf?PHPSSESSIONID=6639374fa11926e0d1f13e468e246346>. Acesso em: 28 abr. 2014.

LOPES, Érica. **Recepção dos Tratados/Acordos internacionais na ordem jurídica interna Cabo – verdiana.** Cabo Verde, 2012. Disponível em: <<http://bdigital.unipiaget.cv:8080/jspui/bitstream/10964/500/1/%C3%89rica%20Lopes.pdf>>. Acesso em: 25 abr, 2014.

LOPES, Paula. **O Brasil e o nuclear: percepções e confusões.** In: Revista *Mundus*, nº 12, p. 9. Coimbra, 2010. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/555_2010_CAM_Sist_Econ_Ch_MUNDUS_Junho.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2014.

MACEDO, Maria Clara. **Declaração de Teerã: a iniciativa turco-brasileira para a questão nuclear iraniana.** Brasília, 2014. Disponível em: <[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/8336/1/2014_MariaClaraGuerraGomesPereiraMacedo.p](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/8336/1/2014_MariaClaraGuerraGomesPereiraMacedo.pdf)df>. Acesso em: 06 nov. 2014.

MARTINELLI, Dante; VENTURA, Carla; MACHADO, Juliano. **Negociação internacional.** São Paulo: Atlas, 2012.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Denominações dos Atos Internacionais.** In: Sistema Consular Integrado (SCI) – Sistema de Atos Internacionais. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/apresentacao/tipos-de-atos-internacionais/>>. Acesso em: 02 abr. 2014.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Espaço aberto**. 2012. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/artigos-relevantes/o-voto-do-brasil-na-questao-nuclear-iraniana-o-estado-de-sao-paulo-13-6-2010/?searchterm=Maria%20Luiza%20Ribeiro%20Viotti%20declara%C3%A7%C3%A3o%20conjunta%20brasil,%20ir%C3%A3,%20turquia>>. Acesso em: 06 nov. 2014.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Prática Diplomática Brasileira: Manual de procedimentos**. In: Divisão de Atos Internacionais. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/IRBr/ptbr/file/CAD/LXI%20CAD/Direito/MANUAL%20de%20procedimentos%20-%20atos%20internacionais.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2014.

MORE, Rodrigo. **Fontes do Direito Internacional**. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://more.com.br/artigos/Fontes%20do%20Direito%20Internacional.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2014.

Negociação Internacional. 2ª ed. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2005. Disponível em: <[http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/FF5EDBD0ED863E1703256FE1004779DC/\\$File/NT000A6742.pdf](http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/FF5EDBD0ED863E1703256FE1004779DC/$File/NT000A6742.pdf)>. Acesso em: 05 abr. 2014.

OLIVEIRA, Rafael. **O acordo nuclear Irã, Turquia e Brasil e a política externa turca do governo AKP**. Revista Mundus, n° 12, p. 10. Coimbra, 2010. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/555_2010_CAM_Sist_Econ_Ch_MUNDUS_Junho.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2014.

PANOSSO, Carlos Alfredo. **Negociação comercial internacional: um comparativo entre negociadores brasileiros e argentinos**. Porto Alegre, 2000. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2835/000282023.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 19 abr. 2014.

PAZ, Anderson; SATUR, Roberto. **A importância das negociações internacionais no processo de celebração de contratos internacionais**. In: Revista Cadernos de Aula do Lea – C@lea, n° 2, pp. 19–31. Ilhéus, 2013. Disponível em: <http://www.uesc.br/revistas/calea/edicoes/rev2_2.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2014.

PREISS, José Luiz. **As relações Brasil – Irã: dos antecedentes aos desdobramentos do século XXI**. In: Fundación Centro de Estudios Del Medio Oriente Contemporáneo – CEMOC, vol. 1, n° 1, pp. 45–60, 2011. Disponível em: <<http://www.cemoc.com.ar/ANMO%201%20-%203%20Relacoes%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

RIBEIRO, Daniel; MEGALE, Tiago. **Acordo nuclear entre Brasil, Turquia e Irã: retrospecto, conteúdo e repercussão**. In: Blog do NEI – Núcleo de Estudos Internacionais, 2010. Disponível em: <<http://neiarcadas.wordpress.com/2010/05/19/acordo-nuclear-entre-brasil-turquia-e-ira-%E2%80%93-retrospecto-conteudo-e-repercussao-por-daniel-ribeiro-e-tiago-megale/>>. Acesso em: 28 abr. 2014.

RIBEIRO, Lys. **O Acordo G5+1 não só garante o desenvolvimento da energia nuclear para fins pacíficos ao Irã, mas também o seu status de poder nuclear – entrevista com**

Cristina Soreanu Pecequilo. In: Blog Brasil no Mundo – Contribuições para a Política Externa Brasileira, 2014. Disponível em: <<http://blogbrasilnomundo.wordpress.com>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

SASSE, Cíntia; FARIA, Rafael. **Celso Amorim debate amanhã em comissão acordo com Irã e Turquia.** In: Revista Jornal do Senado, nº 3243, p. 3. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/arquivos_jornal/arquivosPdf/100531>. Acesso em: 25 abr. 2014.

SZKLARZ, Eduardo. **A ascensão do Brasil: os dois lados da realidade.** 2010. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/p6-1_1.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2014.

THE WHITE HOUSE. **Statement by White House Press Secretary Robert Gibbs on Iran.** 2010. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/the-press-office/statement-white-house-press-secretary-robert-gibbs-iran>>. Acesso em: 06 nov. 2014.

UZIEL, Eduardo. **Conselho de segurança, as operações de manutenção da paz e a inserção do Brasil no mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas.** Brasília: FUNAG, 2010. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/678-Conselho_de_Seguranca_e_a_insercao_do_brasil.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2014.

VIDAL, Camila. **O protagonismo brasileiro diante da Declaração de Teerã.** In: Conjuntura Austral, vol. 4, nº 18, Porto Alegre, 2013.

YODA, Ana Jamily. **As organizações internacionais e o poder de celebrar tratados.** In: Revista Jurídica, vol. 7, nº 75. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_75/artigos/PDF/AnaVeneroso_Rev75.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2014.

INTEGRAÇÃO EURO-ATLÂNTICA: A POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA PARA O LESTE EUROPEU NO PÓS-GUERRA FRIA

EURO-ATLANTIC INTEGRATION: US FOREIGN POLICY TOWARDS EASTERN EUROPE IN THE POST-COLD WAR ERA

Luana Margarete Geiger¹

RESUMO

O presente artigo tem como objeto de estudo a integração Euro-Atlântica e analisa a influência da política externa norte-americana pós-Guerra Fria nos alargamentos da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da União Europeia (UE), que passaram a integrar países da Europa Oriental. Para isso, será definido o conceito de integração Euro-Atlântica, seguido pela apresentação de um breve panorama da política externa dos Estados Unidos para o Leste Europeu depois da desintegração soviética. A profundidade da integração Euro-Atlântica será exemplificada através da apresentação do caso dos ex-regimes autoritários que prontamente se engajaram em processos cooperativos e de ocidentalização, contribuindo com as estratégias norte-americanas para a região: os países Bálticos.

PALAVRAS-CHAVE

Integração Euro-Atlântica; Política externa norte-americana; OTAN; União Europeia; Países Bálticos; Leste Europeu.

ABSTRACT

This article studies Euro-Atlantic integration and analyzes the influence of U.S. post-Cold War foreign policy in the enlargements of the North Atlantic Treaty Organization (NATO) and of the European Union (EU), which began to integrate Eastern European countries. To achieve this, the concept of Euro-Atlantic integration will be defined, followed by a presentation of a brief overview of U.S. foreign policy to Eastern Europe after the Soviet disintegration. The depth of Euro-Atlantic integration is exemplified by presenting the case of the former authoritarian regimes who promptly engaged in cooperative processes and Westernization, contributing to U.S. strategies for the region: the Baltic countries.

KEYWORDS

Euro-Atlantic Integration; U.S Foreign policy; NATO; European Union; Baltic States; Eastern Europe.

¹ Graduanda em Relações Internacionais pela Escola Superior de Propaganda e Marketing – Sul (ESPM-SUL). Email: lgeiger@acad.espm.br.

INTRODUÇÃO

A região do Leste Europeu foi disputada como zona de influência e visualizada como tal desde antes da Guerra Fria – período em que fez parte o Pacto de Varsóvia² e representou importante zona de influência para aquelas que eram, na época, as duas superpotências dominantes no Sistema Internacional: os Estados Unidos e a União das Repúblicas Soviéticas (URSS). Os resultados e consequências das disputas que ali ocorreram se refletiram nas políticas internas e externas adotadas nesses países após as suas independências e mostram uma ocidentalização e uma integração Euro-Atlântica cada vez maior na região. Esse perfil pode ser exemplificado, contemporaneamente, pela adesão de grande parte dos países da Europa Oriental a blocos econômicos e organizações internacionais como a União Europeia (UE) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

A contenção do bloco socialista foi o guia e o referencial central da política externa norte-americana, que ainda prevê, mesmo depois do colapso da URSS, o dever e a missão de proteger o seu poder sistêmico contra potenciais ameaças vindas do Leste Europeu (PECEQUILO, 2005, p. 161 e 168), mantendo a sua influência na região e, assim, afastando o perigo representado por aqueles que já defenderam ideais socialistas. Indo contra análises que diminuem o caráter estratégico contemporâneo da região, os Estados Unidos reforçam o seu posicionamento nesses países – o que obteve reflexo nos alargamentos de instituições como a UE e a OTAN, que permitiram a entrada de países da Europa Oriental aos seus quadros de membros, contribuindo para a perpetuação de ideais ocidentais como a democracia, a defesa dos direitos humanos e a existência de uma economia de mercado nos países envolvidos.

Este artigo, pois, visa analisar a política externa dos Estados Unidos para o Leste Europeu após a desintegração da URSS e a sua influência nesta região, levando em consideração a importância estratégica desta e os consequentes desdobramentos da integração Euro-Atlântica. Será também exposto aquele que seria o cenário ideal para o alastramento dos interesses dos Estados Unidos na região, representado pelo caso das nações Bálticas. A relevância deste tema encontra-se no fato de ajudar a mensurar e entender o impacto das disputas por influência na região e os resultados práticos destas, além de oportunizar a compreensão dos diferentes níveis de aceitação dessas influências por parte das ex-repúblicas soviéticas e de buscar conhecer a dinâmica e as estratégias atuais da integração Euro-Atlântica.

A análise terá como ponto de partida a definição do conceito de integração Euro-Atlântica, seguida de um panorama da política externa dos Estados Unidos com relação aos ex-regimes autoritários europeus. A partir disso, os desdobramentos recentes da integração Euro-Atlântica serão apresentados, dando enfoque aos alargamentos da UE e da OTAN. Por fim, e de forma a exemplificar e representar com maior especificidade tal integração, será apresentado o caso dos países Bálticos – formados pela Lituânia, Estônia e Letônia, que configuram uma região estratégica e conflituosa, cujos países representam hoje as ex-repúblicas soviéticas que mais se afastaram de governanças centralizadoras e autoritárias – como representantes do cenário ideal para a combinação das políticas de influência norte-americanas para a Europa Oriental, com a intenção de ocidentalização por parte de alguns países dessa região.

Esta se trata de uma pesquisa de vertente qualitativa, partindo da coleta de dados em fontes bibliográficas documentais e digitais. Assim, para entender a influência da política externa norte-americana nos desdobramentos da integração Euro-Atlântica, será estabelecido um diálogo com Cristina Soreanu Pecequillo, Zbigniew Brzezinski e Stephen M. Walt, os principais teóricos pesquisados para a realização deste estudo.

A INTEGRAÇÃO EURO-ATLÂNTICA

A Integração Euro-Atlântica é formada pelo conjunto de alianças, parcerias e alinhamentos que envolvem os Estados Unidos e os países europeus nas mais diversas esferas, entre elas a política, a militar, a estratégica, a econômica, a comercial e a cultural. Conforme definido por Walt (1987), uma aliança formal ou informal representa uma relação de cooperação entre dois ou mais Estados soberanos. Essa definição assume um nível de comprometimento e troca de benefícios para todas as partes.

O termo, que afeta ambos os lados – Estados Unidos e Europa – há mais de sessenta anos, passou a adquirir ainda mais popularidade ao aumentar a aproximação com os países da Europa Central e Leste, através da inclusão destes às instituições que formalizam tal integração. Conforme apresentado no Fórum de Bruxelas³, a integração Euro-Atlântica – que durante a Guerra Fria poderia ser exemplificada através de políticas como a Doutrina Truman e o Plano Marshall, ambas as políticas norte-americanas de auxílio à Europa – atualmente se refere principalmente à inclusão de países da Europa Oriental à OTAN e à UE e aos esforços por parte dessa região para se reconectar com a comunidade do Oeste. A integração Euro-

² Pacto de Varsóvia – Aliança militar formada durante a Guerra Fria e liderada pela União Soviética.

Atlântica não se inicia quando um país afirma o seu compromisso como candidato da OTAN ou da UE e não termina no momento de adesão. Trata-se de um processo complexo e profundo, que cobre uma sequência de cooperação, extensão de parcerias, associação através das organizações internacionais e aprofundamento da integração nas diferentes esferas: econômica, política, social, cultural e estratégica (GEOANA, 1997).

Um dos focos da política externa estadunidense pós-Guerra Fria está no seu reposicionamento estratégico na Eurásia – soma do continente europeu ao asiático –, o que corresponde em grande parte à expansão das já citadas instituições (PECEQUILO, 2005). Embora, segundo Ikenberry (1989), os Estados Unidos tenham sido praticamente convidados pelos próprios europeus a se tornarem um Império Atlântico, no momento em que os norte-americanos perceberam que não seria mais possível representar um mundo em si mesmos, eles buscaram por mecanismos e parceiros que seriam domesticados, de forma a reproduzir em escala internacional o espírito e a prática do seu experimento liberal (PECEQUILO, 2005 apud HENDRICKSON, 1998). A necessidade de zelo pelos países foco da cobiça soviética é reforçada com o seguinte posicionamento norte-americano: “... os problemas da Europa [...] não são 'problemas de outras pessoas'; eles são nossos.” (STIMSON, 1997, p.7).

Os Estados Unidos apresentam grande interesse na evolução dos processos de integração e o seu envolvimento vai além da OTAN. A partir da assinatura da Nova Agenda Transatlântica – documento assinado por representantes dos Estados Unidos e da União Europeia e que prevê os principais objetivos de atuação conjunta –, os Estados Unidos e a UE aproximaram ainda mais as suas economias, fortificando uma das maiores relações comerciais do planeta. A tendência nesses relacionamentos é de aprofundamento gradual da integração e do nível cooperativo – que já vão muito além do âmbito comercial, abordando também questões como a segurança, a aplicação de políticas, legislações, a justiça, questões energéticas, o meio ambiente, ciências e a educação (UNIÃO EUROPEIA, 2013).

A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS PARA O LESTE EUROPEU

Durante a Guerra Fria, a política externa dos Estados Unidos perdeu o seu caráter isolacionista e assumiu o internacionalismo, em uma posição de liderança e hegemonia, sob os preceitos da contenção do bloco socialista (PECEQUILO, 2005, p. 163). Depois do desfecho desse conflito, e com a derrota do inimigo soviético, os Estados Unidos procuram sustentar a sua hegemonia e evitar o surgimento de novas ameaças aos seus ideais através da construção de um sistema vasto e complexo, sustentado por arranjos e alianças cooperativas,

ênfatizando a tomada de decisão consensual e aproximando as demais fontes de poder (BRZEZINSKI, 1997).

Para tanto, são realizados investimentos constantes em regiões-chave, nas quais os Estados Unidos têm maior interesse em manter o seu controle, poder e influência. A Europa é percebida como uma aliada natural, que funciona como uma ponte para a disseminação dos ideais norte-americanos de democracia através da integração desse continente com os Estados Unidos (BRZEZINSKI, 1997). A região da antiga URSS, porém, é classificada como um buraco negro, sendo que a Rússia – como a maior herdeira soviética – ainda deve ser contida (BRZEZINSKI, 1997). Uma das formas de manter esse país controlado é através da integração norte-americana com países fronteiriços ou próximos ao território russo, os quais já estiveram sob a esfera de influência soviética e cada vez mais voltam as suas políticas externas para o Ocidente. Faz parte dos interesses norte-americanos consolidar e manter o pluralismo geopolítico no mapa da Eurásia (BRZEZINSKI, 1997).

A política externa norte-americana para a Eurásia apresenta uma continuidade entre temas históricos e contemporâneos. Mesmo no pós-Guerra Fria, não foram alterados os padrões dos seus engajamentos com relação a essa região. Apesar da ausência soviética, a prioridade permaneceu sendo a prevenção do surgimento de um poder hegemônico na Eurásia que viesse a ameaçar ou contestar o poder norte-americano na ordem estabelecida (PECEQUILO, 2005). Apesar de não defenderem uma nova contenção, as estratégias ainda consideraram a Rússia como uma nação dotada de poder e oportunamente ameaçadora.

Assim sendo, a segurança da Europa foi e é considerada como um interesse vital dos Estados Unidos em termos regionais, principalmente no início da década de 1990, e todos os níveis da integração Euro-Atlântica são valorizados, visando o fortalecimento e o aprofundamento dos seus laços. Especificamente, são valorizadas as funções da OTAN e da UE. Através do alargamento dessas organizações, os Estados Unidos alegam tornar o continente cada vez mais cooperativo e livre das ameaças do passado, ao mesmo tempo em que aproximam politicamente uma importante região estratégica. Conforme explica Brzezinski (1997), sobre o interesse norte-americano no alargamento das instituições que aproximam os Estados Unidos e a Europa:

[...] A Europa é ponte geopolítica essencial para os Estados Unidos no continente eurasiático. A participação geoestratégica deste país na Europa é enorme. [...] A aliança atlântica projeta a influência política e o poder militar norte-americano diretamente no continente eurasiático. Nesta fase das relações entre norte-americanos e europeus, estando as nações aliadas da Europa ainda altamente dependentes da proteção dos Estados Unidos, qualquer expansão no âmbito da Europa torna-se automaticamente uma expansão no âmbito de influência direta dos Estados Unidos

também. Por outro lado, sem estreitos laços transatlânticos, a primazia dos Estados Unidos na Eurásia desaparece rapidamente; o controle americano sobre o Oceano Atlântico é comprometido, bem como a capacidade de projetar poder e influência mais profundamente na Eurásia (BRZEZINSKI, 1997, p. 30, tradução da autora).

Conforme publicado pelo governo norte-americano, o relacionamento com os seus aliados é o centro dos engajamentos internacionais dos Estados Unidos (THE WHITE HOUSE, 2010). A política norte-americana de expandir a abrangência de sua esfera de influências no Leste Europeu está, portanto, alinhada à necessidade de manutenção da sua posição no Sistema Internacional e do objetivo de manter contidas e enquadradas as fontes de poder que possam ameaçar a ordem estabelecida depois da Guerra Fria. Representando o ponto de encontro entre o Leste e o Oeste, a Europa Oriental segue sendo uma região estratégica que afeta o balanço de poder do cenário internacional. Assim sendo, a política externa norte-americana mantém os seus engajamentos de caráter integrativo, aproximando as nações do Leste através da criação de estruturas cooperativas e da ampliação daquelas que já existem.

OS ALARGAMENTOS DA UNIÃO EUROPEIA E DA ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE

Conforme Pecequilo (2005), os alargamentos da OTAN e da UE estão ligados à necessidade de adaptação dessas instituições ao Sistema Internacional no Pós-Guerra Fria. A partir da desintegração da URSS, surgiu a necessidade de reestabelecer as estratégias norte-americanas – antes focadas na contenção do socialismo –, dando a elas um caráter de reafirmação e manutenção da influência dos Estados Unidos no continente europeu através da formação de um núcleo de responsabilidade compartilhada com níveis de cooperação profundos e englobando o maior número de países possível.

Tanto os Estados Unidos quanto os países europeus comprometeram-se em manter a OTAN, mesmo depois de findada a sua missão contra o bloco soviético (PECEQUILO, 2005). Sendo essa organização o principal sustentáculo da aliança Euro-Atlântica, depois de um período de incertezas e questionamentos com relação à sua legitimidade e função pós-Guerra Fria, em novembro de 1991, a OTAN publicou o seu novo conceito estratégico, de caráter principalmente político, ampliando o seu alcance e os níveis da integração em questões de segurança, diálogo e cooperação entre os seus membros. De acordo com Bennett (2003), uma das grandes alterações nas práticas da OTAN foi a forma com que esta passou a

se engajar na formação de parcerias com países ainda não membros e demais instituições internacionais – o que resultou na criação de fóruns e programas para ajudar na transição democrática da Europa Oriental.

Ainda segundo Bennett (2003), a mão da amizade, estendida pela Organização aos países da Europa Oriental frente à desintegração da URSS, lançou a aproximação da Organização com países ainda não membros, da região Leste. A primeira manifestação neste âmbito foi a criação, em 1991, do Conselho de Cooperação do Atlântico Norte (CCAN) – que alterou o seu nome e desde 1997 é chamado de Conselho de Parceria Euro-Atlântico (CPEA) –, como fórum de debates e promoção de questões de segurança. Em 1994 é lançado o Parceria para a Paz, programa amplo de cooperação bilateral entre a OTAN e os países parceiros individualmente (OTAN, 2013a, p.1). A partir destes desdobramentos, a integração da OTAN com cada país do Leste Europeu passou a avançar com maior velocidade e ganhou profundidade, estreitando os relacionamentos. Além dos programas e das parcerias criadas, foram também promovidas a reforma e a expansão da OTAN, definindo-se novos membros e atuações para a organização. Desde 1949, o número de países membros da OTAN aumentou de doze para vinte e oito, ao longo de seis rodadas de alargamentos (OTAN, 2013b, p.1).

Além da preservação da OTAN, a nova ordem, formada depois da Guerra Fria e da dissolução do Império Soviético, deveria continuar investindo no projeto de aprofundamento da integração europeia. A UE foi criada para fortalecer o continente e torná-lo mais coeso e cooperativo (PECEQUILO, 2005, p.295). Alinhada com as políticas da OTAN, a UE passa por processos regulares de ampliação e desde a sua fundação em 1958 – em que era formada apenas pelos seis fundadores originais: Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos– admitiu mais vinte e um membros. Assim, a instituição apresenta atualmente vinte e sete membros. Depois de lançadas as candidaturas para a entrada na UE, é exigido que os futuros membros se adaptem e se harmonizem aos padrões democráticos, econômicos, legislativos e comerciais da União, o que está diretamente alinhado com os objetivos norte-americanos para a região.

Conforme publicado pela OTAN (2013c) é muito provável que, nos próximos anos, o seu relacionamento de maior importância seja com a UE, uma vez que estas reforçam mutuamente as suas capacidades em matéria de segurança e integração no continente europeu. Trabalhando em conjunto, a OTAN e a UE podem assumir uma força poderosa tanto para a prevenção de conflitos quanto para a gestão de crises, por exemplo. Os processos de alargamento, pelos quais as duas já passaram, normalmente seguem padrões semelhantes e acontecem em espaços próximos de tempo, o que mantém a coesão entre estas organizações.

O CENÁRIO IDEAL: OS PAÍSES BÁLTICOS

Nem todos os países do Leste Europeu aceitaram da mesma forma a influência norte-americana, tendo reagido de formas distintas e fazendo com que o processo de ocidentalização tenha ocorrido em diferentes níveis e velocidades. Conforme Tsygankov (2001), existem explicações que vão além das condições do mercado internacional, da estrutura de poder ou das instituições políticas de cada nação, que justificam essas variações de comportamento. A disposição dos países em voltar suas coalizões e engajamentos – com maior ou menor força – aos países que antes eram seus inimigos, estaria ligada à existência de identidades nacionais. Para os Estados Unidos, uma forte identidade nacional faz parte das condições ideais para o recebimento da sua influência e para a integração do Leste Europeu com o Ocidente, através da estruturação de alianças.

Uma variação substancial na força das identidades nacionais de cada país recém-formado seria a razão central para a dimensão das diferenças nas políticas estruturadas na Europa Oriental independente. Quanto mais forte é a identidade, maior a probabilidade do país se distanciar do ex-império e enviesar as suas ações para o lado oposto. No caso do Leste Europeu, os objetivos seriam voltados para longe da Rússia e na direção do Ocidente. De acordo com a disposição e a força com que as populações das novas nações se consideram desassociadas do ex-império e identificam os seus próprios países como entidades independentes e não imperiais, serão definidos os objetivos, as primeiras associações e posicionamentos externos de cada país (TSYGANKOV, 2001).

Ainda conforme Tsygankov (2001), a formação da identidade nacional está ligada às noções de memória nacional, às percepções culturais com relação à ex-metrópole e a tudo o que antes representava a parte externa e oposta ao Império. A noção de diferença e identidade confere estímulos adicionais aos países, os quais formam e desenvolvem mais rapidamente um nacionalismo – que, por sua vez, orienta as ações e incentiva a busca pela consolidação da construção de uma nação soberana.

Os países Bálticos são o exemplo mais extremo de dissociação, entre as novas nações independentes do pós-Guerra Fria, com relação à sua ex-metrópole, a Rússia. Neste sentido, estes países se afastam também de todos os engajamentos que interligam os Estados que formavam do Império Soviético e as suas zonas de influência direta – em outras palavras, organizações como a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), que integra onze ex-membros soviéticos. Os três países Bálticos foram os primeiros a declarar as suas

independências com relação à antiga superpotência e lideraram o grupo de ex-repúblicas soviéticas que deslocaram nitidamente as suas políticas econômicas externas para a direção contrária daquela antes imposta pelo Império, visando novos parceiros ocidentais (TSYGANKOV, 2001).

Os países Bálticos são exemplos de nações dotadas de identidades nacionais e políticas desenvolvidas. Ainda segundo Tsygankov (2001), antes de terem sido incorporados ao Império Soviético, em 1940, eles desfrutaram de aproximadamente vinte e cinco anos de independência nacional e, durante este período, desenvolveram a consciência de suas soberanias nacionais e do que representaria uma ameaça a elas – como a ameaça exercida durante a ocupação soviética. Estas noções fizeram com que os países Bálticos resistissem aos esforços do regime soviético para incorporá-los.

A experiência de independência vivida pelos Bálticos foi longa o suficiente para que as instituições domésticas de soberania crescessem relativamente fortes, fazendo com que estas nações desenvolvessem uma conexão com o mundo das nações soberanas. Dessa forma, o império soviético passou a ser percebido como uma ameaça à segurança nacional e dificilmente recebeu identificações positivas por parte de países como os Bálticos. O resto do mundo, por outro lado, se posicionava para o Báltico como menos perigoso e potencialmente amigável (TSYGANKOV, 2001). Assim explicar-se-ia, em grande parte, a inclinação ao Ocidente por parte dos países que passaram por processos semelhantes, sendo os Bálticos um extremo desse comportamento independentista.

As novas nações autônomas, Pós-Guerra Fria, podem ser classificadas em ao menos três distintos padrões de políticas econômicas internacionais: As leais ao ex-império, as independentes e aquelas que se posicionam como um meio termo, entre essas duas. Os países cujas políticas externas são classificadas como independentes optaram por se tornar membros de pleno direito do sistema internacional de comércio e por firmar parcerias com países ocidentais (TSYGANKOV, 2001) – colaborando positivamente com a integração Euro-Atlântica, e mais especificamente, com os interesses dos Estados Unidos de aproximação com o Leste Europeu. Os países Bálticos se tornaram os mais fortes proponentes de políticas classificadas como independentes e, entre 1993 e 1994, já haviam assinado um número considerável de acordos com demais nações europeias, além de terem estabelecido as instituições domésticas necessárias para o lançamento de atividades econômicas orientadas para o mercado externo. Em 2004, os Bálticos efetivaram o objetivo de se tornarem membros da UE e da OTAN, aprofundando ainda mais o alinhamento e integração com países ocidentais.

Posicionamentos como o dos países Bálticos facilitam que seja exercida a influência vinda dos Estados Unidos, e demais países do Oeste, uma vez que os próprios países do Leste Europeu almejam participar de coalizões ocidentais e aceitam com facilidade as exigências que devem ser seguidas como requisitos para a consolidação dos processos de entrada em organizações internacionais como a OTAN e a UE. Com os interesses alinhados, as perspectivas para a expansão da integração Euro-Atlântica se tornam muito mais vastas, facilitando a formação de laços em diferentes esferas. Por esse motivo, os três países Bálticos representam o cenário ideal para a propagação dos ideais norte-americanos na região do Leste Europeu, configurando relacionamentos de mútua cooperação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado neste artigo, a integração Euro-Atlântica apresenta importância tanto para os Estados Unidos quanto para a Europa desde antes do período da Guerra Fria. Depois do desfecho desse conflito, a continuidade e a evolução da integração Euro-Atlântica revelou uma política externa norte-americana que ainda atribuía considerável importância para o continente europeu e, inclusive, para a região do Leste da Europa, que passou a ser abrangida e representada em acordos, negociações, diálogos e tratados internacionais de caráter Euro-Atlântico. Enquanto os países da Europa Oriental buscam se beneficiar da aproximação com o Ocidente, abrindo mão de determinados níveis de autonomia, bem como de características típicas de ex-repúblicas soviéticas, os Estados Unidos ganham aliados e parceiros na defesa de seus ideais, além de manter contida a potencial ameaça representada pela Rússia através do controle exercido sobre as políticas e desdobramentos dos demais países da região.

Através da definição e da análise do conceito de integração Euro-Atlântica, os alargamentos da UE e da OTAN são identificados como os principais desdobramentos contemporâneos dessa integração. Depois da conceituação terminológica, foi realizada uma breve análise da política externa dos Estados Unidos após a queda do império soviético, com foco nas estratégias auferidas à Europa Oriental. A existência de uma nova ordem global trouxe questionamentos a respeito das próximas políticas e estratégias externas a serem adotadas no Sistema Internacional. Partindo dessa ideia, foi analisada a dinâmica da integração nos processos de alargamento da UE e da OTAN – que configuram parte das estratégias adotadas pelas nações no pós-Guerra Fria e da tendência de multipolarização –, considerando as influências e os objetivos norte-americanos com relação aos novos membros.

Por fim, e visando compreender os diferentes comportamentos assumidos pelos países do Leste Europeu, o caso dos três países Bálticos foi apresentado, representando o cenário ideal para a propagação dos ideais de liberdade, democracia e livre mercado, defendidos historicamente pelos Estados Unidos.

Existe um alinhamento entre a política externa dos Estados Unidos, os interesses norte-americanos e as ampliações organizacionais contemporâneas supracitadas. A Europa sempre representou uma aliada natural e importante dos Estados Unidos. O fato de não mais existir a ameaça soviética não provocou mudanças radicais nas estratégias norte-americanas para a Europa Oriental e os Estados Unidos continuaram exercendo influência nos países daquela região. Assim sendo, ao promover a ampliação das coalizões cooperativas não apenas estão sendo aproximadas as novas nações como também está sendo mantida cercada e controlada a maior herdeira do antigo império soviético, a Rússia. Buscando manter a nova ordem e o seu poder no Sistema Internacional, os Estados Unidos passam a atuar e se alinhar na busca pela prevenção do surgimento de nações poderosas que possam ameaçar os seus ideais, objetivos e posicionamentos.

Conforme pode ser observado na apresentação do caso dos países Bálticos, a existência de identidades nacionais contribui para a definição das políticas externas das ex-repúblicas soviéticas. Neste contexto, quanto mais forte for a identidade nacional e a noção de independência e soberania de uma nação e da sua população, maiores são as probabilidades de este país assumir um posicionamento contrário à aquele adotado pelo seu ex-império. Assim sendo – no caso do Leste da Europa – quanto mais desenvolvida for a identidade nacional de um país, mais este país visará se aproximar do Ocidente e umas das formas de promover esta aproximação é através de engajamentos multilaterais, de integração e cooperação, nos quais são compartilhados ideais, objetivos, perspectivas e estratégias que estão de acordo e se encaixam com as propostas norte-americanas e sua política externa.

A política externa dos Estados Unidos para o Leste Europeu vem ampliando os caminhos da integração Euro-Atlântica, bem como as possibilidades de alinhamento e atuação conjunta. Os desdobramentos futuros permitirão novas análises com relação ao nível cooperativo do Sistema Internacional e, mais especificamente, proporcionarão a percepção do posicionamento da Rússia, que pode buscar maior aproximação ocidental, como fizeram os seus países vizinhos. Por outro lado, ela também pode almejar formar um contraponto aos alinhamentos democráticos e liberais, e trazer à tona um novo jogo de disputas por zonas de influência. Enquanto estes desdobramentos não mudam os seus rumos, os Estados Unidos se aproveitam da expansão dos seus objetivos através das teias cooperativas que ajuda a formar.

E, dessa forma, mantém diversos países interligados e correlacionados nos mais diversos âmbitos, sendo a Europa uma das principais aliadas na estruturação das instituições de caráter integrativo e uma das regiões, histórica e contemporaneamente, mais dependentes e afetadas pelas atuações norte-americanas.

REFERÊNCIAS

BRZEZINSKI, Zbigniew. **The Grand Chessboard**. New York: Basic Books, 1997.

BENNETT, Christopher. Building effective partnerships. **NATO Review 2003**. Bruxelas: OTAN, 2003. Disponível em: <<http://www.nato.int/docu/review/2003/NATO-Strategic-Partners/Building-effective-partnerships/EN/index.htm>>. Acesso em 10 mai. 2013.

FÓRUM DE BRUXELAS. **The Future of Euroatlantic Integration**. Bruxelas, 2013. Disponível em: <<http://brussels.gmfus.org/the-future-of-euroatlantic-integration/>>. Acesso em: 10 mai. 2013.

GEOANA, Mircea. **Romania: Euro-Atlantic Integration and Economic Reform**. Fordham International Law Journal, New York, v. 21, n.2, 1997.

IKENBERRY, G. John. **Rethinking the Origins of American Hegemony**. Political Science Quarterly, New York, v.104, n.3, 1989.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **Partnership for Peace**. Bruxelas: OTAN, 2013a. Disponível em: <http://www.nato.int/cps/en/SID-DDA134CA-95824B07/natolive/topics_50349.htm>. Acesso em: 24 mai. 2013.

_____. **NATO Enlargement**. Bruxelas: OTAN, 2013b. Disponível em: <http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_49212.htm?selectedLocale=en>. Acesso em 10 mai. 2013.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa dos Estados Unidos**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

STIMSON, Henry L. **The Challenge to Americans**. Council on Foreign Relations, New York, 1997.

THE WHITE HOUSE, Foreign Policy. **National Security Strategy**. Washington, 2010. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2013.

TSYGANKOV, Andrei P. **Pathways After Empire: National Identity and Foreign Economic Policy in the Post-Soviet World**. Boston: Rowman&Littlefield, 2001.

UNIÃO EUROPEIA, Serviço Europeu para a Ação Externa. **The New Transatlantic Agenda**. Bruxelas: UE, 2013. Disponível em: <http://eeas.europa.eu/us/docs/new_transatlantic_agenda_en.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2012.

WALT, Stephen M. **The Origins of Alliances**. New York: Cornell University Press, 1990.

O CAMINHO PARA A DIPLOMACIA

Um homem que cruzou o mundo. Da Bolívia ao Azerbaijão. O Embaixador Sergio Tutikian partiu de Porto Alegre em 1964, após prestar o concurso para o Itamaraty, retornando apenas depois de aposentado. Atualmente o senhor – não gosta de ser chamado assim – de 74 anos mora no bairro Moinhos de Vento. Diplomata há 40 anos, “caiu nas graças” de estudantes de Relações Internacionais que o veem como inspiração. E para ajuda-los, falou à RANF sobre as questões que tangem as relações internacionais modernas, os desafios da carreira diplomática e como se preparar para a prova do Instituto Rio Branco.

Por João Henrique Salles Jung e Thamara Riter

RANF: O que te levou a pensar na Diplomacia? Por que ser um Diplomata?

TUTIKIAN: Eu fui influenciado, na época, quando eu estava no curso científico, para ciências exatas. Eu deveria ser engenheiro, por isso, eu estava me preparando estudando físicaquímica, e matemática. E nesse curso, por uma coincidência, eu tive dois colegas filhos de diplomatas. Aí eles começaram a falar sobre a carreira, e eu comecei a prestar atenção nos dois. Um deles, o Maurício (Cardoso), era muito meu amigo – como ele ficava em um internato, nos finais de semana ele ia para a minha casa – e ele me falava sobre a diplomacia, me apresentou ao pai. Mas, até então, eu desconhecia a diplomacia. Eu sempre gostei de servir à pátria, mas eu não queria ser político. E também não queria ser militar. Então, quando apareceu a diplomacia eu vi ali uma chance. Mas, no começo, eu me assustei, porque aquilo equivale à dois vestibulares. Mas, depois de ir ao Itamaraty, pegar o programa, eu decidi que era essa a carreira que eu queria seguir. Então, eu decidi cursar Direito, e depois que me formei fui para o Rio de Janeiro realizar a prova.

RANF: Quais são os maiores desafios da carreira diplomática?

TUTIKIAN: O maior desafio, dentre muitos que a carreira diplomática lhe impõem, é tu consegues sempre ser promovido por mérito. Porque, a partir de um determinado momento, se não for promovido por mérito, não consegue chegar a embaixador. Acaba a carreira como conselheiro. Então é importante escolher bem os seus chefes, pois são estes que irão

alavancar os seus postos dentro do Itamaraty e lhe darão visibilidade para poderes chegar aonde quiseres, no caso máximo, a Embaixador.

RANF: Como se dá a questão do mérito dentro da carreira?

TUTIKIAN: O mais difícil são as promoções, as quais foram alteradas no governo Lula, quando a administração criou mais 400 vagas, mas não “mexeu” na carreira. Então, o que acontece é que está havendo um engarrafamento. As pessoas sabem que não vão ser promovidas. Só vão chegar à Conselheiro. Não vão alcançar o posto de Embaixador.

RANF: Quais as qualidades que alguém tem que ter para a “encarar” a carreira diplomática?

TUTIKIAN: A primeira coisa é que a carreira exige certo equilíbrio emocional, maturidade. Mas, principalmente, uma inteligência emocional muito aguçada, no sentido de saber qual é hora que não deve dar palpite, de ficar quieto... Tem que ser uma pessoa afável, cortês, extrovertida (mas não em excesso), não pode ser fofoqueiro, tem que ser sociável também, mas nada em excesso, tem que ser normal, como tem que ser na carreira de Relações Internacionais em geral. Tem que seguir o protocolo à risca, nem mais nem menos.

RANF: Como que os estudantes que tem interesse na diplomacia devem se preparar?

TUTIKIAN: Primeiro tem que ter foco. Outro ponto é que, muitas vezes, as pessoas viajam para o exterior, voltam com a pronuncia do inglês, francês, impecável, mas não é culto (gramatical). E uma pessoa que não foi viajar, se ela focar bem, ela passa. Deve conhecer o tipo de exame, dar uma olhada nas provas, e exercício. Eu insisto nisso. Tem que fazer uma redação, pelo menos, a cada quinze dias. Porque a maturidade dos candidatos vai ser medida através do conteúdo da redação de cada um. Tem que ser feito um plano de estudos diário, inclusive, que avance o sábado. O estudante precisa saber exatamente quais as matérias que precisam de mais horas e quais necessitam de menos horas.

RANF: Isso equivaleria à preparação para o vestibular em uma universidade federal?

TUTIKIAN: Eu diria que o Rio Branco são dois vestibulares. Porque você tem muitas matérias. É um vestibular muito trabalhoso. Você tem que fazer uma redação com 600 palavras, em um tempo determinado, com conteúdo, não é assim, de uma hora para a outra. Tem que treinar assuntos atuais/contemporâneos, assuntos subjetivos – vocês tem que aprender a transformar em objetivo porque, por exemplo, se for falar sobre a felicidade utilizando termos filosóficos, que você pode desagradar quem está fazendo a correção ou

agradar muito – mas tudo é com treino. Tem que estudar muito. Focar muito. Principalmente inglês, francês e português através de exercícios. E começar desde já.

RANF: Dando um redirecionamento a entrevista, ao sair do âmbito da carreira diplomática e adentrar a política internacional, quais conflitos vigentes tu consideras os mais críticos?

TUTIKIAN: Eu não acho que exista uma nova guerra fria, como muitos afirmar; entretanto, certamente há uma polarização de influência entre Estados Unidos e Rússia nos principais conflitos que vemos hoje. Putin tenta restaurar a antiga União Soviética, que segundo ele, teve na sua queda o pior evento do século XX. Na Ucrânia ele está conseguindo firmar seu poder, já tendo conquistado a Crimeia e agora cerceando a região de Donetsk. Além disso, há ainda nos países satélites como Geórgia, Armênia e Azerbaijão a sua forte voz, que impõem barreiras nas negociações entre estes países e a União Europeia. Essa situação é interessante, pois os Estados Unidos vivenciou uma situação de hegemonia total na virada do milênio, considerando que a Rússia estava preocupada em se restabelecer com a queda do sistema anterior. Agora Putin está retomando o poder russo e reequilibrando a balança de poder no sistema internacional, fato este que é muito benéfico para todos, pois a unipolaridade não é boa. Já pensando no Estado Islâmico, deve-se pensar nos interesses das potências regionais em relação a este, sendo as questões da Turquia e do Irã essenciais para o entendimento deste novo grupo “terrorista” que está ganhando repercussão, que utiliza métodos de terror inspirados em grupos que já existiram. O componente religioso atrelado ao político se torna muito delicado. O Cáucaso, a Índia e o Paquistão, a questão da Caxemira, e os conflitos entre as Coreias são também importantes e levam conseqüências para outros locais do mundo.

RANF: Embaixador, o senhor enxerga novos pólos de poder ascendendo no sistema internacional através de exemplos como a China e a Rússia, ou os Brics e as cooperações Sul-Sul no sentido multilateral?

TUTIKIAN: Eu não sou tão otimista em relação aos novos pólos de poder como BRICs e as cooperações do Eixo Sul-Sul. Na África, por exemplo, as cooperações entre o Brasil e os países do continente passam por uma escassez de recursos, em outras palavras, os fortes investimentos realizados na região – principalmente no governo Lula – não trazem retorno expressivo. Nossos maiores compradores de produtos manufaturados continuam sendo Estados Unidos e União Europeia, considerando a derrocada econômica da Argentina, que era nosso maior importador de manufaturados. Além disso, não acredito também na hegemonia econômica da China, pois se for analisar, as reservas chinesas se encontram nos Estados Unidos em títulos do tesouro norte-americano, e para se ter uma hegemonia

econômica, deve-se ter uma independência em relação a este. A China um dia pode alcançar os Estados Unidos, entretanto, ainda encontra-se muito aquém. Outra questão é o pólo militar, que os norte-americanos se encontram mais bem organizados e equipados do que a China, e uma coisa se relaciona diretamente a outra. Já a Rússia é um país certamente muito importante na região da Eurásia, sendo protagonista em questões como a da Síria e do Irã, além de exercer forte influencia em zonas estratégicas geopolíticas para os Estados Unidos, porém a abrangência do Estado russo se dá de forma mais regional e não tanto global. Desta forma, acredito que os Estados Unidos ainda mantenham a posição de grande potência, com perspectivas de se manter assim por um tempo ainda. Outra questão interessante, que é pouco discutida, é o pivô que o Chile esta fazendo entre os Estados do MERCOSUL e da Aliança do Pacífico, o que vem a criar uma relação mais forte entre América Latina e Ásia.

RANF: E quanto às aspirações do Brasil em relação a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU; o senhor gostaria de comentar algo?

TUTIKIAN: Acho que o Brasil não pode ter aspirações para adentrar no CSNU devido à conjuntura atual. Se com o 5+1 (os membros permanentes em união à Alemanha) as coisas já não são resolvidas com um consenso, sendo a maioria das questões vetadas por alguma parte, o Brasil não viria a ajudar nesta questão. Outro ponto é que o Brasil recuou no seu protagonismo internacional no início do governo Dilma. O período Lula foi muito importante para a diplomacia brasileira e angariou bons contatos para o país, porém atualmente esta influencia expandida se encontra um pouco defasada. Creio que o Brasil deve se preocupar mais em fortalecer sua influencia regional na América Latina do que almejar um posto tão importante no principal órgão multilateral da atualidade.

RANF: Tu terias alguma sugestão de filme e/ou livro, em especial, que agregue conhecimento sobre as relações internacionais para nossos leitores?

TUTIKIAN: Livros eu teria vários para destacar, porém coloco uma ênfase especial em dois. Um deles é o “BrazilontheRise”, de Larry Rohter. O escrito retrata as contradições do Brasil em diversos casos, mas ao mesmo tempo, sustenta a ideia de que o Estado brasileiro vem ganhando poder e importância no cenário internacional. Outro livro que eu gostaria de indicar e que vem conquistando popularidade é “Os Sonâmbulos: Como eclodiu a Primeira Guerra Mundial”, do professor Christopher Clark. Acho interessante dar atenção a esta livro pelo fato de que os efeitos da primeira grande guerra são pertinentes até hoje. O autor analisa os eventos chaves vivenciados pelos principais atores da época a fim de compor um panorama geral do que levou de fato ao conflito.

RANF: Gostaríamos de agradecer a sua atenção e disponibilidade em poder nos receber em sua casa para ceder esta entrevista, temos certeza que a mesma será de grande valia para todos.

TUTIKIAN: Foi um prazer recebê-los. Creio que o saber científico deve ser disseminado e os parabenizo pela iniciativa da Revista Novas Fronteiras.

OS 60 ANOS DO MOVIMENTO DOS PAÍSES “NÃO ALINHADOS” E A CONFERÊNCIA DE BANDUNG

60 YEARS OF THE “NON-ALIGNED” MOVEMENT AND THE BANDUNG CONFERENCE

Letícia Di Maio Tancredi¹

Natasha Pereira Lubaszewski¹

Rodrigo Pasqualini Milagre¹

RESUMO

No imediato pós Segunda Guerra Mundial e a partir da fragilidade em que se encontravam as potências coloniais, muitas colônias enxergam uma oportunidade para conquistar suas independências. No entanto, a partir das rivalidades suscitadas com o advento Guerra Fria e do desejo das metrópoles de manterem sua posição de destaque a nível global, mesmo os países que conquistavam sua independência (jurídica) encontravam-se, na prática, como um cenário de disputa de interesses das grandes potências, o que consistia em uma dificuldade para essas nações recém-formadas libertarem-se da zona de influência daquelas e defender seus próprios interesses nacionais. É neste sentido que alguns desses países, visando aumentar seu poder de barganha, decidem se unir em um mesmo grupo, capazes de influenciar de algum modo no Sistema Internacional: trataremos, aqui, do Movimento dos Não-Alinhados, que completa 60 anos, e mais especificamente da Conferência de Bandung, analisando também a conjuntura atual.

PALAVRAS-CHAVE

Terceiro Mundo; Neutralismo; Bandung.

ABSTRACT

Immediately after World War II and from the weakness in which remained the colonial powers, many colonies saw an opportunity to win their independence. Notwithstanding, from the rivalries raised with the advent of the Cold War and the metropolises desire to maintain their global leading position, even the countries that won their independence (legally) were, in practice, serving as a scenario to the dispute of interests of the great powers, which consisted in a difficulty for those newly formed nations to free themselves from the influence zone of those and defend its own national interests. It is in this sense that some of these countries, looking for an increase in their bargaining power, decide to join in a group, able thus to influence somehow in the International System: we will treat in this article of the Non-Aligned Movement, which completes 60 years, and more specifically of the Bandung Conference, analyzing the current conjuncture as well.

KEY-WORDS

Third World; Neutralism; Bandung

¹Graduandos em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: ldmtancredi@gmail.com; natashaplubaszewski@gmail.com; rpmilagre@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O período do pós-II Guerra Mundial e do consequente despertar das rivalidades da Guerra Fria desencadeou uma verdadeira insurgência das antigas colônias. Aproveitando-se do momento de instabilidade dos Impérios Coloniais, decorrente do assombroso desgaste advindo das mazelas causadas pela Segunda Guerra, estes países instituíam-se como nações independentes em uma quantidade cada vez maior, libertando-se da amarga experiência colonizadora de dominação econômica, política e social direta e da submissão da população à discriminação racial em sua própria terra. Este conjunto de países passou a ficar conhecido como o Terceiro Mundo, termo que surge durante as discussões em Bandung. Apesar das suas diferenças culturais, políticas e/ou sociais imensas, estas nações compartilhavam uma grande taxa de pobreza, uma propensão por parte dos seus governos ao desenvolvimento e uma descrença generalizada na eficiência do mercado mundial capitalista, de sua doutrina das “vantagens comparativas” e de seu embasamento na empresa privada espontânea para atingir este fim. Além disso, buscavam evitar juntar-se a qualquer um dos dois sistemas de alianças, tanto o capitalista quanto o socialista, a fim de manter-se fora da possível III Guerra Mundial temida por todos. Isto não quer dizer que estes países fossem igualmente opostos aos dois lados na Guerra Fria: a grande maioria tinha simpatia pela URSS, estando dispostos a aceitar sua ajuda econômica ou militar, ou, no caso das mais conservadoras, como o Irã e a Turquia, serviam de apoio aos Estados Unidos, que haviam abandonado, após a divisão mundial, as velhas práticas anticoloniais (HOBSBAWM, 1998).

Neste contexto de pluralização dos processos emancipatórios, destacaram-se a influência da transacionalização do capital, principalmente norte-americano, sedento por novos mercados para exportação e investimento de excedentes de capital, e o amadurecimento dos movimentos de libertação nacional, muitas vezes inspirados pelo modelo alternativo representado pela tentativa soviética. Além de culminar na derrubada do mito do homem-branco superior, a descolonização em grande parte afro-asiática também serviu para incitar um interesse recíproco entre estas nações na discussão e definição de diretrizes de posicionamento e ação próprias, não necessariamente condizentes com as expectativas das superpotências norte-americana e soviética (VISENTINI, 2007).

Este movimento dos países “não alinhados” teve seu encontro inaugural há 60 anos, em 1954, na Conferência de Colombo, realizada no Ceilão (atual Sri Lanka), que contou ainda com a participação da Índia, do Paquistão, da Indonésia e da Birmânia. Nela foi

discutida, pela primeira vez, a articulação de uma frente neutralista, devido ao problema da Indochina, em que os EUA substituíam a metrópole francesa e criavam mais um bloco militar, sustentáculo da OTAN, chamado de OTASE (Organização do Tratado da Ásia do Sudeste) (VISENTINI, 2007). No ano seguinte, na cidade de Bandung, localizada na ilha de Java, na Indonésia, entre os dias 18 e 24 de abril, sucedeu-se uma segunda convenção entre estes países, considerada até hoje um dos baluartes da organização do movimento do Terceiro Mundo: a Conferência de Bandung.

A CONFERÊNCIA DE BANDUNG

A Conferência de Bandung foi uma reunião afro-asiática convocada pelos primeiros-ministros da Indonésia (independente da Holanda desde 1949, mesmo que ainda vinculada à União Holandesa), do Ceilão, do Paquistão, da Birmânia e da Índia, países que surgiram da desagregação conflituosa quanto a questões étnico-religiosas e territoriais dos antigos domínios ingleses na Ásia meridional (VISENTINI, 2007). Além dos países promotores, as seguintes nações recém-independentes participaram do encontro, vindo a totalizar um agregado de 29 países: Afeganistão, Arábia Saudita, Camboja, República Popular da China, Costa do Ouro, Egito, Etiópia, Filipinas, Iêmen, Irã, Iraque, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Libéria, Líbia, Nepal, Síria, Sudão, Tailândia, República Popular do Vietnã (Vietminh), Estado do Vietnã e Turquia (THE MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 1955).

Consequência direta da primeira onda de descolonização, ocorrida nos anos imediatamente subsequentes à guerra principalmente na Ásia oriental e meridional, a convenção se propunha a considerar e discutir problemas de interesse comum e concernentes aos países da Ásia e da África, abordando modos e meios pelos quais os seus povos poderiam realizar uma cooperação econômica, cultural e política mais estreita, tendo em vista a consecução do desenvolvimento. Além disso, defendiam a emancipação total dos territórios ainda dependentes, repudiando aos pactos de defesa coletiva patrocinados pelas grandes potências e à Guerra Fria em si (VISENTINI, 2007).

Entretanto, diferenças entre os países membros significavam que o não alinhamento não seria transformada em uma identidade política positiva em separado para o Terceiro Mundo. O próprio estabelecimento de uma identidade neutra já foi complicado, pois vários países presentes foram, de alguma maneira, filiados a um dos lados. A China, por exemplo, encontrou em Bandung não só um lugar para cimentar alianças em face da política norte-

americana de conter o comunismo na Ásia, mas também um meio para fortalecer relações alternativas à União Soviética (YOUNG, 2005). Nas palavras de Robert Young: “Bandung foi sempre se parte de jogos e estratégias da Guerra Fria” (YOUNG, 2005, p. 4 - tradução própria).

Nesse sentido, Samir Amin, em entrevista, afirmou que um dos principais temas de controvérsia residiria nas correntes políticas e ideológicas que cada país representava. Quando a tratativa relacionava-se ao desenvolvimento, por exemplo, todos concordavam em priorizá-lo, porém duas posições defendiam diferentes visões estratégicas e táticas: uma buscava o desenvolvimento na possível “interdependência” dentro da economia mundial, não tendo a intenção de “sair do sistema”; a outra defendia a saída do campo capitalista, que levaria a reconstruir um campo socialista mundial (AMIN, 2010).

No entanto, um projeto comum aproximava-os e dava sentido à reunião. Todos acreditavam que a recuperação da independência política formalizava o meio para a conquista da conquista da libertação econômica, social e cultural (AMIN, 2010). Os participantes da Conferência consideravam o princípio de autodeterminação de todos os povos um pré-requisito ao pleno gozo de todos os direitos humanos fundamentais. Se pautando neste princípio, utilizavam Bandung para contestar a ordem internacional vigente e para se reafirmarem como Estados soberanos. Sendo assim, apesar de suas limitações e ambiguidades, a Conferência marcou a irrupção do Terceiro Mundo no cenário internacional, contribuindo para consolidar uma nova tendência de crescente influência dos países neutralistas (VISENTINI, 2007).

COMUNICADO OFICIAL DA CONFERÊNCIA²

Ao término das tratativas, foi constituído um comunicado oficial da conferência, nomeado de Declaração sobre a Promoção da Paz Mundial e da Cooperação, como forma de cristalização de todas as combinações alcançadas durante o encontro. Este determinava que:

Caberia às nações praticar a tolerância, viver em paz no espírito da boa vizinhança e desenvolver uma cooperação amigável sobre a base dos seguintes princípios: (1) respeito aos direitos fundamentais e aos direitos humanos, de acordo com a Carta da ONU; (2) respeito à soberania e integridade territorial de todas as nações; (3) reconhecimento da igualdade de todas as raças e de todas as nações,

² As informações presentes nesta seção foram retiradas, em sua maioria, do Comunicado Oficial da Conferência de Bandung.

sejam elas grandes ou pequenas;(4) não-intervenção e não-ingerência nos assuntos internos de outros países;(5) respeito pelo direito de cada nação defender-se, individual e coletivamente, de acordo com a Carta da ONU; (6) abstenção do uso de arranjos de defesa coletiva destinados a servir aos interesses de algumas das grandes potências e de um país exercer pressões sobre outros; (7)abstenção de um ato ou ameaça de agressão, ou do emprego da força, contra a integridade territorial ou a independência política de outro país; (8) solução de todos os conflitos e/ou disputas internacionais por meios pacíficos, de acordo com a Carta da ONU; (9) estímulo aos interesses mútuos de cooperação; e (10) respeito à justiça e às obrigações internacionais (THE MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 1955, p. 6-7).

Ainda, a Conferência reconheceu que um dos meios mais poderosos de promover o entendimento entre as nações seria o desenvolvimento da cooperação cultural. Deste modo, foi pauta o fato de que o colonialismo em muitas partes das regiões envolvidas acabava por oprimir as culturas nacionais dos povos e entravar a cooperação nesse sentido. Sem seus direitos básicos na esfera da educação e da cultura, o povo acabava por não desenvolver a sua identidade e as regiões acabavam por não avançar em termos culturais, o que foi condenado pelos participantes. Assim sendo, segundo o Comunicado Oficial da Conferência:

A Conferência asiático-africana entendeu que a promoção da cooperação cultural entre os países da Ásia e da África deve estar voltada para: (I) a aquisição de conhecimento sobre cada um dos outros países; (II) a troca cultural recíproca; (III) e a troca de informações (THE MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 1955, p. 4).

Outro ponto de concordância foram os pronunciamentos de repúdio sobre as práticas de segregação racial e discriminação que vinham minando as relações humanas tanto na África quanto no resto do mundo, sendo estas consideradas graves violações aos direitos humanos defendidos pelos participantes da convenção. Desta maneira, foi reafirmada a determinação dos povos afro-asiáticos de erradicar cada traço de racismo que pudesse ainda existir em seus próprios países, além do comprometimento de utilizarem sua influência moral para a prevenção contra o perigo de se tornarem vítimas do mesmo mal na luta para erradicá-lo (THE MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 1955).

Por fim, a Conferência reconheceu a urgência de promover o desenvolvimento da região asiático-africana e a necessidade de coordenação entre os países participantes, recomendando medidas que iam além da cooperação comercial e técnica, como o rápido estabelecimento do Fundo Especial das Nações Unidas para o Desenvolvimento Econômico, a alocação, pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), da maior

parte de seus recursos para os países asiático-africanos, o estabelecimento da Corporação Internacional de Finanças e o encorajamento da promoção de empreendimentos conjuntos entre os países asiático-africanos (THE MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 1955).

Dessa forma, a concepção de “não alinhamento” do Terceiro Mundo, divergente em vários aspectos às perspectivas dominantes (capitalista e socialista), foi estabelecida pregando o respeito de todos os princípios presentes no comunicado oficial do encontro. Esta posição, conseqüentemente, acabou se traduzindo numa postura diplomática geopolítica, em época de Guerra Fria, de equidistância das duas superpotências. Entretanto, o principal foco dos participantes da Conferência não era a dicotomia Leste-Oeste, mas sim o conflito Norte-Sul, em que as potências mais desenvolvidas e industrializadas do Norte oprimiam constantemente e inibiam o desenvolvimento das menos desenvolvidas do sul, as quais, portanto, ficaram relegadas à exportação de produtos primários.

EFEITOS DO ENCONTRO

A Conferência de Bandung, além de ter marcado a já referida irrupção do Terceiro Mundo no cenário internacional, determinou, através de seus propósitos de promoção da descolonização, de combate ao neocolonialismo e de luta pelo desenvolvimento econômico periférico, o início de grandes transformações nas relações internacionais (KOCHER, 2005). Conforme Menezes (1956), os princípios e acordos contidos no encontro surtiram alguns resultados efetivos. A conferência deu cunho oficial à política de ajuda mútua árabe-oriental (iniciada em 1950 na Reunião na Assembleia da ONU, em Paris) e grifou, também, o surgimento de um sistema regional terceiro mundista que viria a ter grande peso na ONU, o que constituía a emergência de um novo ator coletivo, apesar da heterogeneidade existente entre os países componentes. Além disso, encorajou os países asiático-africanos a persistirem em suas reivindicações anticolonialistas, fazendo com que os EUA depreciassem menos a política do bloco asiático e mostrando às potências que, embora o grupo periférico não possuísse potencial militar, era essencial na formação de qualquer estratégia mundial. Também foi responsável por trazer Pequim ao convívio internacional, permitindo-lhe que desse o primeiro passo para subseqüentes entendimentos com os EUA (MENEZES, 1956).

As transformações que a Conferência de Bandung ensejou foram tanto de natureza quantitativa, tendo em vista o aumento expressivo do número de atores nacionais no cenário internacional, quanto qualitativa, através da possibilidade de interferência dos países menos

poderosos no Sistema Internacional. Mesmo com toda a desordem herdada da II Guerra Mundial, o sistema internacional continuava a ser eurocêntrico, fazendo com que a reconstrução da vida social nas áreas destruídas pelo conflito desconsiderasse os interesses das regiões que estavam sob domínio colonial. A conferência então buscou a formação da identidade e soberania nacionais dos países recém-independentes em meio às poderosas forças dos que ainda procuravam atrair ou manter os novos atores sob sua influência. Essa criação da identidade nacional para as jovens nações era moldada a partir do próprio sistema internacional, e não mais da pura absorção do nacionalismo dos colonizadores. Agora, africanos e asiáticos tratariam de si e das questões internacionais relacionadas a eles, transformando-se em sujeitos e objetos das discussões, fugindo da nova forma de imperialismo que tanto os EUA quanto a URSS tentavam implementar ao buscarem países para compor suas zonas de influência (KOCHER, 2005).

A vitória política da realização do encontro pode ser encontrada na força de uma de suas principais propostas, o “neutralismo” perante os dois blocos de poder da Guerra Fria. Os participantes abriram caminhos para a formação de uma agregação internacional de forças políticas que passaram a desenvolver inúmeros temas no interior das lutas sociais, inclusive nos países mais desenvolvidos: trata-se da substituição do conflito Leste-Oeste pelo diálogo Norte-Sul (KOCHER, 2005).

Embora o “neutralismo” fosse um ponto forte e, de maneira geral, bem sucedido da conferência, ele também constituía uma de suas limitações concretas, tendo de ser adaptado e, por conseguinte, substituído ainda nos anos cinquenta pela formulação do presidente egípcio Gamal Abdel Nasser: “o neutralismo positivo”, ou “neutralismo ativo”. Ainda que a “neutralidade” desejada não fosse a indiferença ou ausência, mas sim um desejo de participação efetiva nas principais decisões do sistema internacional, sua prática era muito difícil de ser alcançada. O neutralismo, enquanto orientação política, era frágil à medida que os países diretamente geradores do conflito bipolar possuíam a capacidade material de influenciar o cenário internacional numa proporção maior do que o Terceiro Mundo³ (KOCHER, 2005).

Ao apoiar o neutralismo e o não alinhamento, além de dar prioridade ao desenvolvimento (que implicava o estabelecimento de um novo sistema de relações

³Os únicos três elementos realmente diferenciadores entre os países dos blocos e os do Terceiro Mundo que poderiam ser vantajosos para o bloco afro-asiático eram: as matérias-primas, a produção agrícola e sua imensa população.

internacionais), Bandung se apresentava como um desafio para a Conferência de Yalta⁴. Além disso, configurava novas opções para a América Latina, composta por países também classificados como Terceiro Mundo. O “*terceiro-mundismo*” propiciava um suporte político-ideológico aos regimes populistas latino-americanos na defesa de reformas de base como via para o desenvolvimento. Isso levou a uma contestação à hegemonia norte-americana e à formação de uma esquerda periférica revolucionária e autônoma, que chegou ao poder em Cuba em 1959. O choque com o sistema proposto em Yalta fica evidente, à medida que Bandung questionava a hegemonia dos EUA numa região que era internacionalmente reconhecida como sua área de influência. De acordo com Visentini(1997): “Se o processo de descolonização que conduziu à formação do Terceiro Mundo e do Movimento dos Países Não Alinhados alterou as bases internacionais sobre as quais se estruturou o Sistema de Yalta, a Revolução Cubana representou o primeiro sinal de desgaste deste sistema”(VISENTINI, 1997, p. 13).

Como consequência mais prática das tratativas de Bandung, podemos ressaltar a I Conferência dos Países Não alinhados, ocorrida no ano de 1963, em Belgrado, na Iugoslávia (atualmente, na Sérvia). Nela, convergiram a política de Tito na busca de uma terceira via nas Relações Internacionais, o neutralismo e o afro-asiatismo de Bandung. Entre os 25 membros do novo movimento figuravam Cuba, Iugoslávia e Chipre, ao lado dos afro-asiáticos. Os não alinhados, mais uma vez, manifestaram-se contra o domínio das grandes potências e mencionaram a necessidade de uma nova ordem política e econômica mundial (VISENTINI, 2007).

Percebe-se pelos fatos já apresentados, então, que o “espírito de Bandung” possuía uma dimensão tripla: luta contra o colonialismo/neocolonialismo, neutralidade no interior da Guerra Fria e busca pelo desenvolvimento econômico. A primeira dimensão pode ser considerada vitoriosa. A segunda foi alcançada em termos, o que não afetou o Movimento dos Países Não Alinhados (criado em 1961 buscando institucionalização do “espírito”), que continuou conquistando afiliados. É na terceira dimensão que reside o principal desafio do “espírito de Bandung” (KOCHER, 2005).

ANÁLISE DA CONJUNTURA CONTEMPORÂNEA

⁴ A Conferência de Yalta ocorreu em 1945, quando Roosevelt (EUA), Stalin (URSS) e Churchill (ING) reuniram-se para decidir o fim da Segunda Guerra Mundial e a repartição das zonas de influência entre as potências do Leste e Oeste.

Com o início da década de 70, novos instrumentos poderosos de inserção das antigas potências coloniais no interior da vida política e social das antigas colônias foram se desenvolvendo, numa tentativa de criar inúmeras formas institucionais internacionais para redesenhar o quadro da “rebeldia da periferia” em favor de uma nova hegemonia centrada novamente nos países desenvolvidos. É neste momento de auge do Terceiro Mundo e das ideologias nele baseadas que o conceito começou a desmoronar. Ao mesmo tempo em que ocorre esta retomada das práticas neocolonialistas, começa a se tornar evidente que nenhum nome ou rótulo individual podia cobrir adequadamente um conjunto de países cada vez mais divergentes, sendo o termo ainda adequado apenas para distinguir os países pobres do mundo dos ricos. Isto acontecia à medida que parte do Terceiro Mundo industrializava-se e entrava visível e rapidamente no Primeiro Mundo, embora continuassem desfavorecidos economicamente, através principalmente de uma nova divisão internacional do trabalho, baseada na transferência de indústrias que produziam para o mercado mundial, da primeira geração de economias industriais para outras partes do mundo (HOBBSAWM, 1998).

Uma das limitações do bloco afro-asiático era o fato de não existir uma política externa e um exército comuns, bem como uma integração econômica. Este quadro seria um dos fatores permissores de que em março de 2003 o Iraque fosse ocupado por tropas norte-americanas. O que vem acontecendo desde então está no extremo totalmente oposto ao “espírito de Bandung” (KOCHER, 2005). Muitos dos princípios presentes no encontro de 1955 foram feridos, como a não intervenção, o uso da força militar para a resolução de divergências, o respeito à integridade territorial e soberania de uma nação, o desrespeito à vontade da maioria dos membros da ONU para a resolução do conflito e o não cumprimento da resolução do conselho de segurança. Segundo a afirmação de Bernardo Kocher (2005):

Este episódio associou um brutal revés na organização política do Terceiro Mundo, minando, ao menos temporariamente, as possibilidades dos povos libertados do jugo colonial em alcançarem uma real independência de suas antigas metrópoles (KOCHER, 2005, p. 2).

Não obstante, atualmente ainda são realizadas tentativas de uniões entre os países do Terceiro Mundo em blocos promotores de interesses comuns, abrangendo também países latino-americanos e com uma importante distinção em relação à época em que ocorreu Bandung: há países do Terceiro Mundo considerados „emergentes”, podendo consolidar-se como potências mundiais futuramente. Este fato constitui-se como um novo elemento de empoderamento dos países subdesenvolvidos, que recorrem a estes países de maior destaque

para ganharem voz e poder de barganha em relação aos desenvolvidos, além de aumentarem suas possibilidades de defesa. Neste sentido, citamos alguns exemplos de blocos formados por aqueles países a seguir, dando preferência aos blocos que possuem também o Brasil como membro:

Criada nos anos 1980 a partir de proposta nigeriana e projeto brasileiro, a **Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul** (ZOPACAS) constitui o principal fórum de cooperação entre os países da América do Sul e da África que são banhados pelo Oceano Atlântico. A Zona é constituída por 24 países, sendo eles: Argentina, Brasil, Uruguai, África do Sul, Angola, Benin, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo (UFRGSMUN, 2014). A iniciativa surge motivada pelo próprio contexto criado pela Guerra Fria: a possibilidade de confronto e a posição estratégica relativamente relevante desempenhada pelo Atlântico Sul. Assim sendo, com o fim da Guerra Fria a iniciativa foi perdendo importância e chegou a quase ser abandonada, sendo este contexto alterado pela atitude da diplomacia brasileira em relançar o projeto em novas bases, em 1992, considerando a nova conjuntura internacional. Dessa forma, foi dada à Zona mais ênfase na cooperação econômica do que na ideia de paz, através de ações coletivas visando à promoção do desenvolvimento. Além disso, a Zona foi exortada a cumprir as resoluções da ONU, a partir das áreas de ação que lhe dão maior visibilidade internacional: meio ambiente, desnuclearização do Atlântico Sul e cooperação econômica e comercial (PENHA, 2011). A importância da ZOPACAS está na sua representatividade como esforço regional em direção à cooperação sul-sul e manutenção da área livre de armas nucleares e processos de militarização externos. Dessa forma, o bloco defende também a soberania dos países envolvidos e a multipolaridade da ordem internacional, além do desenvolvimento econômico previamente citado (UFRGSMUN, 2014).

Um segundo exemplo é o **Fórum IBAS** (ou G-3). Criado em 2003, o grupo é formado por três dos países considerados emergentes: Brasil, Índia e África do Sul. O bloco identifica-se com o contexto Pós-Guerra Fria, em que há alargamento da agenda de segurança e modificação no eixo estratégico das relações mundiais, que deixam de ser centradas no eixo Leste-Oeste para focarem-se nas relações Norte-Sul. Assim, a importância do fórum se dá em termos da coordenação das ações dos países membros, visando à defesa de posições comuns frente aos países desenvolvidos e estabelecendo uma cooperação para a superação conjunta das mazelas internas. No entanto, o grupo vai além, representando também os países não

membros, visto que constitui atualmente uma das principais ações de contestação da ordem internacional, procurando assim dar maior voz aos países em desenvolvimento (VIANA, 2009).

Como últimos exemplos cabem citar as iniciativas regionais dos países que integraram o Movimento dos Não Alinhados, dando destaque à União Africana (UA), à Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e à Associação Sul-Asiática de Cooperação Regional (SAARC). Estes grupos foram formados visando não só desenvolver a região em que estão inseridos através de ajuda mútua, como adquirir maior relevância internacionalmente para tratar dos interesses comuns desta região. No entanto, em muitas ocasiões tornam-se não efetivos, visto que ainda não superaram o maior obstáculo para suas consolidações: a assimetria entre os próprios países-membros.

O mais antigo destes blocos é a ASEAN, surgindo em 1967, logo após o Movimento dos Não-Alinhados e a Conferência de Bandung, sendo, portanto, integrante do mesmo contexto histórico e conjuntura internacional. O bloco tem como membros Brunei Darussalam, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Filipinas, Cingapura, Tailândia e Vietnã e objetiva – não apenas, mas principalmente- acelerar o desenvolvimento econômico e cultural e o progresso social, promover a paz e estabilidade regional, promover colaboração e assistência mútua e manter cooperação benéfica com organizações internacionais e regionais com objetivos e princípios similares (ASEAN, 2014).

Objetivos muito similares possui a SAARC, criada em 1985 com a intenção de unir e fortalecer os países do sul da Ásia, sendo formada por Afeganistão, Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka. Os objetivos do bloco, segundo sua carta de constituição, são os seguintes: Promover o bem-estar da população do sul da Ásia e aumentar sua qualidade de vida; acelerar o desenvolvimento econômico, progresso social e desenvolvimento cultural na região e prover todos os indivíduos com a oportunidade de viver em dignidade e realizar por completo seus potenciais; promover e fortalecer a autossuficiência entre os países do sul da Ásia; contribuir para a confiança mútua, compreensão e apreciação dos problemas uns dos outros; promover colaboração ativa e assistência mútua nos campos econômico, social, cultural, técnico e científico; fortalecer a cooperação com outros países em desenvolvimento; fortalecer a cooperação entre os membros em fóruns internacionais em questões de interesses comuns e; cooperar com organizações internacionais e regionais com objetivos e princípios comuns (SAARC, 1985).

A União Africana foi criada em 2001 e se tornou um reconhecido bloco de integração regional, tendo grande abrangência: são membros todos os países africanos, exceto o

Marrocos. A união tem como objetivos a aceleração do processo de integração regional, a promoção e consolidação da unidade do continente, a fomentação da união, solidariedade e coesão, a eliminação do flagelo dos conflitos e a habilitação da África para fazer frente aos desenvolvimentos políticos, econômicos e sociais da ordem internacional (ITAMARATY, 2014).

Vale lembrar que esses blocos têm dificuldades para se consolidarem porque, além do obstáculo das assimetrias intrabloco, conforme supracitado, os países também relutam para conceder parte de suas autonomias decisórias para uma instituição supranacional pelo próprio fato de terem tido muitas dificuldades para conquistarem sua soberania, não desejando abrir mão de parte desta mesmo que implique em benefícios mútuos. Ainda assim, a configuração destes países em iniciativas coletivas, sem a presença de potências externas, importa para que estas nações adquiram cada vez mais poder de barganha e possibilidades de participar da construção de uma nova ordem internacional multipolar que traga consequências a seu favor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Conferência de Bandung, apesar de suas limitações, deve ser destacada por representar, à sua época, um marco às Relações Internacionais: pela primeira vez na história, povos que, durante séculos, permaneceram, e ainda permaneciam, marginalizados pela ordem internacional vigente tiveram a oportunidade de articular pretensões próprias, claras e críticas que desacordavam com muitas das condutas adotadas pelas duas superpotências que dominavam o cenário bipolar internacional. Mesmo que a grande divergência entre os seus participantes e a pouca capacidade tanto econômica quanto política destas tenha solapado a possibilidade da perspectiva neutralista galgar passos mais longos, é inegável que Bandung preparou o terreno para a vindoura ordem política internacional multipolar, onde, ao menos na teoria, o conjunto de países periféricos contraiu uma importância relativa nunca antes vista, apesar de todos os obstáculos que enfrentam para cooperarem e se desenvolverem econômica e socialmente de maneira cada vez mais independente.

REFERÊNCIAS

AMIN, S. **50º Aniversário da Conferência da Bandung (Entrevista com Samir Amin conduzido por Rémy Herrera)**. In *Marxismo Revolucionário Atual*. Generated, 01 jun. 2010, p. 11-55. Disponível em: <http://resistir.info/samir/bandung_port.html>. Acesso em: 20 mai. 2013

ASEAN. **Overview**. Disponível em: <<http://www.asean.org/asean/about-asean/overview>>. Acesso em: 01 out. 2014.

Comunicado Final da Conferência de Bandung. Disponível em: <http://www.labpac.faed.udesc.br/oficina_Bandung.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2013.

DIÁRIO UNIVERSAL. Conferência de Bandung. Disponível em: <<http://www.diario-universal.com/2007/04/aconteceu/conferencia-de-bandung>>. Acesso em: 20 Mai. 2013.

HOBBSAWM, E. **Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ITAMARATY. **União Africana**. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/uniao-africana>>. Último acesso em 01 out. 2014.

KOCHER, Bernardo. **De Bandung a Bagdá: Cinquenta Anos de Economia Política do Terceiro Mundo**. 2005. Artigo apresentando no X Encontro Nacional de Economia Política, Rio de Janeiro, 2005.

PENHA, Eli A. **A Pax Atlântica: Conflitos e Interações no Atlântico Sul**. In: PENHA, Eli A.. *Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA, 2011. P. 183-193.

RIBEIRO, Cláudio. **União Africana: possibilidades e desafios**. 2008. Disponível em <<http://www.casadasafricas.org.br/wp/wp-content/uploads/2011/08/Uniao-Africana-Possibilidades-e-desafios.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2013.

SAARC. **Saarc Charter**. Disponível em <<http://www.saarc-sec.org/>>. Acesso em: 05 out. 2014.

THE MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, Republic of Indonesia (Ed.). **Asia-Africa speak from Bandung. Djakarta: 1955**. Disponível em: <http://www.cvce.eu/obj/final_communique_of_the_asian_african_conference_of_bandung_24_april_1955-en-676237bd-72f7-471f-949a-88b6ae513585.html>. Acesso em: 01 out. 2014.

UFRGSMUN. **Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul**. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/ufrgsmun/2014/?page=committees§ion=zopacas>>. Acesso em: 01 out 2014.

VISENTINI, P. **A História do Século XXI**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

VISENTINI, P. **O sistema de Yalta como condicionante da política internacional do Brasil e dos países do Terceiro Mundo**. Scielo, São Paulo, v. 40, n.1, p. 13, 1997.

YOUNG, Robert J.C. **Postcolonialism: From Bandung to the Tricontinental**. Historein, v. 5, p. 12-17. 2005.

**MUDANÇA NA PROJEÇÃO EXTERNA BRASILEIRA NA
TRANSIÇÃO DO IMPÉRIO PARA A REPÚBLICA:
Análise do corpo diplomático e consular do país no exterior**

**CHANGE IN BRAZILIAN FOREIGN PROJECTION IN THE TRANSITION
FROM EMPIRE TO REPUBLIC:**

Analysis of the diplomatic and consular corps of the country abroad

Klei Medeiros¹

Júlia Paludo¹

Marcela Tarter da Rosa¹

Taís Cristóvão Martins Vieira¹

RESUMO

O objetivo do artigo é fornecer elementos teóricos e empíricos que permitam identificar uma mudança de foco na projeção da política externa brasileira na passagem do regime monárquico para o republicano. Busca-se verificar se essa transição permitiu uma maior aproximação do Brasil com os vizinhos da América, em contraponto à antiga importância da Europa sobre a região (PINHEIRO, 2004; BURNS, 1969; CHEIBUB, 1985). Para tanto, analisa-se a mudança no corpo diplomático e consular brasileiro no exterior como um indicador da projeção externa do país. Utilizando-se de fontes oficiais, é feito um estudo quantitativo sobre a variação no quadro de funcionários brasileiros de 1881 a 1911. A partir dos dados analisados, pode-se inferir que houve um crescimento significativo - em termos relativos - do quadro de servidores brasileiros em países da América, embora em números absolutos o corpo diplomático e consular tenha permanecido superior no continente europeu. Verificou-se, ainda, que não foi especificamente a transição para o regime republicano que acelerou essa tendência, que já vinha se manifestando desde a década de 1870, cerca de 20 anos antes da Proclamação.

PALAVRAS-CHAVE

Política Externa Brasileira; Corpo Diplomático; Transição Monarquia-República.

ABSTRACT

The aim of the paper is to provide theoretical and empirical evidence about a shift of focus in projection of Brazilian foreign policy in the transition from Monarchy to Republic. It seeks to determine whether this transition possible an approximation of Brazil with its neighboring states, in contrast to the former importance of Europe on the region (Pinheiro, 2004; Burns, 1969; Cheibub, 1985). For this, we analyze the change in the Brazilian diplomatic and consular staff abroad as an indicator of the external projection of the country. Using official sources, is made a quantitative study on the variation in the context of Brazilian officials from 1881 to 1911. From the data analyzed, it can be inferred that there was significant growth - in relative terms - of the Brazilian servers in American countries, although in absolute numbers the diplomatic and consular corps remained higher on the European continent. It was also found that it was not specifically the transition to the republican regime which accelerated this trend, which had been manifesting since the 1870s, about 20 years before the Proclamation.

KEY-WORDS

Brazilian Foreign Policy; Diplomatic Corp; Transition Monarchy-Republic.

¹ Graduandos do Curso de Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Email: kleimedeiros@gmail.com; jupaludo@hotmail.com; marcelatarter@hotmail.com; taiscmv90@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A passagem da Monarquia para a República suscitou mudanças na política externa brasileira. Uma das principais características apontadas pelos pesquisadores é a de que houve uma transição gradual de uma esfera de influência europeia (representativa da monarquia, na visão dos brasileiros) para uma esfera de influência norte-americana (representativa do republicanismo). Motivados por interesses comerciais e políticos comuns, Brasil e EUA passam a desenvolver relações cada vez mais estreitas, levando posteriormente o Brasil a atuar como uma espécie de representante destes na América do Sul.

A política externa brasileira, desta forma, passou a pautar-se pela não intervenção direta nos assuntos internos dos países da região, acompanhada de um discurso favorável à estabilidade política e aos governos legalmente constituídos (DORATIOTTO, 2000), em consonância com os ideais pan-americanistas. Existia, assim, uma preocupação com a manutenção da segurança regional, visando a evitar novas ingerências externas europeias sobre os países sul-americanos. O Brasil buscava, então, criar condições favoráveis para que pudesse desenvolver um incipiente projeto de liderança sobre seus vizinhos.

Dentro desse contexto, o objetivo do artigo é analisar a variação na importância conferida pelo Brasil aos países da América no período, como um reflexo desse desvio da projeção externa brasileira de Londres para Washington. Utiliza-se como método um indicador ilustrativo dos interesses externos de um país: a quantidade de representações diplomáticas e consulares em cada posto no exterior. Parte-se do pressuposto de que o corpo diplomático e consular é um indicador relevante e útil na análise da projeção externa, embora não seja o único. Vale ressaltar que, na década de 2000, a abertura de embaixadas e consulados brasileiros na África, por exemplo, tem sido relacionada a um maior interesse por aprofundar as relações com este continente. Dessa forma, neste trabalho, analisa-se o quadro de funcionários atuando no exterior na busca por oferecer elementos que indiquem ou não uma transição rumo a uma maior preocupação da política externa brasileira com a sua vizinhança, no contexto da passagem do Império para a República, em fins da década de 1880.

Na primeira parte do artigo, são apresentados os principais eixos teóricos que norteiam a análise das mudanças ocasionadas com a passagem Monarquia-República no Brasil. Na segunda seção, realiza-se uma análise quantitativa de dados oficiais do Ministério de Negócios Estrangeiros, no intuito de contrapor os resultados observados com as principais

ideias destacadas no referencial teórico e confirmar ou não a hipótese deste trabalho. Por fim, na última seção, são apresentadas as principais conclusões da pesquisa.

A MUDANÇA DE FOCO EM DEBATE: AMERICANIZAÇÃO DA DIPLOMACIA BRASILEIRA NA TRANSIÇÃO MONARQUIA-REPÚBLICA?

Entre a bibliografia de política externa brasileira, é consenso o fato de que, durante a Primeira República, ocorreram mudanças significativas, sintetizadas pelo deslocamento do eixo diplomático de Londres para Washington e pela ampliação da participação brasileira nos assuntos internacionais. O que se discute é o peso da mudança de regime político nesse processo, já que alguns traços da linha diplomática monarquista permaneceram (como a consolidação das fronteiras e o equilíbrio de poder na região do Prata) e os principais formuladores de política externa eram do período monárquico (Joaquim Nabuco e Barão do Rio Branco).

Apesar disso, conforme ressalta Pinheiro (2004), o início do período republicano (sobretudo na gestão Rio Branco) garantiu ao Brasil uma maior inserção internacional, o desenvolvimento de uma relação preferencial com os Estados Unidos, além da consolidação das fronteiras (questão de disputa com os vizinhos sul-americanos por cerca de quatro séculos). Nesse mesmo raciocínio, a autora coloca a questão americana como uma opção promissora antes mesmo da proclamação, uma vez que já eram discutidas alternativas à dependência econômica brasileira da Inglaterra. Vale ressaltar, porém, que o mecanismo de recrutamento do corpo diplomático e consular permaneceu o mesmo: o funcionário era, essencialmente, parte da elite oligárquica agroexportadora, o que conferia continuidade ao serviço diplomático (CHEIBUB, 1985).

Até a queda da Monarquia, a maior parte do corpo diplomático e consular provinha do setor açucareiro do Nordeste, ao passo que a Primeira República representa a consolidação do poder dos estados cafeicultores do Centro-Sul do Brasil. Portanto, pode-se creditar à República o aprofundamento dessa tendência de deslocamento do eixo econômico, o que refletiu em uma mudança no eixo diplomático. Apesar da semelhança da velha e da nova elite quanto à preocupação com a demarcação das fronteiras e com o equilíbrio de poder no Prata, ao setor açucareiro ainda interessava relacionar-se com a Inglaterra, enquanto ao cafeicultor importava manter relações preferenciais com os Estados Unidos, seu principal comprador. Da mesma forma, cessadas as desconfianças norte-americanas com o Brasil monárquico, os Estados Unidos logo reconheceram e acolheram a nova República americana. O Barão do Rio

Branco percebeu a importância dessa relação e a cultivou, inaugurando a primeira embaixada do Brasil em Washington. A resposta americana foi abrir sua primeira embaixada na América do Sul, localizada no Rio de Janeiro, além da instalação de uma Câmara de Comércio (BURNS, 1977).

Os vizinhos americanos também acolheram bem a infante República brasileira: o contexto da mudança de regime era o de consolidação do movimento pan-americanista, “que clamava por maior solidariedade e compromisso entre os povos americanos” (PINHEIRO, 2004). Décadas mais tarde, Rio Branco deu ênfase a esse movimento, o qual conseguiu atenuar desconfianças e ressentimentos entre o Brasil e seus vizinhos e entre os Estados Unidos e a América espanhola. Vale ressaltar que a atenção do Barão não se deteve somente na América do Sul: acreditou representantes diplomáticos em Costa Rica, Cuba, Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua e Panamá, contemplando, assim, praticamente toda a América Latina (BURNS, 1977).

Por outro lado, as relações Brasil-Argentina mantiveram-se pautadas pela mútua desconfiança no período. Durante a gestão Rio Branco, o bom relacionamento com a Argentina era um mero interesse por parte do Barão de tornar o Brasil líder da América do Sul, em consenso com a vizinha, já que não era possível desafiá-la militarmente. Entretanto, o interesse na aproximação com a Argentina não gerou resultados práticos, devido à rivalidade histórica e à falta de entusiasmo argentino nesse tipo de cooperação² (DORATIOTO, 2000).

Essa maior inserção brasileira no cenário internacional, também se refletiu em uma maior participação em conferências no exterior e na negociação de tratados gerais de arbitragem - buscando destacar-se na discussão e na solução dos problemas internacionais. Saindo da esfera regional, a República buscou inovar nas relações diplomáticas, acreditando representantes no Egito e na Grécia, por exemplo, além de ter recebido missões da China e da Pérsia (BURNS, 1977). Esse processo, naturalmente, exigiu uma expansão e maior qualificação do serviço diplomático.

De acordo com Castro (2009), houve grande modificação na organização do corpo consular e no volume de despesa nos primeiros anos após a proclamação da República, a fim de satisfazer tal demanda. A mudança de regime da Monarquia para a República, portanto, é responsável em parte pela mudança de eixo comercial e diplomático para a América e pela própria evolução, em quantidade e em qualidade, do serviço diplomático brasileiro. No

² Vale ressaltar, porém, que as relações Brasil-Argentina oscilavam ao sabor da conjuntura regional e mundial, com momentos de desconfiança acentuada - como no contexto do rearmamento naval brasileiro, em 1908 - e momentos de tentativa de relações amigáveis - como no governo do argentino Saenz Peña (DORATIOTO, 2000).

entanto, é importante destacar que a política externa brasileira procurou manter ou mesmo ampliar relações com alguns estados europeus. Conforme menciona Bueno (2008), no contexto da reforma do corpo diplomático de 1894, “não se questionavam as relações estreitas com os países centrais do mundo capitalista” (p. 162). Logo, “as legações na Grã-Bretanha e na França continuavam a ser vistas como mais importantes, seguidas pelas situadas nos Estados Unidos, Argentina, Uruguai, Portugal, Alemanha e Itália”.

Apesar disso, destaca o autor que a política externa na virada para a República destruiu com boa parte da tradição diplomática imperial, procurando ser pan-americanista ao se aproximar das nações hispano-americanos e nomeadamente dos Estados Unidos. Tal desejo por mudança não foi levado adiante sem contratempos e opiniões contrárias. No Legislativo, alguns deputados opunham-se a esse movimento, como Nilo Peçanha, que criticava a remoção de legações na Europa sob o argumento de que o Brasil não poderia se “auto-isolar” do restante do mundo e afirmava ser o corte de gastos um mero pretexto para fazer valer as opiniões republicanas na política externa. Outros deputados adotavam postura contrária, defendendo uma visão mais pragmática e estratégica na escolha da localização de legações e consulados.

Francisco Badaró preferia os consulados às legações, sob o argumento de que países novos como o Brasil necessitavam fomentar as suas relações comerciais, industriais e econômicas. [...] Esse deputado era, aliás, *a favor da regionalização das relações internacionais do Brasil, com ênfase para a América do Sul*. Opinião semelhante tinha o senador por São Paulo, Manoel Barros, que chegava a afirmar a desnecessidade de o Brasil ter um corpo diplomático. Um país ter representação numerosa em outro, cheia de tradição e etiquetas, se lhe afigurava como algo próprio da velha e carcomida Europa, inadequado às repúblicas americanas. *Assim, não via porque manter legações na Suíça, Áustria, Rússia e Suécia, pois o Brasil não tinha negócio de qualquer espécie com esses países, tornando aqueles postos verdadeiras sinecuras* (CERVO; BUENO, 2008, p.161 – grifo nosso).

Assim sendo, é possível observar que a retórica frequentemente utilizada para a permanência ou criação de legações na América do Sul estavam atreladas a razões ditadas pelo romantismo e aos interesses comerciais, marcadas fortemente por conteúdo ideológico. No que concerne aos consulados, além do sinal da existência de corrente comercial ou imigratória, percebia-se o interesse de estimular o comércio internacional com determinada área. Conforme sintetiza Bueno,

Os deputados eivados de jacobinismo tinham preconceito contra formas de governo não-republicanas e contra países europeus em geral. Assim, advogava-se a supressão da legação do Brasil na Suíça [...]. Pediam, tais parlamentares, que fossem extintas, entre outras, as legações situadas na Rússia e no Japão, sob a alegação de que faltavam ao Brasil interesses nesses países. [...] *No referente à América do Sul, onde poucos ainda eram os interesses comerciais em determinados*

países, mantinham-se e criavam-se legações por sentimentalismo republicano (CERVO e BUENO, 2008, p.162 – grifo nosso).

A partir da abordagem de Clodoaldo Bueno, a década de 1890 sinalizou uma tendência à mudança na projeção externa brasileira sobre a América - sobretudo no que tange à América do Sul – sem descuidar das relações com países do centro capitalista mundial (como Grã-Bretanha e França). Os outros autores ressaltam a maior participação brasileira nas discussões internacionais e a aproximação com os Estados Unidos. Cumpre agora analisar, na próxima seção, quais mudanças ocorreram em relação à localização do corpo diplomático e consular no período entre o final da Monarquia e início da República. Busca-se responder qual o peso da Proclamação de 1889 nesse processo; e se houve realmente aumento no quadro de servidores do Ministério das Relações Exteriores situados em países da América.

A MUDANÇA NO CORPO DIPLOMÁTICO E CONSULAR BRASILEIRO NO EXTERIOR (1881-1911)

Na bibliografia clássica³, o serviço diplomático brasileiro é tratado de forma generalizada, como um bloco homogêneo, e a mudança no eixo diplomático é muitas vezes reduzida à figura do Barão do Rio Branco, formando, assim, uma análise personalista da política externa. Nesse artigo, objetivou-se uma nova abordagem⁴ ao tratar os postos diplomáticos separadamente (embora algumas funções estejam reunidas em uma mesma classificação), considerando que havia diferenças de competência entre os representantes. Para tanto, foram utilizados os relatórios oficiais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (antigo Ministério dos *Negócios Estrangeiros*). Feita a distinção, foi realizada uma análise quantitativa dos corpos diplomático e consular no exterior, observando a concentração dos corpos em cada continente, a fim de poder visualizar a retratada transição para o eixo americano em detrimento do europeu. A análise partiu de um período anterior à Proclamação a fim de confirmar se a mudança na projeção externa já era uma tendência

³Entende-se como bibliografia clássica as principais referências do artigo: Bradford Burns, Francisco Doratioto, Letícia Pinheiro, Clodoaldo Bueno e José Luiz Werneck da Silva.

⁴Paulo Roberto de Almeida também estuda o corpo diplomático e consular e a disposição dos representantes no mundo; seu estudo, porém, contempla um período anterior ao em questão, com objetivos diferentes. O trabalho de Almeida está disponível através do seguinte endereço: <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/PostDiplBrsec19.pdf>>.

anterior à alteração de regime político ou não. Da mesma forma, a análise finda em 1911, medindo a importância da gestão de Rio Branco nesse processo⁵.

Entre 1881 e 1911, observa-se que as relações consulares e diplomáticas estão concentradas nos continentes europeu e americano. A diferença é que, enquanto o número de diplomatas permaneceu o mesmo no velho continente, na América aumentou em 10 o número de diplomatas, o que representa uma variação de mais de 70%⁶. Na Tabela 1, abaixo, percebe-se que o Brasil aprofundou os laços com a América, mas isso não se traduziu em uma redução das relações diplomáticas com a Europa.

Tabela 1 – Corpo Diplomático brasileiro no exterior (1881-1911).

Continentes	1881	1911	Variação absoluta	Variação percentual
Europa	29	29	0	0
América	14	24	+10	+71,4%
Ásia, África e Oceania	1	5	+4	+400,0%
Total	44	58	+14	+31,8%

Fonte: elaborado pelos autores (2012), com base em Relatórios do Ministério de Relações Exteriores

Na tabela abaixo, o corpo diplomático apresenta-se dividido entre Ministros plenipotenciários e demais cargos, de modo a dar destaque aos primeiros com a ausência de embaixadores no período⁷.

Tabela 2 – Ministros Plenipotenciários e outros cargos diplomáticos no exterior (1881-1911)

Continentes	Ministros plenipotenciários no exterior				Secretários, adidos e ministros residentes no exterior			
	1881	1911	Variação absoluta	Variação percentual	1881	1911	Variação absoluta	Variação percentual
Europa	9	13	+4	+44,4%	20	16	-4	-20,0%
América	3	9	+6	+200,0%	11	15	+4	+36,4%
Ásia, África e Oceania	1	2	+1	+100,0%	0	3	+3	-
Total	13	24	+11	+84,6%	31	34	+3	+9,7%

Fonte: elaborado pelos autores (2012), com base em Relatórios do Ministério de Relações Exteriores

⁵ O longo período também serve para analisar os próprios efeitos da incipiente República, uma vez que a mudança na política externa não seria imediata, e sim uma resposta relativamente lenta à nova condição. Ressalta-se, ainda, no período Rio Branco, a carência de relatórios: apenas quatro em dez anos.

⁶ Trabalhou-se com dados absolutos e percentuais ao mesmo tempo, no intuito de evitar análises distorcidas: um aumento de 400% na Ásia África e Oceania, por exemplo, deve ser relativizado devido ao baixo número inicial de diplomatas (passando de 1 para apenas 5 em um intervalo de 30 anos).

⁷ A primeira embaixada no Brasil só foi inaugurada em 1905 (BURNS, 1977). Os ministros plenipotenciários, à época, exerciam função semelhante a que embaixadores exercem atualmente.

Verifica-se que o continente americano teve um acréscimo maior no número de Ministros plenipotenciários em relação à Europa, tanto em termos absolutos quanto em termos percentuais. Em relação aos demais funcionários (secretários, adidos e ministros residentes no exterior), observa-se uma redução quantitativa na Europa, durante o período analisado, em contraste ao continente americano, onde houve aumento em valores absolutos e percentuais. Na Tabela 3, abaixo, é apresentada a variação do número de agentes consulares e comerciais no período de 1881 a 1911 em cada continente, destacando a proporção de agentes europeus e americanos situados na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, respectivamente.

Tabela 3 – Agentes consulares e comerciais brasileiros no exterior(1881-1911).

Continentes/países	Agentes consulares no exterior				Agentes comerciais no exterior			
	1881	1911	Variação absoluta	Variação percentual	1881	1911	Variação absoluta	Variação percentual
Europa	242	293	+51	21,10%	51	106	+55	107,80%
→ Grã-Bretanha	50	68	+18	36,00%	22	35	+13	59,10%
América	76	109	+33	43,40%	13	39	+26	200,00%
→ Estados Unidos	16	24	+8	50,00%	7	17	+10	142,90%
Ásia, África e Oceania	8	12	+4	50,00%	0	1	+1	-
Total	392	506	114	29,10%	93	198	105	112,90%

Fonte: elaborado pelos autores (2012), com base em Relatórios do Ministério de Relações Exteriores.

Pode-se perceber, a partir dos dados, um aumento absoluto superior na Europa tanto de agentes comerciais quanto de consulares. No entanto, a variação percentual é visivelmente maior na América nessas duas modalidades de cargo. Assim, pode-se inferir que as relações consulares no continente europeu não deixaram de ter importância e, ao contrário, intensificaram-se. Entretanto, comparativamente, a América sobressai-se com uma expansão maior em relação à quantidade inicial, o que demonstra uma crescente proeminência atribuída a essa região. Ásia, África e Oceania não possuíam número significativo de agentes no período, evidenciando que o relacionamento do Brasil com esses continentes era precário, sobretudo no aspecto comercial.

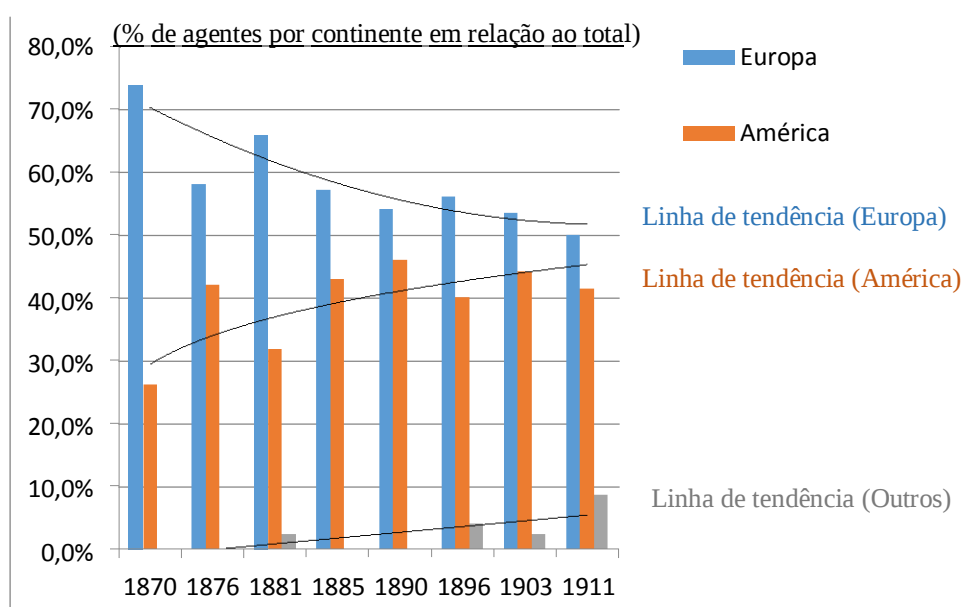
No que tange especificamente aos Estados Unidos e à Grã-Bretanha, observa-se que ambos apresentaram um aumento absoluto de agentes consulares e comerciais no período analisado. A Grã-Bretanha apresenta uma variação absoluta maior tanto em agentes consulares como em agentes comerciais, o que poderia refutar a ideia de mudança de eixo de

Londres para Washington, ou, ao menos, essa forte percepção a partir da bibliografia clássica de uma mudança de foco para os Estados Unidos em detrimento da Grã-Bretanha no início da República. De fato, a análise de variação relativa (percentual) fornece uma visão distinta da apreciação brasileira em relação não só aos Estados Unidos, mas também a todo continente americano, uma vez que o movimento pan-americanista é enfatizado nos objetivos da política externa do país, sobretudo sob a liderança de Rio Branco.

Dessa forma, o incremento no número de agentes consulares e diplomáticos nos Estados Unidos, com uma variação percentual superior nesse país, reforça a tese de um maior estreitamento dos laços com o mesmo. Destaca-se também que os Estados Unidos testemunharam um grande aumento no envio de agentes comerciais brasileiros (passando de apenas 7 em 1881 para 17 em 1911). Tal fato pode ser um indicativo do aumento da importância econômica desse país para o Brasil no período, devido aos interesses brasileiros na exportação de café. A cultura do café também poderia justificar o aumento no quadro de agentes comerciais na Grã-Bretanha, já que o país permanecia como re-exportador do grão, além de se manter como grande investidor da atividade até os anos 1920 (PINHEIRO, 2004).

No que tange especificamente à americanização da diplomacia brasileira, grande parte da bibliografia clássica confere importância exagerada ao período posterior à Proclamação da República. Entretanto, em uma análise da evolução do percentual do corpo diplomático brasileiro no exterior, é nítido que esse fenômeno já vinha se manifestando desde a década de 1870, conforme pode-se observar no gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Evolução do corpo diplomático no exterior de 1870 a 1911



Fonte: os autores (2012), com base em Relatórios do Ministério de Relações Exteriores.

O gráfico demonstra que a mudança de foco da projeção externa brasileira da América para a Europa é um movimento que se iniciou antes mesmo da Proclamação da República, o que contraria em parte a concepção desenvolvida pela bibliografia clássica de que tal fenômeno é típico do início do período republicano e da gestão Rio Branco. Alguns autores, como Bueno (2008), chegam a mencionar que, desde o Manifesto de 1870, já havia esse interesse em “americanizar” a diplomacia brasileira, mas que isto só se “foi traduzido na prática, no primeiro momento após a Proclamação da República” (CERVO; BUENO, 2008, p.165).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os dados apresentados, verifica-se uma nítida aproximação do Brasil com países da América no período. Houve aumento significativo do corpo diplomático e consular brasileiro nos Estados Unidos, enquanto que a relação com a Grã-Bretanha não foi afetada pela transição à República, visto que também aumentou o número de representantes diplomáticos e consulares nesse país. Assim, a primeira hipótese pode ser parcialmente confirmada, já que as relações com os Estados Unidos de fato estreitaram-se, mas não houve um retraimento nas relações com o antigo principal parceiro brasileiro no mundo, a Grã-Bretanha.

No que tange ao relacionamento com seus vizinhos sul-americanos, apesar de não haver um aumento significativo nos números, tanto a abertura de consulados, como também o envio de missões diplomáticas demonstram uma maior preocupação brasileira com os parceiros latino-americanos no período republicano. Nota-se, porém, conforme já ressaltado, que o processo de mudança de projeção da Europa à América se verificava antes mesmo da Proclamação da República, tendo este acontecimento apenas garantido a manutenção dessa tendência.

Dessa forma, nota-se uma exacerbada atribuição à proclamação da República e à figura de Rio Branco como causas da mudança de eixo na política externa brasileira. Por conseguinte, importa considerar outros fatores não-políticos a fim de analisar a transição. Pode-se, portanto, levantar hipóteses alternativas para o fato, como por exemplo: a) a ascensão do café como propulsor da economia brasileira no mercado mundial (e a consequente mudança de mentalidade e de prioridades da elite brasileira) já no final da Monarquia, sendo o mercado estadunidense o seu principal importador; b) o crescimento do sentimento republicano no país, com a formação do Partido Republicano desde 1870 e; c) a

preocupação dos Estados Unidos com a América, com a incorporação da Doutrina Monroe como meio de projetar sua influência sobre o continente, somada às tentativas de realização de conferências pan-americanas nas décadas de 1870 e 1880.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Relações internacionais e política externa do Brasil: a diplomacia brasileira no contexto da globalização**. Rio de Janeiro: Ltc, 2012. xix, 307 p.
- _____. **Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império**. São Paulo: SENAC, 2001. 675 p.: il.
- BURNS, E. Bradford. **As relações internacionais na primeira república**. In: História Geral da Civilização Brasileira, tomo III. O Brasil Republicano, v.2. Sociedade e Instituições (1889-1930), 2 ed., São Paulo, DIFEL, 1978.
- CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. **1808-2008: Dois Séculos de História da Organização do Itamaraty**. Brasília: FUNAG, 2009. 644 p. (vol. I).
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora UnB, 2008.
- CHEIBUB, Z.B. **Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica**. Dados, Vol. 28, No. 1. 1985
- DORATIOTO, Francisco. **A política platina do Barão do Rio Branco**. Revista Brasileira de Política Internacional, 2000, p. 130-149.
- FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira**. Tomo III, vol. 2, São Paulo: Difel, 1977.
- PINHEIRO, Letícia. **Política Externa Brasileira: 1889-2002**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2004.
- SILVA, Jose Luiz Werneck da. **Relações exteriores do Brasil I (1808-1930): a política externa do sistema agroexportador**. Petrópolis: Vozes, 2009.

Anexo 1 – Corpo consular brasileiro no exterior (dados detalhados por países)

Países	Agentes consulares				Agentes comerciais		
	1881	1911	Variação absoluta	Variação percentual	1881	1911	Variação absoluta
Alemanha ⁸	33	33	0	0,0%	1	4	+3
Argentina	16	15	-1	-6,3%	0	7	+7
Áustria-Hungria	6	9	+3	50,0%	0	0	0
Bélgica	9	11	+2	22,2%	2	6	+4
Bolívia	9	11	+2	22,2%	2	0	-2
Chile	4	10	+6	150,0%	0	4	+4
China	0	2	+2	-	0	0	0
Colômbia	1	3	+2	200,0%	0	0	0
Costa Rica	0	1	+1	-	0	0	0
Cuba	0	1	+1	-	0	0	0
Dinamarca	6	4	-2	-33,3%	0	1	+1
Rep. Dominicana	0	1	+1	-	0	0	0
Equador	1	4	+3	300,0%	0	0	0
Espanha	27	33	+6	22,2%	5	16	+11
EUA	16	24	+8	50,0%	7	17	+10
França	25	37	+12	48,0%	6	15	+9
Grã-Bretanha	50	68	+18	36,0%	22	35	+13
Grécia	0	1	+1	-	0	0	0
Guatemala	0	1	+1	-	0	0	0
Haiti	1	1	0	0,0%	0	0	0
Itália	30	27	-3	-10,0%	0	12	+12
Japão	0	4	+4	-	0	1	+1
Marrocos	2	4	+2	100,0%	0	0	0
México	0	3	+3	-	0	1	+1
Mônaco	0	1	+1	-	0	0	0
Nicarágua	0	1	+1	-	0	0	0
Noruega e Suécia	11	19	+8	72,7%	0	5	+5
Países Baixos	5	4	-1	-20,0%	0	1	+1
Panamá	0	2	+2	-	0	0	0
Paraguai	4	4	0	0,0%	0	2	+2
Peru	8	8	0	0,0%	2	1	-1
Portugal ⁹	29	27	-2	-6,9%	15	11	-4
Rússia	9	13	+4	44,4%	0	0	0
Suíça	2	4	+2	100,0%	0	0	0
Turquia	0	2	+2	-	0	0	0
Uruguai	10	13	+3	30,0%	2	7	+5
Venezuela	5	6	+1	20,0%	0	0	0
Outros	7	1	-	-	-	-	-

Fonte: os autores (2012), com base em Relatórios do Ministério de Relações Exteriores.

⁸ Em 1881, o Império Alemão encontrava-se ainda fragmentado. Por isso, realizou-se a contagem dos corpos consulares localizados nas distintas regiões da atual Alemanha e acrescentou-se ao valor total.

⁹ Considera-se, aqui, Portugal e seus domínios, segundo consta nos Relatórios Oficiais do MNE e do MRE.

**O PAPEL DOS ESTADOS UNIDOS NA CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL:
RAZÕES QUE MOTIVARAM TRUMAN A APOIAR A FUNDAÇÃO DE UM
ESTADO JUDAICO.**

**THE PLAY OF UNITED STATES IN THE FOUNDATION OF ISRAEL STATE: THE
REASONS THAT MOTIVATED TRUMAN TO SUPPORT THE FOUNDATION OF
JEWISH STATE.**

Sabrina Sabino¹

Thaysa Nascimento²

RESUMO

A ligação entre Estados Unidos e Israel tem sido amplamente discutida ao longo das últimas décadas. Entretanto, o entendimento dessa relação só é possível através da compreensão da articulação que envolveu a criação do Estado de Israel em 1948. O objetivo do presente artigo, portanto, é analisar o papel dos Estados Unidos durante o episódio da criação do Estado de Israel, além das possíveis razões que teriam motivado o presidente Truman a apoiar a fundação do Estado judaico, um dos episódios mais explícitos da relação entre os dois países.

PALAVRAS-CHAVE

Estados Unidos; Israel; Lobby.

ABSTRACT

The relationship between United States and Israel has been widely discussed over last decades. However, the understanding of this relation just is possible through comprehension of articulation that involved the foundation of Israel state in 1948.

The purpose of this article, therefore, is analyze the play of United States during the episode of creation the Israel state, beyond the possible reasons that have been motivated the president Truman to support the foundation of Jewish State, one of the most explicit episodes between the two countries.

KEYWORDS

United States; Israel; Lobby.

¹ Graduanda do curso de Defesa e Gestão Estratégica Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ. E-mail: sabriina_sabino@hotmail.com.

² Graduanda do curso de Defesa e Gestão Estratégica Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ. Bolsista de Iniciação Científica do Instituto COPPEAD de Administração da UFRJ. E-mail: thaycnmm@gmail.com.

INTRODUÇÃO

As fronteiras da Palestina e do Oriente Médio, de forma geral, foram definidas a partir das articulações e disputas engendradas no meio do sistema internacional europeu, principalmente, sob o impulso da Grã-Bretanha, que já vinha se infiltrando na região desde o século XVII, por meio de entrepostos comerciais e de alianças locais com alguns emirados, alterando de forma significativa o equilíbrio político regional (NEVES, 2007).

A fundação do Estado de Israel foi um dos episódios mais decisivos em termos de determinação do futuro da região conhecida como Oriente Médio. Isso porque sua criação desencadeou não só uma série de guerras com os países vizinhos, mas também a alteração de cenário geográfico e político da região além de uma grande leva de refugiados. (HOUAT, 2008).

A criação de um Estado judaico contou com a intensa participação dos Estados Unidos. Israel tem sido o maior receptor anual de assistência econômica e militar direta por parte dos Estados Unidos desde 1976 e o maior receptor total desde a II Guerra Mundial. Em 2003 a ajuda direta americana superou a marca dos 140 bilhões de dólares. (MEARSHEIMER; WALT, 2006). Mas que razões teriam levado o então presidente Harry Truman a optar pelo apoio à causa sionista?

O presente artigo, portanto, tem como objetivo compreender os fatores que teriam influenciado a decisão de Truman, como forma de ser possível analisar o papel exercido pelos Estados Unidos no processo de criação do Estado de Israel.

Para tal finalidade, o trabalho encontra-se dividido em quatro partes. Na primeira, será analisado o período que vai desde a partilha do Império Otomano ao fim da I Guerra Mundial até o final do Mandato Britânico sobre a região da Palestina. Em seguida, serão explicados os aspectos envolvidos no processo de criação do Estado de Israel. Na terceira seção, relataremos de forma sucinta o surgimento do movimento sionista e a atuação do lobby judaico nos Estados Unidos, para que por fim, possa ser discutido o papel americano na fundação de um Estado judaico, bem como os motivos que levaram a sua defesa da causa sionista.

A PARTILHA DO IMPÉRIO OTOMANO E O MANDATO BRITÂNICO

No ano de 1914, o Império Otomano era formado pelos seguintes territórios: Síria (na época incorporava a região do Líbano), Mesopotâmia (que se tornou o Iraque em 1920),

Palestina, Transjordânia, grande parte da Península Arábica e a Turquia (centro do poder Otomano). (CHEMERIS, 2002).

Os ingleses, enquanto de um lado, prometiam um Estado unido e independente aos árabes, do outro, fechavam acordos com franceses e russos czaristas sobre a partilha do Império Otomano. Esses tratados dividiam o Oriente Médio pós-guerra com uma surpreendente falta de atenção aos interesses e desejos dos habitantes daquelas regiões (CHEMERIS, 2002).

Em 1918, com o fim da I Guerra Mundial, as terras do Império Turco-Otomano foram divididas por França e Inglaterra de acordo com o que havia sido estabelecido no acordo de Sykes-Picot em 1916. Tornaram-se independentes os territórios otomanos europeus e a região central, enquanto que os territórios de população árabe foram divididos entre as duas potências em sistemas de mandatos (HOUAT, 2008).

O objetivo da França com esses acordos era estabelecer uma grande Síria (incluindo a Palestina). Projeto esse que a Grã-Bretanha queria impedir. Além disso, havia também uma questão estratégica relacionada à importância da Palestina para a Grã-Bretanha. Ao sudoeste dessa região encontrava-se o canal de Suez, importante fluxo comercial e militar inglês entre o Mediterrâneo e o Oceano Índico. Por isso, a criação de um Estado tampão na Palestina, entre turcos e egípcios, daria maior proteção ao canal, além de reforçar a influência britânica na região (CHEMERIS, 2002).

Portanto, no final da I Guerra Mundial (1914-1918), o Império Otomano, que ocupava vastos territórios na Ásia Menor, foi desmembrado e as potências vitoriosas, em especial Grã-Bretanha e França, ocuparam tais territórios com base no sistema de mandatos estabelecido pela Liga das Nações (KACOWICZ, 2008).

Logo que a I Guerra acabou, o Tratado de Versalhes já previa que os países árabes antes sob domínio otomano poderiam ser reconhecidos provisoriamente como independentes, mas, sujeitos à prestação de assistência e aconselhamento por um Estado encarregado do “mandato” para eles. Sendo assim, a Grã-Bretanha seria responsável pelo Iraque e pela Palestina, enquanto que a França ficaria com Síria e Líbano (CHEMERIS, 2002).

A Carta Constituinte da Liga das Nações, no seu artigo 22, dividiu os territórios que seriam objeto de mandato em três categorias: A B e C. Os territórios da categoria A eram aqueles que, segundo esse artigo, possuíam “um estágio de desenvolvimento cuja existência como nações independentes pode ser provisoriamente reconhecida”. Os territórios da categoria B eram aqueles “em que o Mandatário deve ser responsável pela administração do território”. Por fim, os territórios da categoria C “podem ser melhor administrados sob as leis do Mandatário como porções integrais do seu território”. Os territórios árabes do ex – Império Turco Otomano, inclusive a

Palestina, foram classificados como pertencendo à categoria A (HOUAT, 2008, p. 300).

Embora o mandato britânico na Palestina só tenha tido início em 1922, em novembro de 1917, todo o apoio britânico ao programa sionista foi expresso através da Declaração de Balfour. Esta foi uma importante conquista sionista e recebeu o apoio oficial do Presidente Wilson e de outros governos. A partir disso, a concentração do movimento passou a ser na imigração em massa de judeus à Palestina (GOMES, 2001).

A Declaração foi uma carta emitida pelo Secretário do Ministério de Relações Exteriores Britânico, Sr. Arthur Balfour, ao Lord Rothschild:

Secretaria do Ministério das Relações Exteriores

2 de novembro de 1917

Estimado Lord Rothschild:

Me compraz transmitir-lhe, em nome do Governo de Sua Majestade Britânica, a seguinte declaração de simpatia pelas aspirações judaicas sionistas, cujo texto foi submetido ao Gabinete e aprovado por este:

O Governo de Sua Majestade vê com beneplácito o estabelecimento na Palestina de um lugar nacional para o povo judeu e fará o quanto estiver em seu poder para facilitar a realização desse objetivo, ficando claramente entendido que não se tomará nenhuma medida que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não-judaicas da Palestina, ou os direitos e a condição política de que gozem os judeus em qualquer outro país.

Lhe agradecerei se puser esta declaração em conhecimento da Federação Sionista.

Atenciosamente,

Arthur James Balfour (GOMES, 2001, p. 20-21).

Com essa Declaração, o governo britânico não só oficializava seu apoio ao movimento sionista, mas também, impossibilitava o projeto de protetorado francês na Palestina. Ademais, também interessava aos ingleses o apoio internacional das comunidades judaicas durante a guerra (CHEMERIS, 2002).

Enquanto mandatária da região, a Inglaterra exercia uma política ambígua na tentativa de conciliar seus interesses com os objetivos de judeus e árabes, sem entretanto, descontentar uma ou a outra parte. A posição privilegiada que o país desejava manter no Oriente Médio dependia dessa ambiguidade.

Foram os judeus, de maneira geral, os maiores beneficiados pela dual política da potência mandatária, uma vez que o próprio movimento sionista, no intuito de obter o respaldo inglês para sua causa, soube associar a criação de um Estado judeu na Palestina à ideia de um Estado amigo, pronto para defender, naquele ponto estratégico, os interesses aliados e, notadamente, ingleses. Porém, ao favorecer, de um lado, a imigração judaica e, ao promover – para depois impedir – a criação de um novo Estado árabe, a Inglaterra plantou as sementes de um conflito inevitável (NEVES, 2007, p. 45).

Em razão da situação explosiva entre árabes e judeus, no ano de 1937, o Governo britânico chegou a considerar, pela primeira vez, a possibilidade de dividir a Palestina em dois estados: um judeu e outro árabe. Entretanto, os árabes, obviamente, não aceitaram (CHEMERIS, 2002).

A Inglaterra estava convencida de que podia contar com o apoio dos judeus contra Hitler na II Guerra Mundial. Por conta disso, consideravam ser importante conseguir também o apoio dos árabes. Em 17 de maio de 1939, adotam um Livro Branco que define a sua nova política: a Declaração Balfour não poderia significar a transformação da Palestina em um Estado judaico contra a vontade da população árabe. Em contrapartida, os compromissos britânicos assumidos após a I Guerra Mundial não poderiam servir como base para a exigência de uma Palestina como Estado árabe. A solução seria criar um Estado palestino independente, no prazo de cinco anos, onde árabes e judeus partilhariam o governo salvaguardando os interesses de ambos (GRESH, 2002).

Além disso, a imigração nos próximos cinco anos seria mantida em um nível que permitisse a população judaica constituir um terço da população total, o que significaria um acréscimo de 75.000 pessoas. Apesar de todo o esforço britânico, o mufti Amine El Hussemi rejeitou o Livro Branco, demonstrando seu fraco sentido político. Entretanto, a pior consequência ainda viria por parte do movimento sionista. Este passou a preconizar a luta armada com o que chamava de colonialismo britânico. Mesmo com a revolta, a agência judaica não tinha outra alternativa senão apoiar Londres no conflito que se iniciava (GRESH, 2002).

Em 1922 havia, na Palestina, uma população total de 750.000 pessoas, das quais menos de 10% eram judeus. De 1920 a 1929 imigraram legalmente para a Palestina aproximadamente 100.000 judeus. De 1929 a 1939 a imigração de judeus foi de 232.000. Em 1939, existiam 445.000 judeus, do total de 1.500.000 de habitantes, aproximadamente 30% da população. No final de 1946, a população judaica já era de 608.000 em um total de 1.850.000 (GOMES, 2001).

Depois que a Grã-Bretanha adotou o Livro Branco, a Organização Sionista concentrou sua ação nos EUA a fim de obter apoio para seu projeto. A estratégia passava a ser de sensibilização a opinião pública americana, se auto identificando e ao povo judeu como vítimas da colonização britânica e da perseguição árabe (GOMES, 2001).

A CRIAÇÃO DE ISRAEL

Após a II Guerra Mundial, o declínio da Inglaterra como potência gerou um vazio em termos de poder na região do Oriente. Os britânicos, então, viram-se obrigados a buscar o apoio norte-americano visto que assim poderiam assegurar sua permanência na região mesmo que de forma debilitada. Esse vazio causado pela retirada britânica poderia significar a aproximação soviética, daí surgiu o interesse por parte dos Estados Unidos (ROTTA, 2012).

Não sendo capaz de impedir a imigração clandestina de judeus, a Grã-Bretanha encaminhou a questão à ONU em 1947. Nesse contexto as Nações Unidas criam a décima sétima comissão desde 1917, a United Special Committee on Palestine (UNSCOP), reunindo representantes de onze países e tendo que elaborar um relatório até 1 de setembro de 1947. A UNSCOP ouviu representantes da agência judaica e da causa árabe. Havia unanimidade em relação ao fim do mandato britânico. Entretanto, a comissão se encontrava dividida no que diz respeito às outras questões (GRESH, 2002).

Um plano de partilha foi então elaborado. Nele, o território passaria a abarcar um território judeu – com 14 mil km², incluindo a Galileia Oriental, a faixa que vai de Haifa até Telaviv e a região do deserto de Negueve até o Golfo de Ácaba – e um território árabe, com 11 mil km², incluindo a Cisjordânia e a faixa de Gaza. Jerusalém teria status internacional (ZUCCHI, 2014).

Esse novo Estado judeu comportaria cerca de 498 mil judeus e 497 mil árabes, o que significaria abarcar 56% da Palestina. O árabe, por sua vez, abrangeria 44% da Palestina, comportando 725 mil árabes e 10 mil judeus. Com 100 mil judeus e 105 mil árabes, Jerusalém teria status internacional (ZUCCHI, 2014).

A tese judaica defendia o estabelecimento de um Estado judeu na Palestina. Segundo essa tese, a fundação do Estado judeu e a imigração sem restrições estão ligadas indissoluvelmente. Por um lado, defendeu que o Estado judeu era necessário para dar abrigo aos judeus refugiados da Europa. Por outro lado, argumentou que um Estado judeu teria necessidade urgente dos imigrantes para compensar a diferença numérica em relação à população árabe (GOMES, 2001, p. 85).

“A tese árabe defendia a independência imediata da Palestina, reivindicando o direito natural da maioria árabe de permanecer na posse indubitável de seu país, posto que está e tem estado durante muitos séculos em posse daquela terra” (GOMES, 2001, p. 85).

A maioria defendia a partilha da Palestina em dois Estados: um judeu e outro árabe havendo união econômica, ficando Jerusalém e lugares santos sob tutela internacional. Por outro lado, a minoria queria um Estado federal independente constituída por duas entidades,

uma judaica e outra árabe. Finalmente, em 29 de novembro de 1947 o plano da Comissão foi submetido à Assembleia Geral da ONU (GRESH, 2002).

Para poder “passar”, este texto tem que recolher dois terços dos votos da Assembleia Geral das Nações Unidas. A incerteza sobre o resultado mantém-se até o último minuto. Os Estados Unidos multiplicaram as pressões sobre os Estados hesitantes. A Grécia vê-se ameaçada de ser privada da ajuda americana em caso de rejeição, num momento em que está a braços com uma revolta comunista, mas Atenas votará, mesmo assim, contra. Em relação à Libéria, Washington insinua que poderá ser sujeita a um embargo sobre a borracha; Freetown cede. A própria França, que se absteve quando das votações preliminares, é “aconselhada” pelo amigo americano e adere ao plano da maioria. Finalmente, a Assembleia Geral das Nações Unidas “recomenda” a partilha da Palestina, por 33 votos contra 13 e 10 abstenções – na época, o número de membros das Nações Unidas (no essencial países europeus e latino-americanos) era reduzido, comparados aos cerca de 190 em 2001 (GRESH, 2002, p. 30).

Bandeira (2009) também aponta que os Estados Unidos e Chaim Weizmann, dirigente da Jewish League, recorreram a todos os meios, do suborno à chantagem para que a proposta de partilha fosse aceita. Alecastre e Amilcar (1968) completam:

Por ordens diretas da Casa Branca, toda a espécie de pressão, direta ou indireta, foi utilizada por autoridades americanas contra aqueles países fora do mundo muçulmano que se sabia estarem incertos ou contrários à partilha. Representantes ou intermediários foram utilizados pela Casa Branca para assegurar pelo menos a maioria necessária na votação (ALECASTRE, 1968, p. 172).

Após protelações e da certeza, por parte dos defensores, de que não haveria uma derrota, o plano de partilha foi votado. O próprio presidente Truman se empenhou pessoalmente em garantir a aprovação. A última sessão deveria ter sido iniciada no dia 27 de novembro, contudo, devido ao fato de ser Dia de Ação de Graças (feriado americano), foi adiada para o dia 28. Isso deu mais tempo para que os defensores pressionassem (ZUCCHI, 2014).

Instigada pela administração americana, a companhia de borracha Firestone previne a Libéria de que reveria seus projetos de expansão se Freetown não alterasse seu voto. E chegam mesmo a ameaçar a França, que se abstivera por medo das reações no norte da África, de cortar-lhe previsões. Oferecem a alguns chefes de delegação envelopes e até mesmo presentinhos para suas esposas (SOLIMAN, 1990, p. 118 *apud* ZUCCHI, 2014, p. 84).

No dia 29 de novembro de 1947 a Assembleia Geral das Nações Unidas, presidida pelo brasileiro Oswaldo Aranha, aprovou a 1947 UN Partition, que dividia a Palestina em três: um Estado judeu, um árabe e uma zona internacional em torno de Jerusalém (BANDEIRA, 2013).

O Mandato Britânico terminou então em 15 de maio de 1948 e, no mesmo dia, os sionistas proclamaram a criação do Estado de Israel, imediatamente reconhecido pelo governo de Harry Truman (BANDEIRA, 2009).

Em 14 de maio de 1948, a proclamação do Estado de Israel antecipou em um dia a retirada oficial inglesa da Palestina, mas a guerra de fato já havia começado em fins de novembro de 1947, em forma de guerrilha entre as comunidades judaica e árabe-palestina. A proclamação apenas inaugurou uma nova fase no conflito, que adquiriu contornos de guerra convencional, travada entre o recém-formado Estado de Israel e os exércitos da Transjordânia, Egito, Síria, Líbano e Iraque. A boa organização do exército judeu – experimentado nos combates da II Guerra e na ação dos grupos paramilitares -, aliada à ajuda de ativistas correligionários nos EUA e na Inglaterra para a compra de armamentos, foram fatores preponderantes na vitória sobre as forças árabes, que sobreestimaram sua superioridade numérica e subestimaram o poder de fogo do inimigo (NEVES, 2007, p. 51).

No dia seguinte à proclamação de independência, em 15 de maio de 1948, exércitos de Egito, Iraque, Jordânia, Arábia Saudita, Líbano e Síria invadiram a Palestina e atacaram o recém criado Estado. Um armistício foi firmado em 1949, depois que Israel se apropriou de 78% do território e de 100% das águas da Palestina (BANDEIRA, 2013).

O MOVIMENTO SIONISTA

A criação do Estado de Israel não teria acontecido sem toda a articulação realizada pelo que se conhece como movimento sionista e, também, pela pressão do lobby judaico em torno do Congresso norte-americano para a aprovação da partilha proposta pela ONU.

O termo sionismo surgiu no final do século XIX e faz referência a Sion, colina de Jerusalém sobre a qual foi erguido o primeiro templo da cidade, símbolo da terra prometida. O sionismo político configura-se como a defesa do ideal de saída da Europa e reagrupamento dos judeus na Palestina (NEVES, 2007).

O sionismo teve como uma de suas principais causas as perseguições sofridas pelos judeus na Europa, por conta do anti-semitismo (nome criado na Alemanha para o racismo contra os judeus) (HOUAT, 2008).

A ferramenta utilizada pelo movimento para formação de uma única nação convergindo em um único Estado para fuga do anti-semitismo, seria a imigração e o povoamento da terra com colonos judeus (HOUAT, 2008).

O Congresso Sionista em 1897 teve a participação de 200 delegados oriundos de vários países e definiu como principal objetivo do movimento a garantia de um lar na Palestina assegurado ao povo judeu pelo direito público. Cabe aqui a observação de que o

termo lar foi utilizado ao invés de Estado para não despertar reações antagônicas por parte do Governo turco e de alguns judeus que poderiam ser contrários a ideia (GOMES, 2001).

Durante o período do Mandato britânico até a criação do Estado de Israel em 1948, os sionistas instalaram-se na região Palestina como seus proprietários, criando suas instituições, organizando suas forças armadas tais como a Haganah, controlada pela Agência Judaica e, enfrentando os obstáculos provenientes do nascente nacionalismo árabe e da disputas judaico-árabes (ROTTA, 2012).

O movimento sionista político até 1917 ainda não tinha conquistado o apoio de uma potência que legitimasse a emigração de judeus da Europa para a Palestina. A partir da Declaração Balfour, a Agência Judaica conseguia o apoio do governo britânico a fim de concretizar o gradativo domínio da região (CHEMERIS, 2002).

Com a publicação do Livro Branco britânico em 1939, os líderes sionistas passaram a rever suas estratégias. Criou-se o American Zionist Emergency Council – AZEC – responsável por implementar um grande plano que objetivava conquistar o apoio do governo americano para sua causa. A escolha dos EUA foi por conta da avaliação, por parte do movimento, de que o país seria a potência dominante que emergiria da guerra (GOMES, 2001).

O objetivo inicial da nova estratégia era trazer ao centro do movimento os sionistas americanos. Por meio deles, seria possível conquistar inicialmente o apoio de toda a comunidade judaica e, depois o apoio da opinião pública e do governo. Em face disso, em maio de 1942, foi realizada a Conferência Biltmore reunindo os principais líderes do sionismo mundial. Foi tornado público, então, o desejo de fundar um Estado judeu na Palestina através do Programa Biltmore (GOMES, 2001).

Uma grande movimentação de reuniões e conferências com todas as entidades representativas das comunidades judaicas dos EUA teve início em 1943. A ideia era estabelecer uma Conferência Judaica Americana responsável por englobar o maior número possível de entidades para promoção de uma ação conjunta em prol da Palestina judaica (GOMES, 2001).

Na opinião de Pinto (1997), a questão das implicações políticas relacionadas a decisão de apoiar ou não a criação de Israel também são importantes. No partido Democrata, apoiado pelos judeus, as contribuições financeiras dos sionistas, convenceram o presidente Truman das vantagens políticas de uma decisão a favor da criação de Israel.

Ao longo do período que precedeu a votação da Partilha, continuaram as atividades sionistas de propaganda e doutrinação pública além do levantamento de fundos, juntamente

com as ações direcionadas às autoridades do governo e do Congresso. Em 1945 foram levantados 14,5 milhões de dólares, em 1946, 32 milhões, e em 1947, 43 milhões. Boa parte desses fundos financiavam as atividades terroristas sionistas visto que a comunidade judaica da Palestina era fortemente dependente do financiamento norte-americano (GOMES, 2001).

Toda essa influência do movimento sionista dentro dos Estados Unidos tem sua atuação pautada pelo que Mearsheimer e Walt (2006) chamam de lobby de Israel:

We use the Lobby as a convenient short-hand term for the loose coalition of individuals and organizations who actively work to shape U.S. foreign policy in a pro-Israel direction. Our use of this term is not meant to suggest that the Lobby is a unified movement with a central leadership or that individuals within it do not disagree on certain issues (MEARSHEIMER; WALT, 2006, p. 14).

Os Estados Unidos tem um governo dividido que oferece muitos meios de influência no processo político. Como resultado, grupos de interesse podem modelar a política de diferentes formas. Nesse contexto, o lobby judaico possui duas estratégias para promover o suporte americano à Israel (MEARSHEIMER; WALT, 2006).

Primeiramente, exerce influência significativa em Washington, pressionando tanto o Congresso quanto o Poder Executivo na linha de apoio à Israel. Além disso, o lobby procura assegurar que o discurso público sobre Israel o retrate em uma linha positiva através da repetição de mitos sobre Israel e sua fundação e, por meio da divulgação do lado israelense nos debates políticos diários (MEARSHEIMER; WALT, 2006).

A organização do movimento sionista utiliza o lobby como forma de convencer os Americanos de que uma política externa pró-Israel é a melhor opção estratégica. E essa influência até hoje é muito grande. No caso da criação de Israel o lobby teve um grande papel na posição do presidente Truman, contudo, existem outros fatores que ajudam a explicar a postura por ele adotada.

O PAPEL DOS EUA NA CRIAÇÃO DE ISRAEL

A partir do foco sionista em conseguir o apoio dos Estados Unidos, visto que a Grã-Bretanha já não possuía uma influência significativa na região, fica inevitável para os americanos o envolvimento no conflito. Contudo, essa participação nem sempre foi feita de forma efetiva. A partir do governo Truman, os EUA passam a apoiar de forma veemente os objetivos sionistas e iniciam, assim, uma relação até hoje discutida, e para muitos, incompreensível.

Há longo tempo, os interesses americanos no Oriente estavam ligados ao comércio e ao petróleo, além das rotas do canal de Suez e da Turquia. A boa relação existente entre o Oriente e a América era fundamental para proteção das instituições estadunidenses (ROTTA, 2012).

Na primeira metade do século XX, a posição americana foi de afastamento da região do Oriente, apenas assistindo as crescentes agitações. Entre a I Guerra Mundial e a II Guerra, os EUA firmaram suas companhias petrolíferas no Kuwait e no Iraque, além de assegurarem sua parte privilegiada e exclusiva nas indústrias da Arábia Saudita (ROTTA, 2012).

Ao longo da II Guerra Mundial, o presidente Franklin D. Roosevelt procurou manter uma boa relação com os árabes. Entretanto, com sua morte em 12 de abril de 1945 e com Harry Truman assumindo o poder, uma nova postura na política externa americana foi adotada, reconfigurando as relações na região (ROTTA, 2012).

Quando lançou, em 12 de março de 1947, a Doutrina Truman³, o presidente afirmou uma política anticomunista, de contenção da expansão soviética. Isso não só rompeu com a lógica da política externa no Oriente, bem como colocou os Estados Unidos em situação de conflito com os árabes, uma vez que abriu espaços para hostilidades que poderiam acarretar um enorme prejuízo econômico, colocando em risco as concessões de petróleo já garantidas (ROTTA, 2012).

Ao final da II Guerra Mundial, os interesses americanos começaram a colidir com os britânicos, principalmente, no que diz respeito às concessões de petróleo, a competição pela influência na Arábia Saudita e, a questão da imigração dos judeus para a Palestina (GOMES, 2001).

Durante todo o seu governo Franklin D. Roosevelt foi muito cuidadoso em seu relacionamento tanto com árabes quanto com judeus. Com isso, conseguia protelar a tomada de decisão entre exigir da Grã-Bretanha a libertação de imigração à Palestina ou de apoio direto à criação do Estado judeu. Entretanto, mesmo com seu esforço, o sionismo conseguiu em 1944 que os dois mais importantes partidos do país incluíssem o programa sionista em suas plataformas políticas (GOMES, 2001).

Truman acabou por seguir a mesma diplomacia de Roosevelt. Adotou uma postura simpática ao sionismo frente a pressão dos líderes árabes e dos interesses econômico-

³Hobsbawn (1995) considera a Doutrina Truman como o início de um período turbulento da Guerra Fria. “Creio que a política dos Estados Unidos deve ser a de apoiar os povos livres que resistem a tentativas de subjugação por minorias armadas ou por pressões de fora” (TRUMAN, 1947 *apud* HOBBSAWN, 1995, p. 226).

estratégicos do país no Oriente Médio. O novo presidente renovou várias vezes aos árabes a promessa de que nada seria feito sem a consulta das duas partes (GOMES, 2001).

Com a derrota do nazismo na II Guerra Mundial e a consequente informação da opinião pública mundial dos horrores e da perseguição sofrida pelos judeus, houve uma comoção mundial, principalmente nos EUA, que tornou ainda mais fortes as opiniões ocidentais a favor da criação de uma pátria judaica (ZUCCHI, 2014).

Para Pinto (1997), a simpatia de Truman pela causa sionista estava essencialmente ligada a sua preocupação com o destino dos judeus deslocados pela II Guerra. Além disso, o presidente queria cumprir a promessa da Declaração Balfour:

Today – not tomorrow – we must do all that is humanly possible to provide a haven and place of safety for all those who can be grasped from the hands of the Nazi butchers. Free lands must be opened to them. Their present oppressors must know that they will be held directly accountable for their bloody deeds...this is not a Jewish problem. It is an American problem – and we must and will face it squarely and honorably (TRUMAN, 1943*apud* SHAPIRO, 2010, p. 10).

O presidente almejava a imigração ilimitada e considerava aceitável o Estado judeu, com a condição de que isso fosse feito sem conflitos e sem o envolvimento de tropas americanas. Em 31 de agosto de 1945, sob forte pressão, pediu ao Primeiro Ministro britânico Attlee que admitisse 100.000 refugiados judeus na Palestina. A Grã-Bretanha respondeu que só aceitaria se os EUA dividissem a responsabilidade por tal fato, mas, Truman continuava com sua postura e assim o impasse se seguiu (GOMES, 2001).

Essa política de Truman teve fim em outubro de 1946 quando os sionistas conseguiram sua maior vitória através do aproveitamento das eleições americanas como forma de negociar com o presidente. Este, então, pediu pela admissão imediata dos 100.000 refugiados e recomendou o plano da partilha ao longo das linhas sugeridas pela Agência Judaica. Foi a primeira vez que os EUA assumiram uma posição clara sobre o tema. A Grã-Bretanha, por sua vez, em função de seu desacordo com a política de Truman optou por levar a questão à ONU (GOMES, 2001).

Os Estados Unidos, embora tenham tendência para deixar para Londres a responsabilidade de gerir o conflito, sofrem a pressão de numerosos judeus americanos, nomeadamente em relação à questão da imigração. Em agosto de 1945, o novo presidente, Harry Truman, que acaba de suceder a Franklin D. Roosevelt, declara-se partidário da concessão de cem mil vistos suplementares para os judeus na Palestina. Bem implantadas, as organizações sionistas mobilizam a opinião pública (GRESH, 2002, p. 28).

Em 1946, a política soviética no Oriente Médio foi considerada por Truman e seus conselheiros, como uma ameaça direta à segurança americana. O governo americano decidiu endurecer sua política para impedir a expansão soviética no Oriente Médio, tomando uma série de medidas (GOMES, 2001).

O apoio de Truman ao Estado de Israel foi de encontro a opinião de maior parte de seus conselheiros, principalmente, aqueles do Departamento de Estado e de Defesa. Eles acreditavam que este reconhecimento prejudicaria a relação dos EUA com os árabes. Por um lado, havia a questão das companhias petrolíferas americanas que operavam na área e a necessidade de assegurar o fornecimento contínuo e o baixo preço de petróleo aos Estados Unidos (PINTO, 1997).

Além do mais havia a preocupação que o extremismo árabe fosse fomentado pela criação do Estado judeu, aumentando assim a instabilidade e favorecendo a penetração da URSS na zona (PINTO, 1997).

De acordo com Bandeira (2009), os especialistas em Oriente Médio do Departamento de Estado dos Estados Unidos não eram nem um pouco favoráveis à criação de um Estado judeu na Palestina. Eles entendiam que os britânicos haviam se mantido na região cultivando os árabes e que era isso que os EUA deveriam fazer. Além disso, adotar o sionismo poderia significar uma união dos árabes com os soviéticos, o que seria perigoso em se tratando dos anos iniciais da chamada Guerra Fria.

Mesmo assim, com o intuito de conquistar o voto dos judeus para a reeleição em 1948, Truman determinou que o embaixador Herschel Johnson (adjunto do chefe da Delegação Americana) anunciasse no Conselho de Segurança da ONU a posição americana de apoio ao plano de partição da Palestina (BANDEIRA, 2013).

A independência do novo Estado de Israel foi proclamada por David Ben-Gurion (presidente do Conselho Nacional) em 14 de maio de 1948, em meio aos conflitos que já estavam sendo deflagrados na região. O embaixador da União Soviética na ONU, Yakov A. Malik (1948-1952), foi o primeiro a votar pelo reconhecimento de Israel (BANDEIRA, 2013).

Discursando às Nações Unidas, o Embaixador Andrei Gramyko, que se tornou famoso por seu papel na crise dos mísseis de Cuba, proclamou:

The aspirations of a considerable part of the Jewish people are linked with the problem of Palestine and of its future administration...During the last war, the Jewish people underwent exceptional sorrow and suffering...The fact that no Western European State has been able to ensure the defense of the elementary rights of the Jewish people and to safeguard it against the violence of the fascist

executioners explains the aspirations of the Jews to establish their own state. It would be unjust not to take this into consideration and to deny the right of the Jewish people to realize this aspiration (GROMYKO, 1947 *apud* SHAPIRO, 2010, p. 39-40).

Os motivos que levaram os Estados Unidos a não só reconhecerem o Estado de Israel, mas como também, apoiar sua criação arriscando os barris de petróleo vindo dos árabes é até hoje tema de inúmeras discussões. Diversos autores apontam não só a questão do lobby judaico, mas, principalmente a conjuntura política internacional da época como fator determinante para o apoio americano à fundação de um Estado judeu:

Pensar que este apoio teria sido somente efetivado pela presença grandiosa do lobby seria descaracterizar a nova fase que nascia na economia e política mundial, fruto da emergência dos Estados Unidos e da URSS como países hegemônicos. A Doutrina Truman e a criação do Estado de Israel estiveram nitidamente permeados pela influência da conjuntura da década de 1940-50. Neste sentido, o lobby judaico esteve se utilizando deste contexto para abrir os espaços necessários às suas ambições. Contudo, não foi somente a influência sionista que atuou como fator determinante para a mudança da política externa americana, tendo com consequência o advento do Estado de Israel (ROTTA, 2012, p. 99-100).

A II Guerra Mundial havia terminado e EUA e URSS surgiram como as duas maiores potências mundiais da época, disputando a hegemonia mundial no que ficou conhecida como Guerra Fria. Nesse conflito sem armas militares, a questão ideológica e a expansão de influência funcionavam como importantes players dentro da corrida pelo poder.

Se em 1948 a diplomacia norte-americana estava preocupada com uma possível independência de Israel, o mesmo não ocorria com Clark Clifford, conselheiro jurídico de presidente Harry Truman. Ele apoiava a iniciativa e – insistindo que, afinal, o Estado em questão já existia e que era melhor reconhecê-lo antes da União Soviética – conseguiu convencer a Casa Branca a não descartar a proposta israelense. Em poucos meses, o governo dos Estados Unidos deu uma reviravolta, prevendo que teria mais vantagens com um apoio a Tel-Aviv (GENDZIER, 2011, p. 1).

Shapiro (2010) defende que anos antes os dois adversários – EUA e URSS – corriam por superioridade militar, agora americanos e soviéticos estavam correndo uma corrida diferente: uma corrida por Israel. Se Stalin se tornasse o primeiro a dar suporte ao Estado judaico, a influência soviética na região (e possivelmente a presença militar) estaria certamente propensa a aumentar.

A posição assumida pelos EUA no Oriente Médio, determinado a impedir a expansão soviética e, em certos casos a rivalizar até mesmo com a Grã-Bretanha, demonstra a importância da região para a diplomacia americana. Em todas as decisões referentes à região, no xadrez da Guerra Fria, que implicavam também importantes interesses econômicos, a política americana foi coerente: construiu

estratégias para deter a expansão soviética, apoiando econômica e militarmente os governos ameaçados por movimentos comunistas ou nos quais as demandas soviéticas eram diretas, e aproximou-se de outros para evitar riscos e garantir bases militares e concessões de petróleo. No início de 1947, com a aprovação do Congresso, Washington assumiu uma política nacional ampla para o Oriente Médio, legitimando internamente sua posição (GOMES, 2001, p. 51).

Mesmo com todos os aspectos geopolíticos provenientes do contexto de Guerra Fria, há quem considere que a jogada de Truman trouxe mais prejuízos do que benefícios aos Estados Unidos. Na opinião de Gomes (2001), Truman, apesar da elaboração de uma ampla política de contenção do comunismo e dos importantes interesses petrolíferos do país, assumiu uma posição, na questão da Palestina, que sabotou a própria estratégia de seu governo. A política de Truman teria lesado a nação americana, gerando altos custos econômicos e políticas visto que comprometeu as atividades petrolíferas e abriu a possibilidade de expansão soviética.

Mesmo que, a princípio, Truman não tivesse tomado a decisão de apoiar a fundação de Israel por conta da necessidade de conter o avanço soviético, Mearsheimer e Walt (2006) apontam que Israel acabou exercendo um papel estratégico durante a Guerra Fria: “Israel may have been a strategic asset during the Cold War. By serving as America’s Proxy after the Six Day War (1967), Israel helped contain Soviet expansion in the region and inflicted humiliating defeats on Soviet clients like Egypt and Syria” (MEARSHEIMER; WALT, 2006, p. 4). Desse modo, apoiar Israel teria sido uma questão de construir um território de influência na região do Oriente Médio.

Existem também aqueles que sugerem que o apoio de Truman à criação do Estado de Israel não passava de uma atitude com fundo simplesmente político. Seu objetivo seria de apenas obter votos para sua reeleição:

Os especialistas em Oriente Médio no Departamento de Estado não eram favoráveis à ideia de um Estado judaico na Palestina. Entendiam que os britânicos se tinham mantido na região cultivando os árabes, e que os Estados Unidos deviam usar a mesma fórmula. E o perigo do apoio ao sionismo consistia na possibilidade de que os árabes se unissem com a União Soviética. Mas Truman, que pretendia contar com os votos da comunidade judaica para a eleição de 1948, não foi convencido pelos argumentos dos diplomatas. E cedeu ao sionismo (BANDEIRA, 2009, p. 160-161). Embora os Estados Unidos tivessem interesse na Palestina, não foi qualquer consideração estratégica que determinou a decisão de Truman de apoiar a partilha e a consequente criação do Estado judeu, mas o oportunismo eleitoral, a fim de captar o voto dos judeus para a sua reeleição em 1948 (BANDEIRA, 2013, p. 463).

Logo pode-se dizer que existiram fatores internos (influência sionista e reeleição) e fatores externos (Guerra Fria e necessidade de contenção de um possível avanço soviético na

região) que levaram o então presidente Harry Truman a apoiar de forma decisiva a criação do Estado de Israel.

A criação do Estado de Israel ocorreu em um momento histórico no qual houve uma convergência de interesses: de um lado os sionistas articulando há décadas seu projeto de nacionalidade judaica; de outro os americanos, lutando contra a “ameaça” soviética que a Guerra Fria propunha. Nesse jogo, ambos encontraram brechas para a efetivação de seus projetos, que caminhavam na mesma direção (ROTTA, 2012, p. 101).

Quando a II Guerra Mundial terminou, o sistema internacional pré-conflito desmorona e deixa os EUA diante de uma URSS amplamente fortalecida em vários trechos da Europa e em outros espaços ainda maiores do mundo não europeu, cujo futuro político era incerto. Por conta disso, acreditava-se que qualquer evento explosivo e instável que acontecesse tenderia a enfraquecer o capitalismo e os EUA, fortalecendo assim o poder que surgiria pela e para a revolução (HOBSBAWN, 1995).

Não é possível, portanto, desconsiderar o efeito dos anos iniciais de Guerra Fria sobre a decisão de Truman. Soma-se a isso, principalmente, a questão das fortes pressões exercidas pelo movimento sionista dentro do Congresso americano. Pressões não só de caráter econômico, mas, sobretudo, de cunho político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação do Estado de Israel abriu portas para os inúmeros conflitos que até hoje matam milhares de judeus e árabes. Através da crença de que devem retornar a terra prometida os judeus acreditam serem os donos legítimos do território outrora conhecido como Palestina. Os árabes, por sua vez, alegam estar historicamente em maior número na região e se recusam a deixar a antiga Palestina.

Ao final da I Guerra Mundial, através do sistema de mandatos criado pela Liga das Nações, a Grã-Bretanha fica responsável pela região. Os britânicos adotam uma política dual tentando agradar judeus e árabes, o que logo se revela ser uma estratégia arriscada.

Em 1947, sem condições de contornar a situação, a Grã-Bretanha resolve passar a questão para a recém-criada ONU, que cria uma comissão a fim de gerar um relatório sobre a situação. A proposta é que haja uma partilha e sejam criados três territórios: um árabe, um judeu e Jerusalém que teria status internacional.

Ao mesmo tempo, o movimento sionista ganhava cada vez mais força e aumentava consideravelmente sua influência nos Estados Unidos. Isso somado aos iniciais de Guerra

Fria e à necessidade de conter um possível avanço soviético fez com que o então presidente Truman apoiasse intensamente o projeto sionista.

Em 1948 o Estado de Israel foi criado e imediatamente reconhecido por EUA e URSS. Desse então, Israel tem sido visto como parceiro pelos EUA, garantindo por essa razão as mais altas quantias de investimento direto.

No presente artigo foram apontados quatro motivos, que somados, seriam capazes de explicar por que Truman apoiou os judeus, arriscando assim, o relacionamento dos Estados Unidos com os árabes: influência sionista, contenção da expansão soviética, instituição de um território de influência na região do Oriente Médio e, votos para a reeleição.

Portanto, buscou-se com essa pesquisa contribuir para a elucidação das razões que levaram os Estados Unidos a apoiarem fortemente o projeto de criação de um Estado judeu, bem como apontar o momento inicial dessa relação conturbada. Futuras pesquisas podem analisar como essa relação foi estabelecida nos anos seguintes a fundação de Israel.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRE, Amílcar. **O Desafio de Israel**. São Paulo: Leitura S. A., 1968.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do Império Americano: Da guerra contra a Espanha à Guerra no Iraque**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A Segunda Guerra Fria: Geopolítica e Dimensões Estratégicas dos Estados Unidos das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio**. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- CHEMERIS, Henry Guenis Santos. **Os Principais Motivos que Geraram os Conflitos entre Israelenses e Árabes na Palestina (1897-1948)**. Trabalho de Conclusão de Curso. 75 fls. Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- GENDZIER, Irene. **O Reconhecimento de Israel**. Le Monde Diplomatique Brasil. 2011. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1031>>. Acesso em: 25 set. 2014.
- GOMES, Aura Rejane. **A Questão da Palestina e a Fundação de Israel**. Dissertação de Mestrado. 142 fls. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- GRESH, Alain. **Israel, Palestina: Verdades sobre um Conflito**. CALOPEZ, Lígia. (Trad.). 1 ed. São Paulo: Campo das Letras, 2002.
- HOBBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991)**. SANTARRITA, Marcos (Trad.). 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOUAT, Stephan Fernandes. **A Criação do Estado de Israel e um Estado Único como Solução dos Conflitos**. Saber. Ciências Sociais Aplicadas, Belém, v. 7, n. 1, p. 293-310, 2008.
- KACOWICZ, Arie M. **Las Fronteras de Israel**. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades, n. 19, p. 112-123, 2008.
- MEARSHEIMER, John J.; WALT, Stephen M. **The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy**. London Review of Books, v. 28, n. 6, p. 1-82, 2006.
- NEVES, Natalia Costa das. **A „Questão Palestina“ e os Acordos de Oslo: Segurança sem Paz**. Dissertação de Mestrado. 141 fls. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- PINTO, Maria do Céu Ferreira. **O Processo de Paz: Análise Histórica da Política Americana relativamente à Questão Palestiniana**. Nação e Defesa, n. 82, p. 7-35, 1997.
- ROTTA, Helen Rocha. **A Doutrina Truman e a Criação do Estado de Israel: O Lobby Judaico na Política Americana**. Revista Historiador, n. 5, ano 5, p. 92-102, 2012.
- SHAPIRO, Jacob L. **The Race for Israel: Harry Truman, The Republican Party and Foreign Policy Considerations in the U.S. Recognition of Israel**. Undergraduate Senior Thesis. 79 fls. Columbia University, New York, 2010.

ZUCCHI, Luciano Kneip. **Implantação do Estado de Israel e a Gênese dos Conflitos Israelo/Árabes**. Dissertação de Mestrado. 147 fls. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.



Diego Felipe Antunes
Cindy Rosa Martinez
Letícia Azevedo Maia
Vanda Rodrigues Santos
Luana Margarete Geiger
Letícia Di Maio Tancredi
Natasha Pereira Lubaszewski
Rodrigo Pasqualini Milagre
Klei Medeiros
Julia Paludo
Marcela Tarter da Rosa
Taís Cristóvão Martins Vieira
Sabrina Sabino
Thaysa Nascimento

Entrevista com
Embaixador Sérgio Tutikian